



UFPB

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE AS TEMÁTICAS AFRO-BRASILEIRA E
INDÍGENA NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO NO BRASIL**

Francisco Sávio da Silva

JOÃO PESSOA – PB
2020

FRANCISCO SÁVIO DA SILVA

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE AS TEMÁTICAS AFRO-BRASILEIRA E
INDÍGENA NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI), como requisito à obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

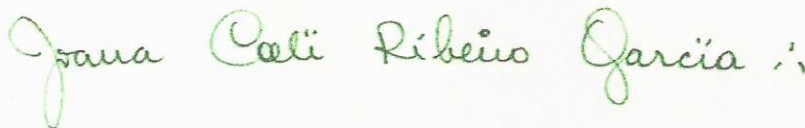
Linha de pesquisa: Organização, Acesso e Uso da Informação.

Aprovado em: 31/03/2020

Banca examinadora:



Profª. Drª. Eliane Bezerra Paiva
(Orientadora – PPGCI/UFPB)



Profª. Drª. Joana Coeli Ribeiro Garcia
(Membro Interno – PPGCI/UFPB)

Profª. Drª. Leilah Santiago Bufrem
(Membro Interno – PPGCI/UFPB)

Profª. Drª. Surya Aaronovich Pombo de Barros
(Membro Externo – PPGH/UFPB)

Profª. Drª. Luciana de Albuquerque Moreira
(Membro Externo – PPGIC/UFRN)

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586p Silva, Francisco Sávio da.

Produção científica sobre as temáticas afro-brasileira e indígena nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil / Francisco Sávio da Silva. - João Pessoa, 2020.
99 f. : il.

Orientação: Eliane Bezerra Paiva.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Ciência da Informação. 2. Produção científica. 3. Afro-brasileiro(a). 4. Indígena. 5. Regime de Informação. I. Paiva, Eliane Bezerra. II. Título.

UFPB/BC

Dedico à minha família, amigos e todos
os (as) professores (as) que, de alguma forma,
passaram pela minha vida.

*“Posso sair daqui pra me organizar
Posso sair daqui pra desorganizar
Posso sair daqui pra me organizar
Posso sair daqui pra desorganizar*

*Da lama ao caos, do caos à lama
Um homem roubado nunca se engana
Da lama ao caos, do caos à lama
Um homem roubado nunca se engana*

*O sol queimou, queimou, a lama do rio
Eu vi o xié andando devagar
Vi um aratú pra lá e pra cá
Vi um caranguejo andando pro sul
Saiu do mangue e virou gibirú*

*Ô Josué, nunca vi tamanha desgraça
Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça*

*Peguei um balaio, fui na feira roubar tomate e cebola
Ia passando uma velha e pegou a minha cenoura
Aê minha véia, deixa a cenoura aqui
Com a barriga vazia não consigo dormir
E com o bucho mais cheio, comecei a pensar*

***Que eu me organizando posso desorganizar
Que eu desorganizando posso me organizar
Que eu me organizando posso desorganizar”***

Da Lama ao Caos

Nação Zumbi

Compositor: Chico Science

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradecer as forças que regem este universo, que o fizeram de forma tão intensa, ao proporcionar o maior dos bens humanos: o conhecimento.

Aos originais donos dessas terras, os indígenas.

Aos povos africanos, que trazidos forçadamente sob a ordem da força bruta e violência, souberam resistir, resignificar e hoje lutam por reconhecimento.

Agradeço à minha mãe, Maria de Lourdes, que mesmo lá de Cajazeiras, deu apoio, compreensão e educação para que eu chegasse até aqui. Por toda ajuda e paciência, prolongo esse agradecimento à toda a família Silva, pelo simbolismo que esse nome tem.

Um agradecimento especial à minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Eliane Bezerra Paiva, que aceitou esse desafio e me orientou durante todo o caminho do mestrado, tanto na esfera acadêmica quanto na vida de forma geral. Para ela e às (aos) professoras (es) todo meu respeito, carinho e admiração.

Agradeço a todos os professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal da Paraíba, e em especial àqueles que tive a honra de ter frequentado suas aulas: Henry Poncio, Izabel França, Sandra Siebra, Maria Elizabeth Baltar, Edivanio Duarte de Souza, Edvaldo Carvalho, Gracy Kelli Martins e Gustavo Freire.

À banca examinadora, nas pessoas da Prof^a. Dr^a. Eliane Bezerra Paiva, Prof^a. Dr^a. Joana Coeli Ribeiro Garcia, Prof^a. Dr^a. Leilah Santiago Bufrem, Prof^a. Dr^a. Surya Aaronovich Pombo de Barros e a Prof^a. Dr^a. Luciana Moreira Carvalho.

Aos meus companheiros e companheiras da turma do mestrado PPGCI-UFPB de 2018, meu agradecimento pela convivência, pelo aprendizado e pelas brincadeiras na hora certa: Pedro Augusto, Marília Vital, Marília Carvalho, Kleber Costa, Anderson Victor, Bárbara Diniz, Jefferson Higino, Aurekelly Rodrigues, Emília Eulina, José Neto, Arthur Campos, Dyêgo Miguel, e, Igor Oliveira.

Agradecimento a todas as pessoas que, de qualquer forma, cruzaram meu caminho neste trajeto para o conhecimento científico e de vida.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Por isso, necessitamos cada vez mais de uma Educação pública, gratuita, democrática, laica, multicultural, e de altíssima qualidade.

Obrigado!!!

RESUMO

Esta pesquisa nasceu da percepção sobre a importância de discutir questões étnico-raciais no âmbito da Ciência da Informação, visto que nos últimos anos temos contemplado, em inúmeros campos científicos, frequentes questionamentos que reivindicam a inserção de temas relacionados aos povos e segmentos sociais excluídos historicamente. Busca-se, então, romper com diversos paradigmas opressores visando a universalização social dos processos de organização, acesso e uso da informação, o que contribui na luta por direitos de povos há muito invisibilizados e excluídos dos bens, não só econômicos, mas de meios de acesso à informação e ao conhecimento. O objetivo geral da pesquisa é compreender a dinâmica da produção científica que aborda as temáticas afro-brasileira e indígena em 12 Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil, concernente ao período entre 2000 e 2018. Concebem-se esses programas como locais que difundem informações para diversos públicos a partir de configurações da ordem social, cultural e política, por isso, vincula-se o fenômeno ao Regime de Informação. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, descritiva e exploratória, com uma abordagem quanti-qualitativa e documental, ao utilizar como fonte de pesquisa dissertações e teses, envolvendo um estudo bibliométrico e cientométrico. Como resultado, no período proposto para estudo de 2000 a 2018, totalizaram 2.756 documentos, sendo 2.058 dissertações e 698 teses. Em relação aos documentos selecionados para compor o *corpus* da pesquisa, foram recuperados 56, sendo 44 dissertações e 12 teses. Como observado, as temáticas afro-brasileira e indígena ainda são pouco exploradas, sendo, portanto, necessário um esforço por parte de docentes, Programas e discentes para que esses povos participem de fato da sociedade da informação, e que atuem nas discussões acadêmicas. Compreende-se que esses Programas se constituem em sistemas nos quais a informação e o conhecimento são geridos por atores específicos, envolvendo conflitos e interesses entre grupos sociais e discursos, utilizando-se de ações de informação, vinculadas a dispositivos e dando origem aos artefatos de informação.

Palavras-chaves: Ciência da Informação. Produção científica. Afro-brasileiro(a). Indígena. Regime de Informação.

ABSTRACT

This research was born from the perception about the importance of discussing ethnic-racial issues in the scope of Information Science, since in recent years we have contemplated, in numerous scientific fields, frequent questions that claim the insertion of themes related to peoples and social segments excluded historically. It seeks, then, to break with several oppressive paradigms aiming at the social universalization of the processes of organization, access and use of information, which contributes to the struggle for the rights of peoples long invisible and excluded from goods, not only economic, but also of means access to information and knowledge. The general objective of the research is to understand the dynamics of scientific production that addresses Afro-Brazilian and indigenous themes in 12 Information Science Graduate Programs in Brazil, covering the period between 2000 and 2018. These programs are conceived as local that disseminate information to diverse audiences from configurations of the social, cultural and political order, therefore, the phenomenon is linked to the Information Regime. Methodologically, the research is characterized as bibliographic, descriptive and exploratory, with a quantitative-qualitative and documentary approach, using dissertations and theses as a research source, involving a bibliometric and scientometric study. As a result, in the period proposed for the study from 2000 to 2018, there were a total of 2,756 documents, of which 2,058 were dissertations and 698 theses. In relation to the documents selected to compose the corpus of the research, 56 were recovered, being 44 dissertations and 12 theses. As noted, the Afro-Brazilian and indigenous themes are still little explored, therefore, it is necessary an effort on the part of teachers, programs and students so that these peoples actually participate in the information society, and that they act in academic discussions. It is understood that these Programs are systems in which information and knowledge are managed by specific actors, involving conflicts and interests between social groups and discourses, using information actions, linked to devices and giving rise to the artifacts of information.

Keywords: Information Science. Scientific production. Afro-Brazilian. Indigenous. Information regime.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Composição de um Regime de Informação.....	48
FIGURA 2 – Regime de Informação nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação.....	82

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Panorama geral de dissertações defendidas de 2000 a 2018	58
TABELA 2 – Panorama geral de teses defendidas de 2000 a 2018	59
TABELA 3 – Distribuição de orientações por professores (as)	66
TABELA 4 – Distribuição Temática das Dissertações e Teses	80

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil.....	37
QUADRO 2 – Temáticas dos Grupos de Trabalho do Enancib	40
QUADRO 3 – Temas dos ENANCIBs.....	42
QUADRO 4 – Relação de Dissertações e Teses selecionadas	68

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Dissertações defendidas VS Dissertações selecionadas	61
GRÁFICO 2 – Teses defendidas VS Teses selecionadas.....	62
GRÁFICO 3 – Distribuição temporal das teses e dissertações	64
GRÁFICO 4 – Distribuição da produção selecionada entre os PPGCIs	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CI	Ciência da Informação
EMI	Estudos Métricos em Informação
NEABI	Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas
PPGCIs	Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNEB	Universidade Estadual da Bahia
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
PUC-MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
FEAD-MG	Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais
FUMEC	Fundação Mineira de Educação e Cultura
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
TAC	Tabela de Áreas do Conhecimento
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	17
2.1 Estudos Métricos em Informação.....	22
2.1.1 Bibliometria e Cientometria	24
2.2 Ciência da Informação	27
2.2.1 Institucionalização da Ciência da Informação no Brasil	34
2.2.2. Os Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação.....	37
2.2.3 Associações Científicas.....	39
2.3 Regime de Informação – Uma prática social.....	45
3 NEGROS E INDÍGENAS NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	50
3.1 A produção científica nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação	58
3.2 A produção científica sobre as temáticas afro-brasileira e indígena	60
3.3 Regime de informação nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação	81
4 CONSIDERAÇÕES PERTINENTES	85
REFERÊNCIAS	88

1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, tenho pensando em como escrever a introdução desta pesquisa. Diversos discursos foram elaborados, apagados e reelaborados, pois a arte do escrever jamais conseguirá abarcar completamente nossas expectativas. Muitas das dificuldades aconteceram em virtude da exigência pessoal de construir uma pesquisa que consiga dialogar com a multiplicidade dos contextos que transformaram minha compreensão acerca da Ciência da Informação (CI) e sua vinculação, enquanto campo científico, com a questão étnico-racial.

A relação acadêmica com as temáticas aqui analisadas teve início em meados de 2014, por intermédio do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Neste período, participei de projetos de extensão e pesquisa que objetivaram a organização e digitalização de documentos na Paraíba que contemplavam registros históricos datados do século XVII acerca dos povos negros e indígenas. Ao aprofundar-me nesta seara, busquei relacionar os contextos culturais e sociais desses povos na Graduação com a Arquivologia, e agora com a Ciência da Informação.

Importante frisar algumas das demarcações importantes para a história dos povos negros e indígenas. No ano de 2018, completaram-se 130 anos da lei que extinguiu a escravidão no Brasil, a Lei Áurea, como também os 15 anos da Lei Federal nº 10.639/2003, e os 10 anos da Lei Federal nº 11.645/2008, marcos legais na luta antirracista no âmbito educacional os quais alteraram as Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial das redes de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. Também, ao olhar para o contexto da Universidade e das políticas de ações afirmativas, observamos que foi a partir da Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que as instituições de ensino superior começaram a reservar vagas para ingresso nos seus cursos por candidatos autodeclarados negros, pardos ou indígenas.

Dessa forma, é vital compreender o contexto histórico das populações de origem africana e indígena, que preteridas dos ambientes escolares e acadêmicos, tiveram seus direitos retirados pela elite, que visava construir uma nação brasileira a seu modo, apresentando “[...] todos os fundamentos de formação de um Estado burguês, [...] o que se expressa atualmente nas desigualdades estruturais de raça, gênero e pobreza [...]” (NOGUEIRA, 2004, p. 91). Assim, como mostra algumas legislações citadas anteriormente, movimentos sociais, pessoas e instituições agiram para diminuir o domínio da elite sobre aspectos econômicos, sociais e educacionais, consequentemente, conseguindo que esses povos adentrassem nas instituições de ensino, dentre elas nas universidades.

No que concerne ao universo da Ciência da Informação, seu objeto de estudo, a informação, impulsiona as atividades dos pesquisadores e pesquisadoras na construção das mais variadas pesquisas. O uso científico da informação favorece a aquisição de novos conhecimentos e contribui para o desenvolvimento sustentável e ético da sociedade. Do mesmo modo, é fundamental que as pesquisas tenham objetivos tanto de cunho social, quanto técnico, pois na medida em que contribuem com seu arcabouço teórico-metodológico para a resolução dos problemas da sociedade, desenvolvem soluções e as retornam em forma de serviços e/ou produtos, aproximando a ciência cada de vez mais de uma perspectiva social, contribuindo para a quebra da estrutura socialmente desigual. A relação da CI com a temática étnico-racial possibilita compreender que a pesquisa científica dialoga com a produção de novos conhecimentos em diferentes áreas de estudo, tendo um contexto heterogêneo que contempla a diversidade cultural (BICALHO, 2009).

Não por acaso, a história do Brasil é permeada por múltiplos aspectos relacionados à escravidão, racismo, desigualdade, entre outros problemas que foram e são enfrentados, em especial, pelos povos negros e indígenas. Em vista disso, a partir da perspectiva do paradigma social da Ciência da Informação (CAPURRO, 2003) - e das reflexões construídas ao longo do tempo - é necessário trazer à tona aspectos plurais ao seu espaço de discussão em busca de uma prática científica ético-social responsável.

Além disso, é preciso que se diga que o processo de negação das identidades cultural e científica dos negros e dos indígenas ocorre através do poder exercido pela religião, política e meios de comunicação, mas também por intermédio da própria educação, o que é em si uma contradição com os objetivos dos sistemas de ensino. A manutenção dos espaços de poder perpassa pela construção e representação negativas das minorias, em que os símbolos, valores, práticas e crenças pertencentes à história e cultura dessas populações são inferiorizados, tendo seus significados deturpados e excluídos das políticas de informação, com o uso dos dispositivos e artefatos de informação.

A partir das compreensões estabelecidas emerge o que conhecemos como regime de informação, o qual determina a dinâmica informacional das relações sociais. Como aporte para essa perspectiva, utilizamos González de Gómez (2002, p. 34), que conceitua o regime de informação como “[...] um modo de produção informacional dominante em uma formação social [...]”. Nesse cenário, só existirá produção científica acerca dos povos negros e indígenas e o compartilhamento do conhecimento de e por esses povos se houver uma política de informação que crie as condições para que essa produção se realize no espaço acadêmico-científico. Essa política é um processo ligado às peculiaridades de cada contexto social. É

nesse sentido que Aquino (2010) argumenta ser imprescindível não apenas tornar o negro o sujeito da pesquisa – neste estudo incluímos os povos indígenas –, mas sim, permitir que esses estudos sejam uma vazão para essas populações.

Vê-se o quão importante é a CI, que enquanto espaço de produção de conhecimento, tem a finalidade de contribuir com a modernização das práticas de organização e representação da informação para solucionar problemas existentes nos diversos segmentos da sociedade. Nessa perspectiva, a informação é um importante insumo para sustentar a produção científica e, como consequência, promover o desenvolvimento social. Wersig e Nevelling (1975, p. 134, tradução nossa¹), reafirmam essa ideia quando dissertam que “hoje em dia o problema de transmissão do conhecimento, para aqueles que dele necessitam, é uma responsabilidade social, e esta responsabilidade social parece ser o real fundamento da ‘Ciência da Informação’”. Saracevic (1996, p. 43) corrobora com tal afirmativa ao complementar que os “[...] problemas informacionais existem há longo tempo, sempre estiveram mais ou menos presentes, mas sua importância real ou percebida mudou e essa mudança foi responsável pelo surgimento da CI [...]”.

Partindo do pressuposto de que a socialização da informação, segundo Loureiro (2002, p. 2), “[...] remete à construção, tratamento e divulgação da informação em regime de cooperação, parceria e solidariedade”, deve-se então compreendê-la como instrumento modificador das estruturas e relações desiguais num ambiente social e científico, a partir do entendimento que informação e conhecimento foram e são ainda instrumentos utilizados para excluir determinadas camadas da sociedade. É interessante ressaltar a necessidade e responsabilidade da área enquanto a Ciência que investiga a informação e seus espaços de produção e uso como fenômenos que não podem ser desvinculados das práticas sociais dos sujeitos históricos, pois segundo Nascimento e Marteleto (2004, p. 3), é necessário “[...] assumir a inserção da CI nas CS [Ciências Sociais] já que o objeto de pesquisa – a informação, é socialmente produzida, transferida e usada”.

O que buscaremos, enfim, diante das reflexões levantadas a partir das leituras pertinentes à temática, dos argumentos anteriormente expostos, e em consonância com Minayo (2001, p. 17) ao dissertar que “[...] nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática [...]”, além do entendimento que as questões desta pesquisa estão no cotidiano brasileiro, na Ciência da Informação, em

¹ Nowadays the problem of transmitting knowledge to those who need it is a social responsibility, and this social responsibility seems to be the real background of “information science” (WERSIG; NEVELLING, 1975, p. 134).

especial dentro de seus Programas de Pós-Graduação, busca-se responder o seguinte questionamento: **como se configura a produção científica sobre os povos afro-brasileiros e indígenas nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil?**

O **objetivo geral** desta pesquisa envolve, portanto, compreender a dinâmica da produção científica que aborda as temáticas afro-brasileira e indígena em 12 Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil, concernente ao período entre 2000 e 2018.

Esses 12 programas de pós-graduação são aqueles que tiveram dissertações e/ou teses defendidas neste período, a saber: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade de Brasília (UNB), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade de São Paulo (USP), e, Universidade Federal do Ceará (UFC).

Como **objetivos específicos**, esta pesquisa visa: a) Verificar que perspectivas teóricas metodológicas são abordadas nos estudos delineados; b) Identificar os contextos de produção das dissertações e teses; e, c) Demonstrar como atua o regime de informação nesse processo.

Quanto ao processo metodológico desta pesquisa, compreende-se metodologia a partir de Minayo (2001) quando a conceitua como o caminho percorrido pelo/a pesquisador/a e a prática desenvolvida na aproximação da realidade, englobando as concepções teóricas de abordagem e o conjunto de técnicas que proporcionam a construção de uma realidade. A mesma autora (2001, p. 16) ainda disserta que a “[...] abrangência de concepções teóricas de abordagem, a teoria e a metodologia caminham juntas, intrincavelmente inseparáveis”.

No âmbito de escolha metodológica e diante dos objetivos delineados, em busca de trazer à tona a fundamentação teórica necessária e os dados que correspondem à solução do problema anteriormente delimitado, a presente pesquisa se classifica como de natureza bibliográfica, exploratória, descritiva, quanti-qualitativa e documental.

Dessa forma, esta pesquisa tem características de natureza bibliográfica quando busca a construção do referencial teórico desenvolvido com base em material já elaborado, como os artigos, dissertações, teses e livros. A vantagem desse tipo de pesquisa “[...] reside no fato de permitir ao investigador abarcar uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2002, p. 45). Na prática, nesta etapa, as leituras foram direcionadas à exploração exaustiva da temática específica do estudo, entrelaçando

conceitos, experiências e perspectivas, que são importantes para explicar de forma didática o conteúdo complexo do tema aqui pesquisado.

A pesquisa documental é, segundo Gil (2002), semelhante à pesquisa bibliográfica, entretanto a diferença entre ambas está locada na natureza das fontes, sendo material que ainda não recebeu tratamento analítico. Nesta mesma perspectiva, Rodrigues (2007, p. 45) comenta que a pesquisa documental “[...] se vale, se não unicamente, pelo menos básica ou predominantemente de documentos como fontes de informação”.

Caracteriza-se ainda como de caráter descritivo ao observar “[...] as características de um objeto de estudo” (GONSALVES, 2011, p. 67). Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 102), busca “[...] especificar propriedades, características e traços importantes de qualquer fenômeno que analisamos [...]”. Os estudos descritivos são úteis para mostrar com precisão os ângulos ou dimensões de um fenômeno [...]”. Em síntese, a pesquisa descritiva volta-se a dados ou fatos coletados da própria realidade.

De caráter exploratório, “[...] se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado” (GONSALVES, 2011, p. 67), como também permite maior familiaridade com o problema, em busca de aprimoramento de ideias e/ou descobertas com vistas a torná-lo mais explícito (GIL, 2002).

Quanto à abordagem, para o alcance dos objetivos, realizaremos um trabalho de cunho quanti-qualitativo a partir do entendimento de Gaskell e Allum (2002, 24) ao argumentarem que “a mensuração dos fatos sociais é dependente da categorização do mundo social. As atividades sociais devem ser distinguidas antes que qualquer frequência ou percentual possa ser atribuído a qualquer distinção”. Isto vem ao encontro à ideia de Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 548), ao ponderarem que a junção do estudo qualitativo com o quantitativo busca [...] “utilizar os pontos fortes de ambos os tipos combinando-os e tentando minimizar seus potenciais pontos fracos”.

O *corpus* da pesquisa será composto pelas dissertações e teses dos Programas acima descritos, armazenados em repositórios impressos e digitais, defendidas no período compreendido entre 2000 e 2018, envolvendo, portanto, um estudo cientométrico e bibliométrico.

Esta pesquisa está baseada pela percepção do pesquisador sobre a importância dos estudos sobre os negros e os indígenas, ao procurar a construção de uma sociedade mais justa e igualitária dentro de um panorama de pluralidade étnico-racial. Pretende-se, também, conscientizar a esfera acadêmica sobre a necessidade de pesquisas na Ciência da Informação,

num âmbito mais socialmente responsável, identificando possíveis “lacunas” na produção de conhecimento sobre diversos temas.

Acredita-se que este trabalho esteja afinado com as propostas da Ciência da Informação, pela grandiosidade das contribuições dos povos negros e indígenas na complexa história brasileira, enquanto aspecto acadêmico e social, proporcionando novas possibilidades investigativas. Considera-se essencial abordar o tema na sua diversidade e complexidade, realizando uma discussão sobre garantia de direitos e problemas relacionados à manutenção dos lugares impostos pela sociedade a tais populações e as especificidades culturais e sociais adotadas por esses povos. Por isso, insere-se na linha de pesquisa *Organização, Acesso e Uso da Informação*, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB).

O conteúdo textual deste estudo é estruturado em seis seções. Na Seção 1, ***Introdução***, apresenta-se o tema de pesquisa, entrelaçando com um modo conceitual a partir da informação como elemento básico da Ciência da Informação e sua vinculação com as temáticas afro-brasileira e indígena. Traz ainda a questão de pesquisa, descreve os objetivos geral e específicos, assim como, a justificativa.

A Seção 2, ***Comunicação Científica e a Ciência da Informação***, engloba a discussão sobre a comunicação científica, os aspectos conceituais de sua formalização enquanto produção intelectual do ser humano, os Estudos Métricos em Informação, contextualiza a Ciência da Informação e sua institucionalização, os Programas de Pós-Graduação, e as Associações Científicas. Ainda, nesta seção, é realizada a problematização do Regime de Informação a partir dos textos de Bernd Frohman (1995), González de Gómez (1999, 2002, 2003, 2009a, 2009b, 2012), González de Gómez e Chicanel (2008), Sandra Braman (2004), Delaia e Freire (2010), Collins e Kush, (1999), na busca de construir um arcabouço teórico-prático com a perspectiva de compor um quadro para análise das dinâmicas de informação no contexto do regime de informação associado aos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil.

Na Seção 3, ***Negros e Indígenas no Contexto da Produção Científica***, discute-se os aspectos relacionados a esses dois povos, enfatiza-se a CI como campo científico também responsável pela interpretação dos contextos históricos desses povos quando relacionados com o fenômeno informacional. Em seguida, apresenta os resultados das análises das dissertações e teses coletadas nos repositórios institucionais de cada um dos Programas. Por fim, trazemos na Seção 4, as ***Considerações Pertinentes*** e, em seguida, as ***Referências***.

2 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Como ponto de partida para essa discussão, trazemos ao longo deste capítulo, em busca de um melhor entendimento do objetivo de pesquisa, conceitos e questionamentos relativos à comunicação científica e produção científica, ciência, entre outros termos que contemplem o estudo. E nesta área, a Ciência da Informação, entre outras, tem a função de compreender como se configura a informação enquanto comunicação científica, com o intuito de entender como funciona a dinâmica de uma produção científica em determinada área, e analisando a atuação de vários atores sociais, como as universidades, pesquisadores, institutos de pesquisa, agências de fomento, entre tantos outros.

Neste contexto, Meadows (1999) chama a atenção sobre o forte caráter aglutinador da busca do conhecimento, pois o ser humano sempre foi movido pela curiosidade e realiza um processo social a partir do esforço coletivo, que se traduziu no que chamamos hoje de ciência. Dito isso, o autor desenvolve esse contexto comentando que não se pode afirmar quando o ser humano começou a fazer pesquisa científica. Embora mencione que as discussões acadêmicas surgiram na antiguidade, quando filósofos se reuniam na chamada “Academia”, localizada na periferia de Atenas para debater questões filosóficas, na Grécia dos séculos V e VI a.C., assim como também discorre sobre a origem do “simpósio”, que era uma festa onde os gregos debatiam e bebiam à vontade. Já com relação à comunicação de forma escrita, as mais significativas são os manuscritos de Aristóteles, copiados repetidas vezes, ainda no século IV a.C..

Latour (2000) ressalta que a ciência é um sistema produtivo, concreto e material, salientando seu caráter coletivo e cumulativo. A primeira dessas propriedades decorre do fato de que “[...] o destino das coisas que dizemos e fazemos está nas mãos de quem as usar depois” (LATOUR, 2000, p. 52). A segunda advém da definição de conhecimento do próprio autor, enquanto “[...] familiaridade com eventos, lugares e pessoas, que são vistos e revistos muitas vezes [...]” (LATOUR, 2000, p. 356).

Para o autor, dessa vez no texto intitulado *Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções* publicado em 2004, a informação é uma interação que se estabelece entre dois lugares: o primeiro, identificado como periferia e o segundo como centro, e entre eles circula um veículo que ele chama de inscrição. No centro encontra-se a representação, ou seja, a forma, pela informação, daquilo que se encontra na periferia (matéria). Nesse sentido:

[...] Em função do progresso das ciências, [...] poder-se-á retirar mais ou menos matéria e carregar com mais ou menos informações veículos de maior ou menor confiabilidade. A informação não é inicialmente um signo, e sim o “carregamento”, em inscrições cada vez mais móveis e cada vez mais fiéis, de um maior número de matérias (LATOUR, 2004, p. 4).

Cabe aqui indagar de forma objetiva o que é ciência? Freire-Maia (1992, p. 24), responde essa pergunta afirmando que “[...] Ciência é um conjunto de descrições, interpretações, teorias, leis, modelos, etc., visando ao conhecimento de uma parcela da realidade, em contínua ampliação e renovação, que resulta da aplicação deliberada de uma metodologia especial [...]”, desse modo aproxima uma ideia de uma ação. Em consonância com essa discussão, Schwartzman (2001) apresenta algumas possibilidades para compreensão do conceito de ciência, que:

[...] Pode ser visto assim como um acervo de conhecimentos que é desenvolvido, acumulado, transformado e reestruturado de acordo com a dinâmica própria de cada campo. Pode também significar não qualquer conhecimento, mas um tipo especial de saber, com regras próprias (geralmente explícitas) sobre o modo de incorporar novas informações e novos critérios para validar os resultados. Finalmente, pode referir-se a uma atitude especial assumida pelos cientistas, qualificada de “científica”, orientada para incorporar novos dados e aceitar novos conceitos sempre que eles surgirem, em conformidade com as normas consideradas apropriadas em cada campo (SCHWARTZMAN, 2001, p. 23).

De antemão, não custa lembrar que para acontecer o processo de construção do conhecimento científico é essencial que a ciência seja comunicada, pois só assim será reconhecida como parte do acervo do conhecimento público num sentido de validação por outrem (SCHWARTZMAN, 2001), pois “a realização de pesquisas e a comunicação de seus resultados são atividades inseparáveis [...]”, como sintetiza Meadows (1999, p. 161). Em outras palavras, “uma grande descoberta científica não passa a existir, apenas, por força da autoridade moral ou do talento literário do seu criador, e sim pelo seu reconhecimento e sua apropriação por toda a comunidade científica” (ZIMAN, 1979, p. 83).

A comunicação situa-se no próprio coração da ciência. É para ela tão vital quanto a própria pesquisa, pois a esta não cabe reivindicar com legitimidade este nome enquanto não houver sido analisada e aceita pelos pares. Isso exige, necessariamente, que seja comunicada. Ademais, o apoio às atividades científicas é dispendioso, e os recursos financeiros que lhes são alocados serão desperdiçados a menos que os resultados das pesquisas sejam mostrados aos públicos pertinentes. Qualquer que seja o ângulo pelo qual a examinemos, a comunicação eficiente e eficaz constitui parte essencial no processo de investigação científica (MEADOWS, 1999, p. vi).

Comunicação científica, em uma clássica definição, “[...] inclui todo o espectro de atividades associadas à produção, divulgação e uso da informação desde o momento em que o cientista obtém a ideia para sua pesquisa até que a informação sobre os resultados desta pesquisa seja aceita como integrante do conhecimento científico” (GARVEY, 1979, p. 9). Portanto, não existe ciência sem a comunicação, pois:

[...] a publicação científica tornou-se, em seu processo histórico, um instrumento indispensável não apenas como meio de promoção individual, mas enquanto forma de promoção e fortalecimento do ciclo criação, organização e difusão do conhecimento [...] (BUFREM; SILVA; FABIAN; SORRIBAS, 2007, p. 39).

Nesse cenário, a comunicação científica é um “[...] vasto campo de estudo, no qual se conjugam não apenas disciplinas como a Filosofia da Ciência, a História da Ciência [...], como também a Psicologia, a Antropologia, a Linguística e outras correlatas ao estudo das trocas de informação”, segundo inferem Valois, Ramos, Rodrigues e Estevão (1989, p. 28). Levando-se em consideração esses aspectos, Lourenço (1997, p. 52) define produção científica como “[...] toda produção documental, independente do suporte [...] sobre um determinado assunto de interesse de uma comunidade científica específica, que contribua para o desenvolvimento da ciência e para a abertura de novos horizontes de pesquisa”.

Da mesma forma, esse conceito encontra as ideias de Witter (1996), ao argumentar que a:

[...] produção científica é a forma pela qual a universidade ou instituição de pesquisa se faz presente no saber-fazer-poder-ciência; é a base para o desenvolvimento e a superação da dependência entre países e entre regiões de um mesmo país; é o veículo para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de um país; é a forma de se fazer presente não só hoje, mas também amanhã; [...] e este rol pode ir longe mas, seja qual for o ângulo que se tome por referência, é inegável o papel da ciência na vida das pessoas, das instituições dos países. Pode-se afirmar que alguma produção científica está ligada à maioria, quase totalidade das coisas, dos eventos, dos lazeres com que as pessoas se envolvem no cotidiano (WITTER, 1996, p. 8).

A informação torna-se, então, o principal elemento dinamizador do desenvolvimento social, tendo como direção o desenvolvimento humano. Dessa maneira, a ciência, a tecnologia, a pesquisa e a educação são fatores insubstituíveis das transformações na Sociedade da Informação. Nesse intuito, nas diversas áreas do conhecimento, a pesquisa científica requer um espaço investigativo que se retroalimenta, constrói, e se expressa de maneira dinâmica e complexa, no nosso entendimento, orientado por um regime de informação. Em vista disso, para que um conhecimento tenha caráter científico, deve passar

por um processo de avaliação e de legitimação pelos pares, seguindo regras próprias da comunidade científica.

Essa retroalimentação acontece justamente por meio do intercâmbio de informações que ocorre durante o processo cíclico da produção, uso e disseminação da informação (CUSTÓDIO, 2018). Conforme afirmam Guinchat e Menou (1994, p. 22), “a ciência alimenta-se da ciência e este é um fato fundamental”. Em síntese, a produção científica se configura como resultado comunicado da atividade prática divulgada por meio dos canais de comunicação, quando submetida a julgamento entre pares capacitados no assunto abordado. Em vista disso, para pensar na relevância da ciência, é necessário colocar em evidência a importância da informação, do conhecimento e da comunicação científica.

Do mesmo modo, devido aos fenômenos de competição, concorrência, disputas por prioridade e reconhecimento semelhantes ao que acontece no âmbito da sociedade, também são inerentes a este campo, uma vez que “a estrutura da comunicação em ciência se tornou (nas mãos dos próprios cientistas) um sistema social complexo e rigorosamente controlado” (GARVEY, 1979. p. 3). É primordial assimilar o “rigorosamente controlado” mencionado pelo autor, em relação a como esse rigor - ou podemos utilizar também o termo “poder” - interfere nas temáticas pesquisadas na Ciência da Informação, utilizando o conceito de Regime de Informação de González de Gómez (2002).

Compreender como se configura a produção científica colabora para a representação de uma dinâmica social ou de um corpo científico apoiado em orientações e políticas de uma comunidade e demais contextos. Na concepção de Medeiros e Lucas (2014), a análise se justifica pela necessidade de entender o universo e o desenvolvimento da produção acadêmica, buscando identificar os produtores de informações e o surgimento de campos de pesquisa.

Retomando reflexões feitas neste texto, trabalhos de mapeamento das ciências se colocam como componentes importantes para aprofundar a compreensão sobre os processos sociais. Busca-se então, entender como se comporta o regime de informação no meio científico, especificamente nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil.

A produção e a organização do conhecimento, de uma determinada área, se constituem por meio de sua pesquisa científica, compreendendo a cada campo de conhecimento: linguagens próprias, tendências, associações cognitivas e sociais, traços característicos, interesses científicos, que permitem definir o campo e seus desdobramentos de como o conhecimento é construído e socializado (CUSTÓDIO, 2018, p. 14).

Como nosso campo de pesquisa são os Programas de Pós-graduação, é necessário então compreendermos como se desenvolveram essas Instituições no Brasil. Esse nível de ensino e pesquisa teve início com o chamado Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931, influenciado pelo modelo europeu e, posteriormente, pelo modelo estadunidense. No modelo europeu descrito como um modelo de aprendizagem e como uma abordagem tutorial, o núcleo é o professor-orientador; no estadunidense o ensino é voltado a um modelo organizacional e profissional, uma abordagem dirigida pelo curso ou programa e não pelo professor. Atualmente, a educação na Pós-graduação se tornou o resultado da combinação dos dois modelos ajustados às circunstâncias particulares (VERHINE, 2008).

O primeiro curso de Pós-graduação foi criado no ano de 1931, em Direito, pela Universidade do Rio de Janeiro. Em seguida, no ano de 1934, tem início o curso de Doutorado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e, mais tarde, em 1939, foi criado outro Doutorado, desta vez, na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro.

De modo geral, a institucionalização da Pós-graduação no Brasil só ocorreu por causa do crescimento intenso das matrículas na graduação, no início da década de 1960. Somente em 1965 que o Conselho Federal de Educação criou as principais diretrizes para a Pós-graduação brasileira, definindo como os cursos deveriam ser estruturados (SANTOS, 2002, 2003).

O objetivo do governo na época, ao criar os cursos de Pós-graduação era “[...] a formação de técnicos de alto nível, indispensáveis para o desenvolvimento tecnológico nacional [...]” (SANTOS, 2002, p. 485). O outro objetivo era capacitar docentes de ensino superior, para assim suprir a demanda ocasionada pelo aumento de instituições de ensino superior no país (SANTOS, 2002).

Posteriormente, os Programas de Pós-graduação se envolveram em questões mais amplas e não somente técnicas e práticas de cada campo científico ou formação de novos docentes para um campo de trabalho em expansão. Ao pesquisarem temas de caráter mais social aprofundaram suas pesquisas em questões voltadas ao desenvolvimento nacional, partindo para temáticas de diversidade, nas quais cada área tinha sua especificidade de progresso, o que veremos aqui nos resultados deste estudo como se comportou a Ciência da Informação neste quesito.

Com o aumento do número de cursos de Pós-graduação foi necessário a criação de um órgão para coordenar as instituições que ofereciam essas modalidades de ensino. Em vista disso, foram criados Centros Regionais de Pós-graduação que tinham como objetivos:

[...] a formação de professorado competente para atender à expansão do ensino superior, assegurando, ao mesmo tempo, a elevação dos níveis de qualidade; o estímulo à pesquisa científica, por meio da preparação adequada de pesquisadores; o oferecimento de treinamento eficaz de técnicas de alto padrão, para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional e a criação de condições favoráveis ao trabalho científico, de modo a estimular a fixação dos cientistas brasileiros no país e “impactar” os que estavam fora (SANTOS, 2002, p. 487).

Num momento posterior, em 1974, esses Centros Regionais de Pós-graduação se transformam no Conselho Nacional de Pós-graduação. Ainda se destaca neste contexto, a criação do Conselho Nacional de Pesquisa, atualmente denominado Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, atualmente denominada Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (SANTOS, 2002, 2003).

Com o crescimento do número de cursos neste nível, o desenvolvimento técnico-científico aliado a uma política desenvolvimentista no país ao longo das últimas décadas do século XX, os Programas de Pós-graduação ganham uma importância significativa na produção científica gerada em universidades, cujas dissertações e teses são estudos mais aprofundados sobre determinado questionamento, e que se constituem como ponto central na dinâmica de desenvolvimento da literatura científica. Dessa forma, propiciam reflexões robustas de um campo de conhecimento para melhor pensar seus modos de produção e atuação, visando aprimorar e desenvolver suas potencialidades e busca de soluções de problemas e desafios da sociedade (CUSTÓDIO, 2018).

É preciso, então, analisar de modo quantitativo e qualitativo como se comporta a Ciência em meio a todos os contextos sociais, a produção científica de determinados períodos, metodologias, atores, entre outros aspectos, a fim de obter dados que contemplem o universo em que atua. Por isso, na próxima seção, vamos destacar como essa etapa é realizada.

2.1 Estudos Métricos em Informação

Analisar a produção de um campo científico é um processo necessário, pois abarca dados que permitem o mapeamento relativo a uma temática específica. Esse procedimento requer uma análise que considere a área investigada e contextualize suas particularidades e especificidades, bem como a veja como uma “instituição social com suas práticas e argumentos, construída em processo de confrontação entre tradições e inovações,

regulamentações e rupturas, ações no campo específico e ingerências externas” (BUFREM, 2013, p. 2).

A ciência apresenta dimensões que são medidas por indicadores, obtendo informações relevantes sobre o seu desenvolvimento (HOLBROOK, 1992). A captação desses dados ocorre pela medição da produção científica de uma determinada área do conhecimento, de uma instituição ou de um país. Esses indicadores contribuem para a compreensão dos objetivos das pesquisas, das estruturas da comunidade científica e do seu impacto na sociedade.

Vanz e Stumpf (2010, 67) resumem bem esse contexto ao dissertarem que “[...] quanto mais ativo e produtivo o ambiente científico, mais frequentes e rigorosas são as rotinas de avaliação vigentes”. Segundo os autores, esses processos avaliativos se concebem de duas formas: a) uma avaliação qualitativa, feita pelos pares e fortemente ancorada na reputação adquirida pelo avaliado, e; b) a que se vincula a critérios quantitativos baseados em métodos bibliométricos e cientométricos (VANZ; STUMPF, 2010).

Em consonância com essa afirmativa, Bufrem e Prates (2005) consideram de suma importância conhecer as definições sobre os métodos de mapeamento e mensuração científica, pois:

[...] As atividades de identificação, análise e mapeamento dos termos representativos da prática de mensuração registrada na literatura visam a esclarecer implicações semânticas, apoiar pesquisadores no desenvolvimento de novas atividades científicas e também proporcionar um elenco de possibilidades de aplicação de instrumentos na mensuração da informação (BUFREM; PRATES, 2005, p. 10).

Como ressaltado por Medeiros e Lucas (2014, p. 3360), as “[...] métricas são importantes no sentido de oferecer dados quantitativos sobre determinado fenômeno, oferecendo subsídios e fornecendo uma melhor observação de desempenhos e ações em uma determinada situação analisada”, e são utilizadas nas mais diversas áreas de estudo, caracterizadas por necessidades específicas e metodologias próprias.

Os Estudos Métricos da Informação (EMI) têm apresentado um aumento significativo na ciência contemporânea desde o início dos anos 1980, período no qual se consolidaram como uma disciplina científica em função principalmente do surgimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), da disponibilidade de grandes bases de dados bibliográficas e *softwares* específicos para esta atividade favorecendo as práticas de mensuração da informação e seu fluxo (GLÄNZEL, 2003).

No Brasil, foi na década de 1970 que se iniciou a influência dos estudos métricos no curso de Mestrado em Ciência da Informação, do então Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), “[...] sob o estímulo da disciplina “Processamento de Dados na Documentação”, ministrada pelo Professor Tefko Saracevic [...]. A partir dessa data inicia-se no país uma febre pela Bibliometria, sendo esta aplicada aos mais diversos campos”, de acordo com Urbizagástegui Alvarado (1984, p. 92).

No campo da CI, os EMI se desenvolveram incorporando técnicas na pesquisa científica desde suas origens à sua tipologia, podendo variar conforme o universo que se objetiva investigar por meio de seus subcampos, os quais podem ser “[...] Bibliometria, Cientometria, Webometria, Patentometria, Altmetria e a Informetria, esta última com a maior amplitude e a primeira constituindo a origem dos Estudos Métricos” (GRÁCIO; OLIVEIRA, 2016, p. 1), cada qual se propondo medir um determinado fluxo da produção de informação.

A partir do desenvolvimento teórico-metodológico da ciência, principalmente nas décadas de 1990 e 2000, os objetivos iniciais dos estudos métricos evoluíram da quantificação simples e bruta de livros e revistas, para fins mais específicos, como a gestão da informação, interpretação da atividade científica e orientação de políticas públicas em ciência e tecnologia.

A seguir, compreenderemos a Bibliometria e a Cientometria - técnicas utilizadas nesta pesquisa - de forma mais detalhada, em busca de contextualizá-las com os objetivos propostos neste estudo.

2.1.1 Bibliometria e Cientometria

A Ciência necessita ser avaliada constantemente para possibilitar a identificação de seu crescimento e a dinâmica dessa evolução por meio de análise da produção científica, e essas avaliações são as bases que vão definir políticas e investimentos em diferentes âmbitos. Cabe então, aos estudos de natureza bibliométrica e cientométrica fornecer indicadores que informam o perfil de uma área técnico-científica, mostrando o volume de pesquisas produzidas e publicadas por um autor, uma instituição ou um país em vários aspectos da ciência e de sua evolução.

A Bibliometria se constitui na origem dos Estudos Métricos, busca identificar os aspectos quantitativos dos processos de produção, disseminação e uso da informação, conforme afirmam Grácio e Oliveira (2016). Sua metodologia inclui elementos da Matemática, Ciências Sociais e Naturais, Engenharia, incluindo, ainda, as Ciências da Vida

(GLÄNZEL, 2003). Conforme Medeiros e Lucas (2014, p. 3361), “[...] inclui um conjunto de métodos bibliométricos e leis específicas que visam estabelecer e fortalecer fundamentos e conceitos da Ciência da Informação”. Tague-Sutcliffe (1992, p. 1, tradução nossa²) explica que a Bibliometria “[...] desenvolve medidas e modelos matemáticos visando à sua utilização em estudos de prospecção e tomadas de decisão”.

Na visão de Araújo (2006, p. 25), os estudos bibliométricos “[...] se utilizam de dados bibliométricos mas que realizam uma leitura desses dados à luz de elementos do contexto sócio-histórico em que a atividade científica é produzida”, ou seja, as técnicas bibliométricas utilizadas isoladamente não são suficientes para interpretar os indicadores produzidos.

Ao contextualizá-la historicamente, Bufrem e Prates (2005) comentam que:

A Bibliometria, como prática multidisciplinar, começou a ser usada para identificar comportamentos da literatura e sua evolução em contexto e época determinados. [...] A Bibliometria procura um perfil dos registros do conhecimento, servindo-se de um método quantificável. Volta-se ao estudo de alguns problemas sociológicos, tentando atingir uma realidade concreta. [...] Hoje, comumente associado à medida, voltada a qualquer tipo de documento, o termo está relacionado ao estudo dos processos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação e designa também os processos e mecanismos avançados de busca *on-line* e técnicas de recuperação da informação (BUFREM; PRATES, 2005, p. 11).

Como área de estudo da Ciência da Informação, a Bibliometria tem um papel relevante na análise da produção científica de um país, uma vez que contribui para a visualização do comportamento da ciência em uma área evidenciando seu referencial teórico-epistemológico e as relações de poder entre os atores de uma comunidade científica. Essas colaborações científicas tendem a identificar semelhanças e traçar diferenças para que se criem novas ideias (ARAÚJO; ALVARENGA, 2011).

Hjørland (2002) destaca a relevância de se associar os estudos bibliométricos aos estudos históricos e epistemológicos para uma melhor compreensão de um domínio científico, uma vez que para se obter uma visão analítica é preciso que os estudos abordem os aspectos sócios contextuais do domínio, de uma forma historicizada e pragmática.

Na perspectiva de Araújo (2006), existem duas preocupações atuais dos pesquisadores em Bibliometria que caminham para direções distintas.

[...] Há um grupo particularmente preocupado com o aperfeiçoamento das fórmulas que expressam as leis. [...] Um outro grupo de pesquisadores passou a questionar a validade de estudos exclusivamente quantitativos,

² [...] develops mathematical models and measures for these processes and then uses the models and measures for prediction and decision making (TAGUE-SUTCLIFFE, 1992, p. 1).

colocando em questão a existência da Bibliometria (e suas subdisciplinas) como disciplina científica e propondo que ela deveria passar a ser uma técnica de suporte a ser somada a outras na realização de estudos concretos. [...] A evolução dos estudos em produção científica, assim, assistiu à conversão da Bibliometria, de um campo de pesquisa, em técnica – uma técnica útil, que deve ser adotada em conjunto com métodos qualitativos fornecidos pelas ciências sociais (ARAÚJO, 2006. p. 23-24).

A Cientometria, subcampo dos EMI, busca identificar se existe aumento da produção e da produtividade de uma disciplina ou de um grupo de pesquisadores em uma especialidade para delinear o crescimento de determinada área do conhecimento. Analisa se há obsolescência de paradigmas e também investiga a estrutura da comunicação entre os cientistas e as relações entre o desenvolvimento científico e o crescimento econômico (SPINAK, 1998; VANTI, 2000). Resumindo, a Cientometria é o estudo da mensuração e quantificação do progresso científico e tecnológico, baseada em indicadores bibliométricos e aplicação de técnicas numéricas analíticas para estudar a ciência da ciência.

Uma das autoras referências nos estudos dos EMI, Tague-Sutcliffe (1992) afirma que a Cientometria é aplicada no desenvolvimento de políticas científicas, como área de conhecimento e preocupa-se com a dinâmica da ciência como atividade social, tendo como objetos de análise a produção, a circulação e o consumo da produção científica. Assim, a autora a definindo como:

[...] O estudo dos aspectos quantitativos da ciência como uma disciplina ou atividade econômica. É um segmento da Sociologia da Ciência, sendo aplicada no desenvolvimento de políticas científicas. Envolve estudos quantitativos das atividades científicas, incluindo a publicação e, portanto, sobrepondo-se à Bibliometria (TAGUE-SUTCLIFFE, 1992, p. 1, tradução nossa³).

Van Raan (1997) disserta que a Cientometria se dedica a realizar estudos quantitativos em ciência e tecnologia e a identificar as relações existentes entre ambas com o enfoque no avanço do conhecimento e na busca relacionada deste com questões sociais e de políticas públicas. O mapeamento da interface entre a ciência e a tecnologia se torna um dos setores mais ricos para o desenvolvimento e utilização dos métodos cienciométricos.

Por outro lado, para Spinak (1998), a relação entre Bibliometria e Cientometria é que esta última aplica técnicas bibliométricas à ciência. Contudo, vai além das técnicas bibliométricas ao analisar o desenvolvimento e as políticas científicas. Segundo Spinak (1998,

³ [...] Is the study of the quantitative aspects of science as a discipline or economic activity. It is part of the sociology of science and has application to science policy-making. It involves quantitative studies of scientific activities, including, among others, publication, and so overlaps bibliometrics to some extent (TAGUE-SUTCLIFFE, 1992, p. 1).

p. 142, tradução nossa⁴), “[...] as análises quantitativas [...] consideram à ciência como uma disciplina ou atividade econômica. Por esta razão [...] pode estabelecer comparações entre as políticas de investigação entre os países analisando seus aspectos econômicos e sociais”.

A partir dos conceitos e análises sobre os Estudos Métricos em Informação aqui expostos, vamos em seguida compreender a Ciência da Informação e os seus aspectos históricos para que possamos, de uma forma aprofundada, compreender a necessidade desta pesquisa, em especial nos seus Programas de Pós-graduação.

2.2 Ciência da Informação

A sociedade vive sob o paradigma da informação, que foi e é considerada uma forma de poder e está diretamente ligada às questões sociais e culturais. Logo, não está acessível a todos, pois se tornou um elemento de produção e comportamento nos países desenvolvidos e acarretou problemas de acesso e uso, principalmente em países subdesenvolvidos. Mais que isso, é fator multiplicador e também medida de avaliação do poder que permeia todos os espaços sociais e é componente de todas as ciências e atividades humanas. Resumindo, nos tornamos a Sociedade da Informação (TOFFLER, 1990; CASTELLS, 1999; ROUSSEAU, 1999).

A informação é reconhecida como o elemento fundamental para a realização das atividades de cunho pessoal e institucional, utilizada com o objetivo de subsidiar processos cotidianos baseados nas necessidades informacionais, seja no contexto cultural ou científico. Desse modo, o processo de uso da informação está relacionado com o desejo pelo aprendizado constante, tendo como resultado a aquisição de novos conhecimentos. É nesse sentido que Tálamo e Smit (2007) enfatizam que a Ciência da informação é dirigida para resolver problemas causados pela complexidade do próprio conhecimento, com o intuito de modificar suas estruturas de modo que o transforme em informação.

São inúmeros os aportes conceituais sobre a Ciência da Informação, e inúmeros autores e autoras apontam características relacionadas ao armazenamento, gestão e disseminação da informação, sendo a CI a responsável por investigar as suas propriedades e comportamentos. Compreende-se então, que a CI tem uma dimensão social e humana, emergindo e se desenvolvendo com o propósito de investigar as mudanças causadas pelo contexto das revoluções científicas, a “explosão da informação” ocorrida após a Segunda

⁴ [...] Los análisis cuantitativos [...] consideran a la ciencia como una disciplina o actividad económica. Por esta razón [...] puede establecer comparaciones entre las políticas de investigación entre los países analizando sus aspectos económicos y sociales (SPINAK, 1998, p. 142).

Guerra Mundial, pela globalização e seus efeitos sobre os fluxos da informação - tanto em nível tecnológico como social -, se estabelecendo como área do conhecimento na transição entre a ciência moderna e a ciência pós-moderna. É nessa perspectiva que Saracevic (1996), a descreve como:

[...] um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação (SARACEVIC, 1996, p. 47).

Em relação aos conceitos bases desta pesquisa, utiliza-se a definição de informação a partir dos trabalhos referenciais de autores e autoras como Zeman (1970), que aborda a etimologia clássica do vocabulário e constata que a palavra informação tem sua origem no latim, deriva-se do verbo *informare*, cujo significado é dar forma, colocar em forma, mas também representar uma ideia ou noção; e, Pacheco (1995), que a identifica como uma porção materializada do conhecimento, um artefato, resultante da ação intencional humana, no registro, arquivamento e difusão dessas ações.

Para reflexão e análise sobre as origens do termo “informação”, Marteleto (2011) relaciona informação com interações sociais configuradas pelas representações dos sujeitos inseridos em espaços institucionais. Para uma melhor compreensão, a autora argumenta que:

As formas de constituição da informação como fenômeno ou objeto têm base no entendimento do modo de funcionamento das estruturas e das relações sociais. Informação não é processo, matéria ou entidade separada das práticas e representações de sujeitos vivendo e interagindo na sociedade, e inseridos em determinados espaços e contextos culturais. Informação, conhecimento, comunicação são fenômenos que tomam corpo nas práticas e representações sociais, tanto quanto nas relações que se estabelecem entre sujeitos coletivos [...] (MARTELETO, 2011, p. 105).

Em outras palavras, a informação “[...] foi criada num tempo, espaço e formas específicas, que formam um dos contextos pelo qual deve ser interpretada – o contexto de sua geração”, conforme infere Pacheco (1995, p. 21). Continua o raciocínio considerando a informação como um artefato, e que por isso poderá ser “[...] utilizada num contexto distinto daquele para o qual e no qual foi produzida, sendo portanto passível de recontextualização” (PACHECO, 1995, p. 21). Vindo ao encontro dessas definições e utilizando a concepção de informação como meio de comunicação, e levando em consideração as circunstâncias a partir das práticas sociais, Araújo (1999, p. 155) disserta que a informação é “[...] um elemento de

fundamental importância, pois é por meio do intercâmbio informacional que os sujeitos sociais se comunicam e tomam conhecimento de seus direitos e deveres [...]”.

Ainda convém lembrar sobre a complexidade desse objeto, e é sobre isso que Capurro e Hjørland (2007) argumentam sobre a existência de uma reflexão contínua sobre os fundamentos da CI. Embora a informação seja objeto de estudo da Ciência da Informação, Pinheiro (2004, p. 1), expressa que “todos os campos do conhecimento alimentam-se de informação [...]”, contudo, poucos a tratam como objeto de estudo, e, por causa disso, cada campo estabelece sua própria definição “[...] de acordo com a compreensão e concepção de informação na área [...]” (PINHEIRO, 2004, p. 5). Assim, a informação está relacionada também a outros campos do saber, alguns com mais intensidade e outros com menos, mas que se desenvolvem de formas distintas, o que vem proporcionando múltiplas teorias e conceitos ao abordá-la.

Em suas pesquisas, Wersig e Neveling (1975) identificaram seis abordagens diferentes ao uso e à compreensão do termo informação. Na abordagem estrutural, as estruturas do mundo, apreendidas ou não, constituem informação e, dessa forma, independentemente de sua apreensão pelo ser humano, é orientada para a matéria. Na abordagem do conhecimento, a informação é o conhecimento comunicado. Ou seja, o conhecimento é construído com base na percepção da estrutura do mundo, e isso ocorre com base na informação. Já na abordagem da mensagem, informação é frequentemente usada como sinônimo de mensagem, advinda da Teoria Matemática da Comunicação. Quanto à abordagem do significado, somente o significado da mensagem é identificado como informação. A abordagem do efeito é orientada a um receptor, nesse caso, a informação somente ocorre como um efeito específico de um processo específico. Por fim, na abordagem do processo, a informação não é um dos componentes do processo, mas o próprio processo.

Na concepção de Buckland (1991, p. 1, tradução nossa⁵), a informação é a “[...] redução da ignorância e da incerteza [...]”. Nesta mesma perspectiva, pode-se fazer relação com a redução também das diferenças sociais, em primeiro momento dando acesso à informação e ao conhecimento, pois conseqüentemente se terá mais possibilidades de acesso aos bens materiais. Através de uma abordagem pragmática, Buckland (1991) agrupa o conceito a partir do uso e identifica três usos principais: “informação-como-processo”, “informação-como-conhecimento” e “informação-como-coisa”. A informação-como-processo (*information-as-process*) pressupõe o ato de informar, pois quando alguém é informado, o que

⁵ [...] reduction of ignorance and of uncertainty [...] (BUCKLAND, 1991, p. 1).

ele sabe é alterado. A informação-como-conhecimento (*information-as-knowledge*) seria usada para designar aquilo que é percebido na informação como processo, mas sua característica principal seria justamente ser intangível, e para que pudesse ser comunicada precisaria ser descrita, expressa ou representada de forma física, o que nos leva à informação-como-coisa, sua representação. A informação-como-coisa (*information-as-thing*) seria utilizada para atribuir objetos, tais como dados e documentos.

No processo evolutivo da CI surgiram três vertentes conceituais do termo “informação”, a saber:

[...] O primeiro é um conceito fisicista, em que a informação é tomada como algo objetivo, dotado de propriedades que poderiam ser identificadas e medidas. O segundo é um conceito cognitivista, em que a informação é entendida como algo subjetivo, produto da interação entre os dados (dimensão física) e a mente dos sujeitos – sendo a medida da alteração do estado de conhecimento. O terceiro é um conceito pragmatista, em que a informação é entendida como algo essencialmente intersubjetivo, em que algo só pode ser identificado como informação a partir de um determinado arranjo de elementos (um regime informacional) e por meio de ações específicas de *in-formar* (gerar registros de conhecimento) e se *in-formar* (utilizar esses registros) (ARAÚJO *et al*, 2018, p. 211).

Com esse entendimento claro, podemos observar como se constitui a especificidade da Ciência da Informação. Não é, portanto, um estudo de um novo objeto empírico, é mais que isso, é “[...] a análise dos mesmos fenômenos já estudados por outras ciências, a partir de um ponto de vista diferente – a partir de um olhar informacional” (ARAÚJO *et al*, 2018, p. 211).

Silva e Gomes (2015, p. 154) conceituam a informação a partir do diálogo com definições já existentes no campo da Ciência da Informação, como “[...] processo de interação e estrutura heteronômica social constituída a partir de uma atividade hermenêutica possibilitando apreensão, compreensão e apropriação [...]”. Capurro e Hjørland (2007) inferem que:

[...] Nenhuma ciência deveria ser identificada através de suas ferramentas (por exemplo, tecnologias modernas). Supõe-se que todos os campos utilizem as mais adequadas ferramentas disponíveis. Uma ciência deveria ser identificada pelo seu objeto de estudo. Como tal, o estudo da informação é o melhor. Precisamos, contudo, identificar a função específica da CI em relação à geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação, de forma distinta das atividades nas quais outros profissionais são mais qualificados. [...] Acreditamos que o foco dos profissionais da informação (distintos dos outros grupos de profissionais a que estão servindo) implica uma abordagem sociológica e epistemológica para a geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação [...] (CAPURRO; HJØRLAND, 2007, p. 187).

No plano internacional, existe um consenso que, em relação ao surgimento da CI, há duas vertentes, a americana e a europeia. No entendimento de Silva e Ribeiro (2002), a vertente europeia corresponde ao paradigma historicista, tecnicista e custodial. Nesse âmbito, a CI surgiu como evolução da Biblioteconomia e Arquivologia, se adaptando às novas tecnologias, como também em diversas outras áreas do conhecimento. Os mesmos autores e autoras, demonstram que até 1958 o termo raramente surgiu na literatura especializada, embora se possa estabelecer a origem mais remota da disciplina no final do século XIX, com os estudos de Paul Otlet e a afirmação da área que se designou por Documentação.

Já na vertente americana, tem início um paradigma dinâmico, científico e informacional, assim a CI surgiu com a explosão informacional pós-guerra. Compreende Barreto (2002), que em 1945, Vannevar Bush escreveu o artigo *As we may think*, onde criticava os sistemas de classificação tradicionais europeus e buscava métodos mais eficientes de organização e recuperação da informação, que teriam surgido como forma de revolução e não evolução, como na vertente europeia. É neste sentido que Barreto (2002) comenta que:

[...] Vannevar Bush pode ser considerado o precursor da ciência da informação e 1945 a data fundadora com a publicação de seu artigo; ele indicou uma mudança de paradigma para a área de informação em ciência e tecnologia, que envolvia: profissionais, instrumentos de trabalho para armazenagem e recuperação da informação; argumentou sobre o desuso das condições teóricas da representação da informação para processamento e armazenagem e recuperação. Bush introduziu a noção de associação de conceitos ou palavras na organização da informação, pois este seria o padrão que o cérebro humano utiliza para transformar informação em conhecimento. Indicou que os sistemas de classificação e indexação, existentes à época, eram limitativos e não intuitivos (BARRETO, 2002, p. 69).

Na perspectiva de Saracevic (1996), a CI está associada a três características que estão intrinsecamente ligadas à sua evolução, a primeira é sua natureza interdisciplinar, a segunda é a interação com as tecnologias da informação, e a terceira seria a sua forte influência na evolução da Sociedade da Informação. Dito isso, parece evidente, portanto, que a CI se destaca como instrumento de transformação ao dialogar com outras ciências a respeito de temas relevantes no contexto social – apropriando-se de princípios éticos e étnicos – no qual é compreendida aqui na perspectiva do paradigma social, enfatizada por Capurro (2003).

Para melhor compreensão, e utilizando os estudos de Kuhn (1998, p. 13) como referência, esses paradigmas “[...] são as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”, as quais permitem ver uma coisa em analogia à outra,

evidenciando os limites no tempo e no espaço. Contudo, um paradigma se constrói pela crise do modelo anterior, assim como o êxito ou o predomínio de um padrão científico está sempre condicionado às estruturas sociais e aos fatores sinérgicos. Assim, são frutos de uma intensa luta de ideias e perspectivas sociais, que, em tese, devem ser alocadas da melhor forma possível dentro de sistema coletivamente organizado (KUHN, 1998).

Portanto, representa um padrão a ser seguido no âmbito científico e/ou social. Na comunidade científica inclui crenças, valores, técnicas e teorias compartilhadas, sendo influenciado pelos fatores culturais, políticos, econômicos e sociais vigentes enquanto predomina. Assim, o ser humano enquanto ator social tem o potencial de trazer as chamadas crises dentro de um padrão estabelecido, consubstanciando-se em critério de julgamento daquilo que é verdadeiro e real. As mudanças ocorrem de tempo em tempo e as tais mudanças acontecem mediante saltos. Acredita-se que tem início pelas chamadas crises, que se instalam e com elas chega uma revolução científica, sendo o momento anterior à revolução um período caracterizado pelo desacordo e pela discussão de fundamentos (KUHN, 1998).

Dentro de uma perspectiva de análise de produção científica, os paradigmas são utilizados como direcionadores das práticas científicas. Dessa forma, é necessário compreender os padrões da Ciência da Informação para que possamos melhor referenciar o entendimento do objeto de estudo, e utilizando Capurro (2003) como referencial nestes estudos, cabe identificar os três modelos epistemológicos distintos, a saber: físico, cognitivo e social. Para o autor, a CI “[...] nasceu com um paradigma físico, questionado por um enfoque cognitivo idealista e individualista, sendo este por sua vez substituído por um paradigma pragmático e social” (CAPURRO, 2003, p. 3). Smit (2012, p. 90) argumenta que “o paradigma físico priorizou o objeto, o paradigma cognitivo enfatizou o sujeito, e o paradigma social enxerga o sujeito, contextualizado, em sua relação com o objeto-informação”.

No paradigma físico, a informação tem o *status* de “objeto”, uma “coisa” (BUCKLAND, 1991), e dispõe na sua essência o caráter objetivo, algo mensurável que pode ser armazenado e transmitido por canais de comunicação. Tal modelo é centrado em sistemas informatizados, onde o conceito de informação aproxima-se de um sentido estritamente técnico, cujas percepções e interpretações do usuário, no processo de recuperação da informação, não são consideradas e não há preocupação em compreender os aspectos da informação que é transmitida.

Em essência esse paradigma postula que há algo, um objeto físico, que um emissor transmite a um receptor. Curiosamente a teoria de Shannon não denomina esse objeto como informação (“*information*”), mas como

mensagem ("*message*"), ou, mais precisamente, como signos ("*signals*") que deveriam ser em princípio reconhecidos univocamente pelo receptor sob certas condições ideais como são a utilização dos mesmos signos por parte do emissor e do receptor, e a ausência de fontes que perturbem a transmissão [...] (CAPURRO, 2003, p. 7).

Além disso, teve como marco a Teoria Matemática da Comunicação de Claude Shannon e Warren Weaver (1949), assim, oriundo dos conceitos inerentes à recuperação da informação, implica na veiculação física de um sinal, no qual o aspecto cognitivo e o papel ativo do sujeito cognoscente são excluídos (CAPURRO, 2003).

Levando-se em consideração esses aspectos, González de Gómez (2009b) considera a conceituação da informação na Ciência da Informação através de duas abordagens, uma fisicalista e outra mentalista, e essas abordagens são alusivas a dois modelos elencados por Capurro (2003). A abordagem fisicalista está relacionada ao paradigma físico, onde é dado ênfase ao caráter material e físico da informação.

Como contraponto a essa concepção física da informação, a partir da proposta do sentido cognitivo da informação de Brookes (1977), o paradigma cognitivo destaca a informação como algo capaz de alterar as estruturas cognitivas do sujeito, observando de que forma os processos informativos transformam ou não o usuário, ou seja, o foco principal é o usuário e seu conhecimento individual, incorporados à ideia de relatividade preponderante nas ciências humanas e sociais, em que ressalta o papel do sujeito enquanto agente transformador de informação em conhecimento, conforme as especificidades de cada indivíduo.

Retomando a discussão proposta por González de Gómez (2009b), a abordagem mentalista surge na década de 1980 como contraponto ao modelo fisicalista e material da informação, ganhando espaço na Ciência da Informação com autores como Belkin, Oddy e Brooks (1982), os quais propõem a concepção cognitiva da informação. Assim “[...] encontrarão sustentação as enunciações acerca da intangibilidade da informação, ao deslocar o objeto dos estudos da recuperação de informação, de uma primeira ênfase nas fontes de informação e nos sistemas, em direção aos usuários” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2009b, p. 118).

Percebemos, assim, que a informação é compreendida considerando as estruturas cognitivas do usuário, sendo a relação mente-informação seu principal enfoque. Dessa maneira, os aspectos ligados à mente do sujeito e sua capacidade de dar significado ao mundo que o cerca, são trazidos à tona. Isso é corroborado por Capurro (2003, p. 9), que considera a informação no paradigma cognitivo “ou como algo separado do usuário localizado em um mundo numênico, ou de ver o usuário, se não exclusivamente como sujeito cognoscente, em

primeiro lugar como tal, deixando de lado os condicionamentos sociais e materiais do existir humano”.

Do mesmo modo, é nesse modelo que o profissional da informação atua na procura de arquitetar os modelos de intermediação entre o usuário e o sistema. Contudo, o profissional não é apenas o mediador, mas também o responsável por compreender o modelo mental do usuário e adaptá-lo em modelos artificiais que servem de interface com o usuário final (BRÄSCHER; GUIMARÃES, 2018).

O paradigma social diz respeito à recuperação dos elementos subjetivos dos usuários para a definição do desenho dos sistemas de recuperação, considerando sua visão de mundo, com isso, a Ciência da Informação tem uma concepção no enfoque interpretativo, centrado no significado e no contexto social do usuário e do próprio sistema de recuperação da informação, surgindo assim a necessidade de se repensar a compreensão do processo informacional.

Além disso, a informação é classificada de acordo com os hábitos, os costumes, os comportamentos e as leis que regem determinada população. Capurro (2003) disserta que a informação é trabalhada e/ou entendida de acordo com o ambiente sociocultural dos indivíduos. Desse modo, a prática de um grupo pode determinar o entendimento do código, produzindo um sentido ideológico, princípios, doutrinas, concepções, conceitos, política e educação, entre outros aspectos. Ou seja, esse padrão vai surgir em virtude da limitação que existe no modelo cognitivo, onde o sujeito cognoscente era dissociado do contexto social. É nesse sentido que Capurro (2003, p. 11) menciona que essa norma é na verdade uma integração do ponto de vista “individualista e isolacionista do Paradigma Cognitivo dentro de um contexto social no qual diferentes comunidades desenvolvem seus critérios de seleção e relevância”.

2.2.1 Institucionalização da Ciência da Informação no Brasil

A Ciência da Informação no Brasil está associada diretamente ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), como órgão de produção e acúmulo de informações bibliográficas, criado com base no Decreto nº 35.124, de 27 de fevereiro de 1954, tendo Lydia de Queiroz Sambaquy como primeira presidente da Instituição. Posteriormente, o IBBB passou a ser denominado Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), por meio da Resolução nº 20/76, de 25 de março de 1976. Soma-se ao marco da criação do IBBB, o contato com instituições internacionais como a *International Federation*

of Documentation (FID) e a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) que ofereciam acesso a um cenário já em vias de se globalizar, enriquecendo o domínio intelectual (ODDONE, 2006).

A trajetória da Ciência da Informação, no Brasil, teve o IBICT como o espaço institucional para o seu nascimento no País. O Instituto, na confluência de ações de vanguarda como as primeiras bibliografias brasileiras especializadas, por processo automático, no final dos anos 60, foi o solo fértil para que novas ideias em circulação nos Estados Unidos e na Europa fossem semeadas em território nacional (PINHEIRO, 2007, p. 3).

Contudo, compreende-se que a CI se constituiu no Brasil e no mundo de maneira a romper com práticas que não se mostravam mais suficientes para atender as necessidades informacionais de uma sociedade marcada pela explosão tecnológica, e de uma comunidade científica em contínuo processo de crescimento (PINHEIRO, 2002; ODDONE, 2006). De fato, a Ciência da Informação, no Brasil, não surgiu de repente, sem qualquer respaldo ou anterioridade, ao contrário, a área se instituiu em um espaço demarcado por outros saberes já constituídos. É possível perceber então que, segundo Pinheiro (2007, p. 2), “o panorama a ser desenhado, da Ciência da Informação no Brasil é, portanto, resultante das conjunturas internacionais e nacionais e trazem a marca da história do mundo e de nosso País”. Nessa perspectiva, Oddone (2004, p. 122) argumenta que de “sobremaneira importante nos parece a conclusão de que a criação do IBBD não representou um ponto de partida. Ao contrário, a criação do IBBD concluiu um processo, mesmo que tenha dado início a vários outros”.

Nas pesquisas de Pinheiro (1997) é mencionado que uma das primeiras ações realizadas pelo IBBD foi a criação do Curso de Pesquisa Bibliográfica em nível de especialização, que foi implantado em 1955 e aberto a profissionais de diferentes áreas, o qual posteriormente foi denominado de Curso de Especialização em Documentação e Informação. Desde sua criação, já ofertava cursos de pesquisas bibliográficas em ciências médicas e em ciências agrícolas.

Pinheiro e Loureiro (1995) nos lembram que, nesse ambiente, muito semelhante a como ocorreu em outros cursos de Pós-graduação no Brasil de diferentes campos do conhecimento, nos de Ciência da Informação, sobretudo no Mestrado do IBICT, até o ano de 1981 professores oriundos principalmente dos Estados Unidos da América (EUA) e Grã-Bretanha ministraram aulas e orientaram pesquisadores, entre eles: Frederick Wilfrid Lancaster (34 orientações), Tefko Saracevic (13 orientações), LaVahn Marie Overmyer, Bert Roy Boyce e Jack Mills (duas orientações cada), além de John Joseph Eyre, Ingetraut Dahlberg e Suman Datta. A propósito, a presença de estrangeiros também ocorreu através de

conferências, entre os quais Derek de Solla Price, da *Yale University*, físico e especialista em História da Ciência cujas obras são fundamentais, sobretudo para os estudos de comunicação científica. Pinheiro (2007, p. 6) infere que “esses dados nos permitem afirmar que a Ciência da Informação, no Brasil, absorveu dupla influência, tanto a europeia, especificamente as ideias de Paul Otlet, no IBBD/IBICT, quanto a anglo-americana”.

Destarte, Pinheiro e Loureiro (1995, p. 11) acrescentam que “como atividades decorrentes da implantação do mestrado, foi criada a revista *Ciência da Informação*, em 1972, e foram realizadas duas reuniões brasileiras de ciência da informação, a primeira, em 1975, e a segunda, em 1979”. Como descrito por Pinheiro (2007), o IBBD/IBICT:

[...] foi o laboratório para experiências pioneiras em informação científica e tecnológica – ICT e para formação de recursos humanos na nova área, com os cursos de especialização e de mestrado, bem como abriu a discussão nacional para questões de Ciência da Informação. Portanto, o IBICT assumiu o papel de criador e gestor de atividades pioneiras de ICT e de ações políticas e de coordenação, contribuindo para a implantação de outros órgãos e cursos no Brasil e mesmo na América Latina (PINHEIRO, 2007, p. 3).

Na Tabela de Áreas do Conhecimento (TAC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de 1984 – ainda vigente – que organiza o universo da ciência e tecnologia no Brasil, a Ciência da Informação é compreendida como campo de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, incluída no Colégio de Humanidades juntamente com as Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes, embora, nas duas tabelas anteriores, 1976 e 1982, haja diferenças significativas.

Na TAC de 1976, a Ciência da Informação não é entendida como área do conhecimento, e sim, como subárea da área de Comunicação, e ainda é denominada como Ciências da Informação. Já na TAC do ano de 1982, a CI já é considerada como área do conhecimento, incluída na grande área de Ciências Humanas, Sociais e Artes. Contudo, é colocada como área incorporando a Biblioteconomia e Arquivologia. Na última TAC datada de 1984, a CI está associada à Área de Avaliação Comunicação e Informação, juntamente com Comunicação, Desenho Industrial e Museologia.

A seguir, vamos adentrar de forma detalhada, no campo pesquisa, que são os Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação, buscando compreender sua formação enquanto instituições.

2.2.2. Os Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação

A história da Pós-Graduação em CI no Brasil inicia com a implantação do primeiro Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, no ano de 1970, pelo então Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atualmente IBICT, assumindo o papel de criador e gestor de atividades precursoras de informação científica e ações políticas, contribuindo fortemente para a implantação de outros cursos no Brasil. Em seguida, em 1978, é inaugurado o Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação na Universidade de Brasília (UNB). Só depois de 22 anos, tem origem o Programa de Pós-graduação na Universidade Estadual Paulista de Marília (UNESP/MARÍLIA), em 1998, em nível de mestrado (ANDRADE; OLIVEIRA, 2011).

Antes, ainda na década de 1970, surgiram cinco cursos de Mestrado em Biblioteconomia, na Universidade de São Paulo (USP), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMP), na Universidade de Brasília (UnB) e na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), alguns desses posteriormente deram origem a Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação, como exemplo, o da UFPB e UFMG. Somente na década de 1990 começaram a surgir os cursos de Doutorado em Ciência da Informação, sendo os pioneiros aqueles do IBICT e da UNB, no ano de 1992; e da UFMG, no ano de 1997 (GOMES, 2009; ANDRADE; OLIVEIRA, 2011).

Na UFBA, em 1995, instalou-se o Mestrado em Informação Estratégica, em convênio com a Universidade de Brasília (UnB). Em 1998, com a instauração do Instituto de Ciência da Informação (ICI) aconteceu a implantação do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação em nível de Mestrado, e em 2011 foi aprovado o curso em nível de Doutorado. Nos anos 2000 surgiram outros os Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil, sendo: UFSC (2000), UFPB (2007), UFF (2009), UFPE (2009), UEL (2012), UFC (2016), UFSCar (2016), UFPA (2017), e, por último, UFAL (2019).

QUADRO 1 – Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil.

Instituição		Área de Concentração do Programa	
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)		Informação e Mediações Sociais e Tecnológicas para o Conhecimento	
Ano de criação		Conceito CAPES	
M*	D**	M	D

1970	1994	4	4
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)		Informação, Mediações e Cultura	
Ano de criação		Conceito CAPES	
1976	1997	M	D
M	D	5	5
Universidade de Brasília (UNB)		Gestão da Informação	
Ano de criação		Modalidade	
M	D	M	D
1978	1992	5	5
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)		Informação, Tecnologia e Conhecimento	
Ano de criação		Conceito CAPES	
M	D	M	D
1998	2005	6	6
Universidade Federal da Bahia (UFBA)		Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea	
Ano de criação		Conceito CAPES	
M	D	M	D
1998	2012	4	4
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)		Gestão da Informação	
Ano de criação		Conceito CAPES	
M	D	M	D
2000	2013	5	5
Universidade de São Paulo (USP)		Cultura e informação	
Ano de criação		Conceito CAPES	
M	D	M	D
2006	2006	4	4
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)		Informação, Conhecimento e Sociedade	
Ano de criação		Conceito CAPES	
M	D	M	D
2007	2012	4	4
Universidade Federal Fluminense (UFF)		Dimensões contemporâneas da Informação e do Conhecimento	
Ano de criação		Conceito CAPES	
M	D	M	D
2009	2014	4	4
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)		Informação, Memória e Tecnologia	
Ano de criação		Conceito CAPES	

M	D	M	D
2009	2017	4	4
Universidade Estadual de Londrina (UEL)		Organização, Acesso e Apropriação da Informação e do Conhecimento	
Ano de criação		Conceito CAPES	
M	D	M	D
2012	2018	4	4
Universidade Federal do Ceará (UFC)		Representação e Mediação da Informação e do Conhecimento	
Ano de criação		Conceito CAPES	
M	D	M	D
2016	Não tem	3	-
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)		Conhecimento, Tecnologia e Inovação	
Ano de criação		Conceito CAPES	
M	D	M	D
2016	Não tem	3	-
Universidade Federal do Pará (UFPA)		Gestão da Informação e Organização do Conhecimento	
Ano de criação		Conceito CAPES	
M	D	M	D
2017	2018	3	-
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)		Informação, Tecnologia e Inovação	
Ano de criação		Conceito CAPES	
M	D	M	D
2019	Não tem	-	-

Fonte: Plataforma Sucupira, 2020.

* M: Mestrado. ** D: Doutorado.

2.2.3 Associações Científicas

Na concepção de Andrade e Oliveira (2005, p. 46), “a história da ciência mostra que a institucionalização da atividade científica coincide com a criação das academias científicas [...]”. No Brasil, a comunidade de pesquisadores da Ciência da Informação se congrega também em associações científicas. Cabe então destacar aqui a atuação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) e da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), que funcionam como porta-voz da classe nos diálogos com a sociedade civil, instituições governamentais e agências de fomento, em defesa dos interesses da área.

A ANCIB surgiu em 1989 como uma sociedade civil e sem fins lucrativos – por meio do empenho de alguns Cursos e Programas de Pós-Graduação da área no país -, especificamente voltada para pesquisa, e mais adiante veio a coordenar os Encontros Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, os ENANCIBs (PINHEIRO, 2007). Admite sócios institucionais, que são os Programas de Pós-Graduação na área de Ciência da Informação, e sócios individuais, como professores, pesquisadores, estudantes de Pós-graduação e profissionais egressos dos programas.

A ANCIB tem como principal agenda científica anual de divulgação dos estudos em CI, o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) cuja finalidade é a apresentação de trabalhos de pesquisa em andamento ou recentemente concluídos, relacionados aos eixos temáticos dos 11 Grupos de Trabalhos (GTs), conforme explicita o Quadro 2. Desse modo, “[...] o conjunto de trabalhos apresentados em seus encontros pode ser considerado representativo do estado da arte da pesquisa em Ciência da Informação, no Brasil, naquele momento” (MUELLER; MIRANDA; SUAIDEN, 2000, p. 293).

QUADRO 2 – Temáticas dos Grupos de Trabalho do Enancib

GTs	Temática do GT
1	Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação
	Estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação. Constituição do campo científico e questões epistemológicas e históricas da Ciência da Informação e seu objeto de estudo – a informação. Reflexões e discussões sobre a disciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, assim como a construção do conhecimento na área.
2	Organização e Representação do Conhecimento
	Teorias, metodologias e práticas relacionadas à organização e preservação de documentos e da informação, enquanto conhecimento registrado e socializado, em ambiências informacionais tais como: arquivos, museus, bibliotecas e congêneres. Compreende, também, os estudos relacionados aos processos, produtos e instrumentos de representação do conhecimento (aqui incluindo o uso das tecnologias de informação) e as relações inter e transdisciplinares neles verificadas, além de aspectos relacionados às políticas de organização e preservação da memória institucional.
3	Mediação, Circulação e Apropriação da Informação
	Estudo dos processos e das relações entre mediação, circulação e apropriação de informações, em diferentes contextos e tempos históricos, considerados em sua complexidade, dinamismo e abrangência, bem como relacionados à construção e ao avanço do campo científico da Ciência da Informação, compreendido em dimensões inter e transdisciplinares, envolvendo múltiplos saberes e temáticas, bem com contribuições teórico-metodológicas diversificadas em sua constituição.
4	Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações

Gestão de ambientes, sistemas, unidades, serviços, produtos de informação e recursos informacionais. Estudos de fluxos, processos, usos e usuários da informação como instrumentos de gestão. Gestão do conhecimento e aprendizagem organizacional no contexto da Ciência da Informação. Marketing da informação, monitoramento ambiental e inteligência competitiva. Estudos de redes para a gestão. Aplicação das tecnologias de informação e comunicação à gestão da informação e do conhecimento.	
5	Política e Economia da Informação
Políticas e regimes de informação. Informação, Estado e governo. Propriedade intelectual. Acesso à informação. Economia política da informação e da comunicação. Produção colaborativa. Poder, ativismo e cidadania. Conhecimento, aprendizagem e inovação. Ética da informação. Informação e ecologia.	
6	Informação, Educação e Trabalho
Campo de trabalho informacional: atores, cenários, competências e habilidades requeridas. Organização, processos e relações de trabalho em unidades de informação. Sociedade do Conhecimento, tecnologia e trabalho. Saúde, mercado de trabalho e ética nas profissões da informação. Perfis de educação no campo informacional. Formação profissional: limites, campos disciplinares envolvidos, paradigmas educacionais predominantes e estudo comparado de modelos curriculares. O trabalho informacional como campo de pesquisas: abordagens e metodologias.	
7	Produção e Comunicação da Informação em CT&I
Estudos teóricos, aplicados e metodológicos sobre a produção, comunicação e uso da informação em Ciência, Tecnologia e Inovação. Inclui pesquisas relacionadas aos processos de comunicação, divulgação, análise e formulação de indicadores para planejamento, avaliação e gestão em CT&I.	
8	Informação e Tecnologia
Estudos e pesquisas teórico-práticos sobre e para o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação que envolvam os processos de geração, representação, armazenamento, recuperação, disseminação, uso, gestão, segurança e preservação da informação em ambientes digitais.	
9	Museu, Patrimônio e Informação
Análise das relações entre o museu (fenômeno cultural), o patrimônio (valor simbólico) e a informação (processo), sob múltiplas perspectivas teóricas e práticas de análise. Museu, patrimônio e informação: interações e representações. Patrimônio musealizado: aspectos informacionais e comunicacionais.	
10	Informação e Memória
Estudos sobre a relação entre os campos de conhecimento da Ciência da Informação e da Memória Social. Pesquisas transdisciplinares que envolvem conceitos, teorias e práticas do binômio 'informação e memória'. Memória coletiva, coleções e colecionismo, discurso e memória. Representações sociais e conhecimento. Articulação entre arte, cultura, tecnologia, informação e memória, através de seus referenciais, na contemporaneidade. Preservação e virtualização da memória social.	
11	Informação e Saúde
Estudos das teorias, métodos, estruturas e processos informacionais em diferentes contextos da saúde, considerada em sua abrangência e complexidade. Impacto da informação, tecnologias, e inovação em saúde. Informação nas organizações de saúde. Informação, saúde e sociedade. Políticas de informação em saúde. Formação e capacitação em	

informação em saúde.

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Esses Grupos de Trabalho são importantes dentro desse contexto de produção científica na CI, pois deles partem novas concepções e novos questionamentos sobre as temáticas de cada grupo, como também surgem as parcerias científicas, seja entre os cientistas ou de forma institucional. É por intermédio do ENANCIB que são divulgados os resultados das pesquisas, fortalecendo os vínculos e momentos de discussão desse campo científico. Durante a análise dos resultados, veremos como as dissertações e teses adentram o campo de pesquisa científica, fazendo vinculação com esses GTs mencionados acima, buscando expor o modo e perspectivas como são tratados os fenômenos informacionais dos povos negros e indígenas na Ciência da Informação.

A primeira edição do ENANCIB ocorreu no ano de 1994, em Belo Horizonte/MG; a segunda em 1995, na cidade de Valinhos/SP; a terceira em 1997, no Rio de Janeiro/ RJ; e após três anos, em 2000, ocorreu em Brasília/DF (MUELLER; MIRANDA; SUAIDEN, 2000). A quinta edição aconteceu novamente na cidade Belo Horizonte/MG, no ano de 2003; a sexta edição em Florianópolis/SC, no ano 2005, e desde então, o ENANCIB ocorre anualmente.

Só a partir do terceiro ENANCIB que o evento começa a ter assuntos específicos para as discussões entre os participantes, conforme identificados no Quadro 3. Ratificando o que já foi dito anteriormente pelos autores e autoras acima citados, os trabalhos e as temáticas discutidas no ENANCIB são representativos do estado da arte da pesquisa em CI, e assim como os Grupos de Trabalhos, poderemos utilizar nas análises e relacioná-los com a produção científica nos Programas de Pós-Graduação do campo da CI.

QUADRO 3 – Temas dos ENANCIBs

Edição / Ano	Local – Tema
I – 1994	UFMG – Belo Horizonte/MG
	Não teve
II – 1995	PUC-Campinas – Valinhos/SP
	Não teve
III – 1997	IBICT/UFRJ – Rio de Janeiro/RJ
	Não teve
IV – 2000	UnB – Brasília/DF

	Conhecimento para o Século XXI: a pesquisa na construção da Sociedade da Informação
V – 2003	UFMG – Belo Horizonte/MG
	Informação, conhecimento e transdisciplinaridade
VI – 2005	UFSC – Florianópolis/SC
	A política científica e os desafios da sociedade da informação
VII – 2006	Unesp – Marília/SP
	A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação
VIII – 2007	UFBA – Salvador/BA
	Promovendo a inserção internacional da pesquisa brasileira em Ciência da Informação
IX – 2008	USP – São Paulo/SP
	Diversidade cultural e políticas de informação
X – 2009	UFPB – João Pessoa/PB
	A responsabilidade social da Ciência da Informação
XI – 2010	IBICT/UFRJ; Fiocruz; UNIRIO – Rio de Janeiro/RJ
	Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação
XII – 2011	UnB – Brasília/DF
	Políticas de Informação para a Sociedade
XIII – 2012	Fiocruz – Rio de Janeiro/RJ
	A sociedade em rede para a inovação e o desenvolvimento humano
XIV – 2013	UFSC – Florianópolis/SC
	Informação e interação: ampliando perspectivas para o desenvolvimento humano
XV – 2014	UFMG – Belo Horizonte/MG
	Além das ‘nuvens’: expandindo as fronteiras da Ciência da Informação
XVI – 2015	UFPB – João Pessoa/PB
	Informação, Memória e Patrimônio: do documento às redes
XVII – 2016	UFBA – Salvador/BA
	Descobrimientos da Ciência da Informação: desafios da Multi, Inter e Transdisciplinaridade (MIT)

XVIII – 2017	UNESP – Marília/SP
	Informação, sociedade, complexidade
XIX – 2018	UEL – Londrina/PR
	Sujeito informacional e as perspectivas atuais em Ciência da Informação
XX – 2019	UFSC – Florianópolis/SC
	A Ciência da Informação e a Era da Ciência de Dados

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Com relação à Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), a mesma teve início em 1967, durante o V Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentos (OLIVEIRA, 2012). Na oportunidade, a presidente da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), Laura Garcia Russo, fez uma fala a respeito das atividades que a FEBAB vinha desenvolvendo em favor das Escolas de Biblioteconomia do Brasil e abordou a necessidade da criação de uma associação nacional, nos moldes da FEBAB, com a finalidade de desenvolver um trabalho junto às Escolas de Biblioteconomia a fim de tratar de suas necessidades, melhorar seu padrão de ensino e condição de financiamento. Surgiu, então, a Associação Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD).

A ABEBD esteve em atividade por trinta e quatro anos, até que em 2001, se transformou na Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), uma sociedade sem fins lucrativos que congrega entidades e profissionais vinculados à educação superior de graduação em Ciência da Informação com a finalidade de fortalecer e integrar a atuação das instituições públicas e privadas e dos profissionais de educação superior, que tenham como missão a formação, em nível de graduação, de profissionais capacitados a atuar em Ciência da Informação (OLIVEIRA, 2012).

O compromisso da ABECIN não é apenas assegurar o debate sobre a formação de pessoas comprometidas com a educação na Ciência da Informação, mas também colaborar quanto à promoção do desenvolvimento das capacidades de produzir novos conhecimentos e enfrentar os desafios provocados pelas transformações que vêm ocorrendo. Para a ABECIN, a informação é de total relevância para a tomada de decisão, para o cotidiano, e para o exercício de suas funções características peculiares (OLIVEIRA, 2012, p. 16-17).

A ABECIN conta hoje com uma revista científica, a Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação (REBECIN), que vem publicando desde 2014, artigos de pesquisa, artigos de revisão, estudo de casos, comunicações, relatos de experiência e resenhas relativos

à área de educação em Ciência da Informação. Também tem realizado desde 2004, o Encontro Nacional de Educação em Ciência da Informação (ENECIN). Além disso, apoia e coordena os Encontros Regionais de Educação em Ciência da Informação (ERECIN), divididos em duas regiões: Norte-Nordeste e Sul.

2.3 Regime de Informação – Uma prática social

Utiliza-se o conceito de regime de informação na Ciência da Informação como arcabouço teórico-prático na vertente tecnológica, regime global de informação, regime de valor, e, política de informação, assumindo relevância a partir dos trabalhos de Bernd Frohmann (1995), Maria Nélide González de Gómez (2002) e Sandra Braman (2004), permitindo uma análise mais abrangente e que integra diferentes perspectivas sobre o que determina aquilo que deve ser preservado/descartado, que deve ser lembrado/esquecido, e quais são os responsáveis por esta tomada de decisão em diferentes contextos espaços-temporais.

Quanto à vertente de regime de informação adotada neste trabalho, utilizaremos o conceito na aplicação prática do regime de informação na perspectiva de política de informação, no espaço acadêmico, mais precisamente nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Ou seja, reconhecemos o *locus* desta pesquisa como sendo um campo de disputa, conflito, negociação e estabilização. Ademais, buscamos compreender seu papel para que a Universidade se torne o reflexo da estrutura da sociedade ainda racista. Pois nesse espaço, a Universidade, deveríamos encontrar a diversidade cultural e racial que contempla o universo social no qual ela está inserida.

Buscamos também compreender dentro dessa perspectiva e a partir da produção científica de um determinado período, as mudanças no regime de informação no espaço pesquisado, embasados em González de Gómez (2009a) ao inferir que:

[...] Cada vez que muda ou mudam os eixos de ênfases e relevância, mudam também todos ou muitos dos parâmetros que configuram o “*locus*” de entendimento e definição de recursos e ações de informação. Ao mesmo tempo, cada nova configuração de um regime de informação, resulta de e condiciona diferentes modos de configuração de uma ordem sócio-cultural e política (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2009a, p. 32).

Diante do exposto, o regime de informação, como arcabouço teórico-prático que contemplamos neste estudo, é composto de elementos interligados: os atores, os artefatos, os dispositivos e as ações de informação, os quais serão identificados no decorrer da pesquisa,

mantidos em uma rede na qual operam os atores em uma disputa por poder, como também para acordos. Desse modo, os modelos a serem seguidos são sustentados por regras - nem sempre explícitas de maneira formal - e pelas ações do grupo dominante em uma realidade social.

Desse modo, a autora conceitua regime de informação como:

[...] Um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição [...] (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 34).

Esse conceito “[...] como instrumento analítico, visaria à reconstrução dos modos de produção de ações e práticas de informação, ancoradas nas redes densas de relações culturais, sociais e econômicas [...]” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; CHICANEL, 2008, p. 2). Como também:

O regime de informação remete à distribuição do poder formativo e seletivo de “testemunhos” sociais – entre atores e agências organizacionais, setores de atividades, áreas do conhecimento, regiões locais e redes internacionais e globais –, seja na medida em que definem, constroem e estabilizam as zonas e recursos de visibilidade social regulada, seja pela sonegação e/ou substituição de informações, seja por efeitos não totalmente intencionais que resultantes daqueles atos seletivos de inclusão/exclusão de atores, conteúdos, ações e meios [...] (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; CHICANEL, 2008, p. 4).

Assim, de acordo com a autora, um regime de informação se constituiria em:

[...] um conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 34).

Esse conceito está instituído a partir da perspectiva de Política de Informação, tema do qual Bernd Frohmann é um dos autores referência. O autor identifica a Política de Informação como os sistemas que emergem e se estabilizam de forma mais ou menos definida e que se estabelecem à nossa volta com seus fluxos informacionais no âmbito da cultura, da pesquisa acadêmica, da economia, da indústria e comércio ou ainda de forma híbrida (FROHMANN, 1995).

No seu artigo, Bernd Frohmann (1995) argumenta que o objetivo para a pesquisa em política de informação é a clareza quanto à representação dos regimes de informação, ou seja, como eles se originam, se estabilizam, como são determinadas as relações sociais e como as

formas específicas de poder são exercidas através deles. É nesse contexto que Frohmann (1995, p. 6, tradução nossa⁶) estabelece que “[...] a descrição de uma política de informação desta maneira torna-se a descrição da genealogia de um regime de informação [...]”.

Compreendemos que um regime de informação é constituído a partir de espaços e agentes de informação. É, assim, algo concreto, estruturado e dinâmico, cuja variação acontece de acordo com a formação social em que se encontra e sem que se esgote na estrutura que tem. González de Gómez (1999) contextualiza essa definição com a Sociedade da Informação, onde esta última:

[...] poderia ser entendida como aquela em que o regime de informação caracteriza e condiciona todos os outros regimes sociais, econômicos, culturais, das comunidades e do estado. Nesse sentido, a centralidade da comunicação e da informação produziria a maior dispersão das questões políticas da informação, perpassada e interceptada por todas as outras políticas: as públicas e as informais, as tácitas e as explícitas, as diretas ou as indiretas (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999a, p. 2).

Conforme observado, os regimes de informação são considerados a partir de como o modo de informação dominante define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais. Então, os meios e recursos informacionais, padrões e os modelos de organização, interação e distribuição à medida que são vigentes em certo tempo, lugar e circunstância também são definidos por esse regime. Como um entrelaçamento de relações e agentes, um regime de informação está exposto a algumas possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas que nele se expressam e se constituem (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012).

Poderíamos afirmar, assim, que um fenômeno, processo ou construção informacional está vinculado a diversas “camadas” ou “estratos”. Incluiríamos nesses estratos uma pluralidade de linguagens, sonoras, imagéticas, verbais, textuais, digitais/analógicas, que ora se reúnem ora se contrapõem na constituição de um valor de informação. Às linguagens agregam-se logo os múltiplos estratos materiais e tecnológicos que configuram ou intervêm nos sistemas sociais de inscrição de significados, tal como a imprensa e o papel, o *software* e o *hardware* e as infraestruturas das redes de comunicação remota. Soma-se, a isso, as instâncias e organizações que direcionam e regulam os fluxos informacionais, assim como os produtores, intermediários e usuários que estruturam e articulam um valor preferencial de informação (GONZALEZ DE GOMEZ, 1999b, p. 3).

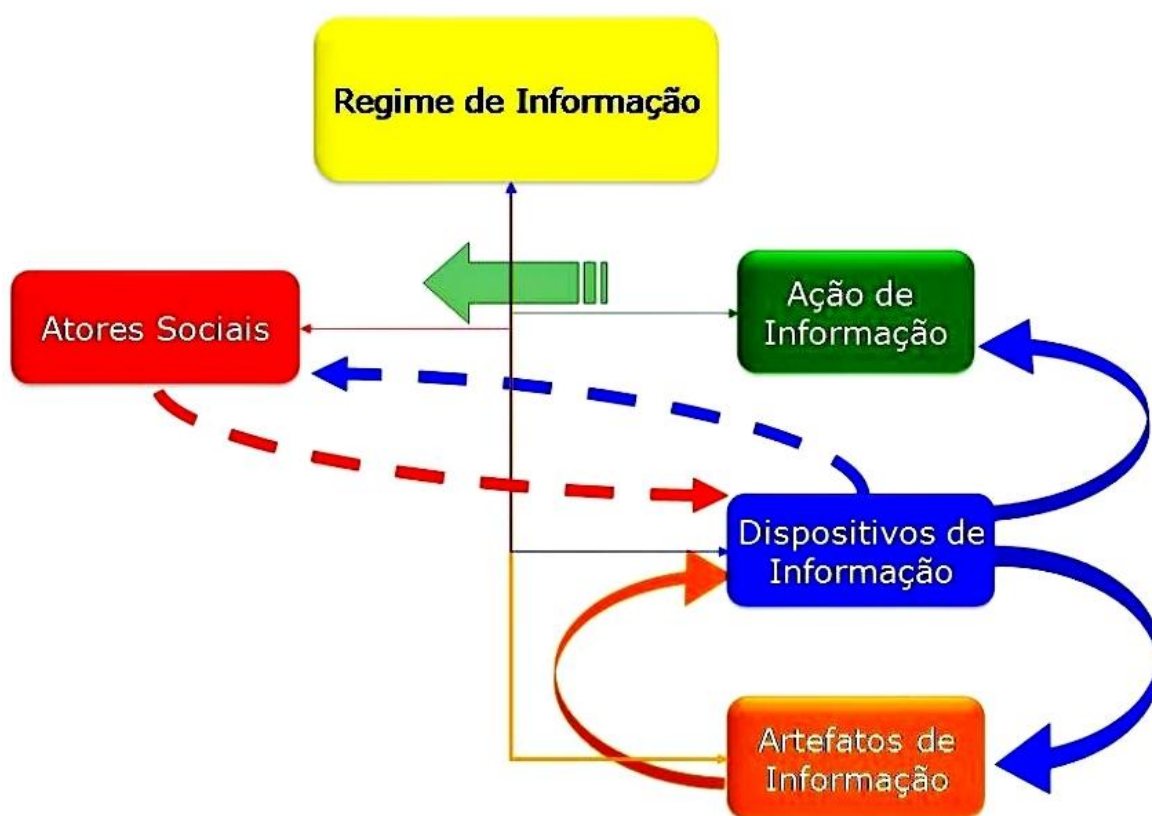
Desse modo, com base nos estudos de González de Gómez (2012), identificaremos como se dá esse processo no tocante à produção científica no âmbito da CI em relação às

⁶ [...] The description of an information policy therefore becomes the description of the genealogy of a régime of information [...] (FROHMANN, 1995, p. 5).

temáticas afro-brasileira e indígena nos seus Programas de Pós-Graduação. Quando a autora afirma que uma das atribuições dos regimes de informação é colocar em evidência essa “tensão” entre os atores dele participantes, buscaremos identificar esses atores e como eles agem nessa “tensão” citada pela autora. Será possível também analisar as interações ou ações de informação e estruturas normativas que constituem essa configuração específica de Regime de Informação.

Com base no texto “*Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão*”, que González de Gómez publicou em 2003, Delaia e Freire (2010, p. 121) propuseram uma operacionalização das diferentes partes que integram um regime de informação, quais sejam: atores sociais, artefatos de informação, dispositivos de informação e ações de informação, que podem ser melhor compreendidos na Figura 1, na qual demonstramos o arranjo que compõe um regime de informação.

FIGURA 1 – Composição de um Regime de Informação.



Fonte: Delaia e Freire (2010, p. 121)

De posse desse entendimento, compreendem-se ações de informação como:

[...] àquelas que estipulam **qual é o caso em que a informação é o caso**. As configurações e qualidades de uma ação de informação são múltiplas e só

podem ser reconstruídas em contextos específicos. Pode-se assim dizer que o “informar” e o “buscar informação” antecipam e condicionam a concepção ou aceitação de algo como **informação** e a ação de documentar antecipa e condiciona o que será produzido e reconhecido como **documento** (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999b, p. 4, grifos da autora).

Assim, essa ação de informação seria:

[...] aquela realizada por atores sociais em suas práticas e atividades, ancoradas culturalmente numa forma de vida e geradas em comunidades epistêmicas ou configurações coletivas de relações intersubjetivas e interacionais, movidas por diferentes demandas ou “preocupações”. Na ação de informação o ator social exerce sua potência ontológica (de abrir e revelar perspectivas de mundo) e o poder seletivo para tematizar e dar ancoragem espaço-temporal à produção e fixação de sentido, sempre conjugando conhecimento, comunicação e ação. Neste quadro, uma ação de informação ficaria constituída originariamente em contextos socioculturais (mundo da vida), podendo orientar-se em direção a processos de objetivação ou oferecer garantias performáticas a comunicação proposicional e à busca de entendimento mútuo (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; CHICANEL, 2008, p. 5).

Quanto aos dispositivos de informação, González de Gómez (1999, p. 5) os descreve como tudo aquilo que “[...] como matéria informada, mediação maquínica ou como passado instituído do mundo social, condiciona uma ação de informação, e pode atuar como variável causal na ocasião pontual de sua intervenção [...]”, manifestando as trajetórias e deslocamentos do poder informacional. Já os artefatos de informação são os modos tecnológicos e materiais de armazenagem, processamento e de transmissão de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002). É “a instância da inscrição e objetivação de um testemunho ou evidência informacional” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 35).

Atores sociais são aqueles que podem ser reconhecidos por suas formas de vidas e que constroem, dentro ou fora do regime do processo de regime de informação, suas identidades através de ações formativas, quando da existência de graus de institucionalização e estruturação das ações sociais que agenciam (COLLINS; KUSH, 1999 *apud* GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999).

A partir do entendimento de Regime de Informação, na próxima seção vamos analisar a produção científica, utilizando as dissertações e teses, mostrando como atua e como direciona esses elementos nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil.

3 NEGROS E INDÍGENAS NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Como já colocado diversas vezes neste texto, o estudo sobre relações raciais é de suma importância em todas as áreas do conhecimento, e esse é um dos motivos desta pesquisa. Com essa perspectiva, busca-se mapear e compreender o que temos de relevante, por isso essa seção se inicia pelos primeiros conceitos que vinculam as relações raciais com o fenômeno informacional.

O conceito de informação étnico-racial foi elaborado por Oliveira (2010), tendo como referência a teoria de Dahlberg (1978), e utiliza essa definição na concepção da etnia de raízes africanas e afrodescendentes, sendo possível também aplicá-lo em relação à informação indígena como:

[...] todo elemento inscrito num suporte físico, (tradicional ou digital), passivas de significação linguística por parte dos sujeitos que a usam, e tem o potencial de produzir conhecimento sobre os elementos históricos e culturais de um grupo étnico na perspectiva da afirmação desse grupo étnico e considerando a diversidade humana (OLIVEIRA, 2010, p. 56).

Esse conceito, segundo o autor, incorpora duas especificidades: uma tem relação com os conteúdos disponibilizados nos diversos suportes informacionais, enquanto a outra se refere às potencialidades de como o conhecimento é produzido acerca dos fundamentos sociais, políticos, culturais e históricos de um grupo étnico (OLIVEIRA, 2010).

Partindo desse entendimento, a Ciência da Informação é, portanto, uma área altamente vinculada às áreas das Ciências Sociais, quando se observa os sujeitos não mais como apenas meros usuários da informação, pois há um processo de valoração de “[...] outras dimensões das práticas de informação na sociedade, nas quais os sujeitos sociais assumem novo espaço cultural e político” (MARTELETO; NÓBREGA; MORADO, 2013, p. 78). Portanto, essa relevância histórica social põe o profissional da informação para atuar no processo de democratização do acesso e uso da informação e do conhecimento dos diversos grupos sociais, sobretudo daqueles excluídos socialmente.

Posto isso, precisamos refletir, no âmbito da CI, sobre perspectivas históricas discriminatórias e excludentes em busca de desconstruir as superioridades há muito tempo expostas, como, por exemplo, de gênero, econômica, científica, entre outras. Isso fica evidente quando, ao analisarmos a questão da exclusão dos povos afro-brasileiro e indígena, constatamos que essas populações foram barradas da convivência social e dos lugares que passaram a ser de prestígio, como a própria Universidade, mesmo que esses povos tenham significativa participação no desenvolvimento do Brasil enquanto nação. Enfim, o racismo é

praticado de forma complexa e institucionalizada causando a exclusão de negros e indígenas, e dificultando-lhes a ocupação de lugares de aprendizagem (BOTELHO; MARQUES, 2015).

Na concepção de Capurro e Hjørland (2007), a informação desempenha um fundamental papel na sociedade contemporânea, pois é através dela que o indivíduo adquire conhecimento necessário para participar das mais variadas relações sociais, e se estabelece como cidadã e cidadão comunicativa(o) na sociedade na qual está inserida(o), consciente dos seus deveres e direitos. Nessa direção, Loureiro (2002, p. 2) enfatiza que “estimulando a relação dialógica dos sujeitos e dos contextos socioculturais diversificados, a socialização da informação articula-se como alternativa à elitização da ciência e estimula a relação desta, enquanto cultura, com a sociedade em seu todo [...]”.

Dito isso, é a CI responsável por investigar as propriedades, os processos e os fluxos informacionais em busca de um uso acessível e universal, que percorre um caminho que perpassa pela criação, coleta, organização, armazenamento, recuperação e disseminação. Portanto, ao se perceber na prática a importância de incluir as informações relativas ao povo negro, como a luta histórica pela liberdade, ressignificação, pertencimento, cotas, e ainda, identificar questões indígenas, povos tantas vezes escravizados, dos quais tiveram parte de suas tradições, culturas e religiosidades eliminadas, temos como resultado o fortalecimento da função social da CI.

É preciso então questionar porque povos como os indígenas, “[...] não foram considerados desde o começo da Ciência da Informação” (PINTO, 2009a, p. 171). Pode-se explicar essa situação a partir do enfoque amplo que a CI sempre teve, inclusive várias de suas especialidades, a Biblioteconomia e/ou Arquivologia. Esse enfoque demonstrou ao longo do tempo ser ela uma ciência eurocêntrica, quando se buscou pesquisar o fenômeno informacional quase sempre de setores hegemônicos da sociedade. Assim, a CI não abordava povos e camadas sociais que estivessem excluídos do centro de poder e, dentre eles, os povos indígenas (PINTO, 2009a).

Cabe aqui ressaltar que o fenômeno informacional dos povos indígenas ganha novas influências e movimentações a partir da conjuntura social-política que o Brasil vivenciou no século XX, como por exemplo, a participação de Marechal Rondon, militar positivista que tinha como proposta a criação de uma agência estatal que tivesse por atribuição tratar exclusivamente sobre a questão indígena, a promulgação da Constituição de 1988, a redemocratização e os movimentos indígenas, entre outros processos históricos. Todos esses e outros fenômenos contribuíram para que a análise e estudo da informação indígena se intensificassem, principalmente quando falamos dos acervos constituídos a partir de Órgãos

Públicos, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), principal órgão indigenista oficial do Estado brasileiro detentor de informações importantíssimas sobre a relação do Estado Brasileiro com os indígenas.

Como já citado aqui anteriormente, apesar de significativos avanços inclusive no âmbito legal, no Brasil, “o preconceito, a discriminação e o racismo ainda fazem parte das relações sociais, tendo apenas modificado os mecanismos e as formas de expressá-los” (AQUINO, 2011, p. 47), e não é diferente no espaço científico. Portanto, a universidade também reproduz práticas que interferem na produção e compartilhamento da informação e do conhecimento das populações negras e indígenas.

Quando partimos para analisar o comportamento da Ciência da Informação neste contexto, encontramos no texto de Tedesco (2004, p. 3), algo significativo para nos colocar de frente com essa demanda, quando o autor afirma que um dos grandes problemas na área “não é encontrar a informação, mas como oferecer acesso a ela sem exclusões e, ao mesmo tempo, aprender e ensinar a selecioná-la, avaliá-la, interpretá-la, classificá-la e usá-la”. Em conformidade com essa perspectiva, Oliveira e Aquino (2012) comentam que no paradigma social da Ciência da Informação:

[...] as questões relativas à diversidade cultural e humana e igualmente às questões etnicorraciais, passam a ser preocupação da CI enquanto disciplina. O acesso e uso dos dispositivos informacionais por todos os grupos e culturas, inclusive os grupos historicamente desprivilegiados e socialmente vulneráveis, podem ser estudados no âmbito da CI para que, por meio da pesquisa científica, seja possível produzir conhecimentos relevantes para a melhoria das relações humanas na sociedade da aprendizagem (OLIVEIRA; AQUINO, 2012, p. 472).

A disseminação, o acesso e o uso da informação contribuem na luta por direitos de povos há muito invisibilizados e excluídos dos bens, não só econômicos, mas de meios de acesso à informação e conhecimento, ao passo que, o contexto histórico e social coloca-se como condicionante da produção da informação. É preciso, então, questionar as causas para as discrepâncias nas diversas áreas do saber quanto à exclusão de indivíduos marginalizados, sobretudo os negros e indígenas, que vivem situações adversas na Sociedade da Informação, visto que essas populações não estão adequadamente incluídas “[...] na distribuição equitativa das riquezas produzidas, e isso inclui o acesso e uso da informação” (AQUINO, 2010, p. 27). Cabe, então, salientar que a Universidade e seus Programas de Pós-Graduação são locais que difundem informações para diversos públicos a partir de configurações da ordem social, cultural e política. Por isso, a concepção teórica utilizada neste trabalho é a de Regime de Informação, a partir das compreensões de González de Gómez (2002).

O acesso à informação sempre foi priorizado para a minoria da população que compõe a classe dominante da sociedade, em consequência disso, os povos negros e indígenas tiveram seus aspectos sociais e culturais constituídos de conhecimentos marginalizados e excluídos (AQUINO, 2010). Desse contexto é que emerge a importância da CI e dos profissionais que nela se especializam. Paiva (2013) baseado nas ideias de Werthein (2000) destaca que:

[...] os profissionais da informação têm a responsabilidade de trabalhar pela democratização da informação e, assim, ampliar as possibilidades de acesso a ela, visando à emergência de sujeitos críticos e capazes de interferir em seu meio social, especialmente os sujeitos oriundos de camadas populacionais menos favorecidas, excluídos socialmente [...] (PAIVA, 2013, p. 19).

É importante comentar que profissionais que lidam com informação, como por exemplo: os bibliotecários, arquivistas, museólogos, entre outros, e docentes, seja em que nível de ensino for, nem sempre estão preparados para a discussão aprofundada de temas que extrapolam aquele do aprendizado básico do ensino fundamental e médio.

[...] Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã. Com efeito, sem assumir nenhum complexo de culpa, não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade (MUNANGA, 2005, p. 15).

Ainda sobre a responsabilidade social do profissional da informação, cabe destacar que é de suma importância que este tenha ética com a sua própria sociedade, inclusive com as camadas marginalizadas e excluídas dos bens informacionais ao longo dos tempos. Deve analisar de forma prática e social os problemas reais, “evitando modelos importados que não se ajustam às necessidades e características do usuário final, e finalmente tendo em conta a nossa escassa formação universitária em aspectos populares e sociais” (PINTO, 2009b, p. 1896).

Desse modo, procura-se uma produção científica que debata o racismo, o preconceito e a discriminação na sociedade contemporânea, como também abarque a cultura, a tecnologia e o conhecimento produzidos por vários grupos sociais marginalizados ao longo da história da humanidade, assim como comenta Silva (2009, p. 6), “[...] o contraponto que nos parece mais evidente é a presença do racismo na produção de conhecimento das universidades públicas [...]”. Cabe então enfatizar, a complexidade de uma conjuntura em que se procura entender a Ciência da Informação enquanto aparato científico que auxilia a produção e comunicação do

conhecimento humano através do processamento informacional e dos resultados obtidos mediante as teorias e práticas científicas.

Nesse cenário, Freire (2010, p. 128) disserta que é cada vez maior a responsabilidade social dos profissionais da informação, ao produzirem conhecimento no campo científico ou “[...] como facilitadores na comunicação da informação para usuários que dela necessitem, na sociedade, independentemente dos espaços sociais onde vivem e dos papéis que desempenham no sistema produtivo”. Desse modo, a diferença social surgida na academia é um reflexo da formação do Brasil enquanto nação, sendo um:

[...] país que tem em sua origem a relação de diversos tipos socioculturais que deram forma à base do estado nacional. No entanto, essas relações socioculturais entre europeus e outros grupos, como os africanos e indígenas, nunca existiu de forma igualitária (LOPES; BORTOLIN; SILVA, 2017, p. 101).

A partir de estudos sobre a diáspora realizados por Munanga (1988), foi identificado todo o processo de exclusão que vem se alastrando desde a chegada dos portugueses ao Brasil em 1500 e do período escravocrata, através da colonização, desterritorialização, esquarteramento moral e cultural dos negros e dos indígenas. O autor identificou diversos atributos e estereótipos já cristalizados culturalmente de inferioridade e incapacidade intelectual a esses povos, e que esse racismo se apresenta quase que imperceptível, dificultando mapearmos e combatermos na prática.

[...] Com o descobrimento da América e da África, os povos autóctones recém-descobertos receberam as identidades coletivas de “índios” e “negros”. A questão colocada tanto pelos teólogos ocidentais dos séculos XVI e XVII, quanto pelos filósofos iluministas do século XVIII, era saber se esses índios e negros eram bestas ou seres humanos como os europeus. Questão cuja resposta desembocou numa classificação absurda da diversidade humana em raças superiores e inferiores. Daí a origem do racismo científico ou racialismo que, infelizmente, interfere até hoje nas relações entre seres e sociedades humanos (MUNANGA, 2003, p. 5).

A partir desse contexto histórico, a Universidade ao longo dos tempos se tornou um espaço em que não foram incluídos os negros e negras, pois a educação sempre esteve atrelada aos interesses das camadas mais favorecidas. A graduação e a pós-graduação ainda se mantêm restritas a alguns grupos sociais, pois excluem o acesso ao universo acadêmico para alguns grupos sociais marginalizados, uma vez que culturalmente há todo um mito fundante na sociedade ocidental que atribui aos negros falta de capacidade intelectual. Importante destacar que isso vem mudando nas últimas décadas, de forma institucionalizada, com adoção de cotas ou ações afirmativas pelas Universidades e Institutos Federais. Essas mudanças vêm

acontecendo em virtude das inúmeras contribuições de pessoas que se dedicaram a mudar esse paradigma ainda racista na Ciência.

Trata-se de um processo de exclusão que empurra grande parte da população brasileira para um estado crescente de pobreza, de preconceito, de discriminação e de racismo cada vez mais complexo, obrigando os grupos socialmente marginalizados (negros, índios, ciganos, homossexuais, judeus e outros) a experimentar uma contradição: de um lado, uma sociedade que se emaranha nas múltiplas redes de comunicação, nos fluxos de informação e nas flutuações econômicas em níveis diversos, gerando opulência e riqueza para uma minoria privilegiada; do outro, uma sociedade injusta e intolerante, que impede a maioria de usufruir integralmente dos bens econômicos e sociais e a faz sucumbir por alto nível de mortalidade e analfabetismo (AQUINO, 2010, p. 27).

Isso resultou também na invisibilidade do negro e do indígena – não só como discentes e docentes – nas instituições de ensino superior, problema esse advindo do processo discriminatório que há no ensino fundamental e médio, mas também dos questionamentos culturais, sociais e econômicos da participação desses povos na formação do Brasil (MUNANGA, 1988). Santos (2006) nos lembra que:

No passado foi muito comum atribuir valores diferentes às contribuições dos grupos humanos que constituíram a população brasileira, havendo então certa disputa sobre o grau de importância de europeus, indígenas e africanos na formação da cultura brasileira. No entanto um aspecto foi comum: a tendência a minimizar a importância das populações de origem africana, apesar de sua presença maciça na população durante séculos. É claro que isto está ligado a uma maneira de ver a sociedade enfatizando suas elites [...] (SANTOS, 2006, p. 74-75).

Ao passo que os estudos de Moura (1994) identificam o racismo como algo estrutural e estruturante da sociedade brasileira, sendo como uma relação social, isto é, que permeia todas as esferas da vida social. O racismo institucional é a forma de racismo que se estabelece nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições, traduzindo os interesses, ações e mecanismos de exclusão pelos grupos racialmente dominantes. Esse conceito é importante, pois as explicações correntes sobre as desigualdades social e racial tendem a tratar o racismo somente como ação individual. Todavia, o racismo deve ser entendido não somente como as atitudes individuais, mas como:

[...] um processo social de assujeitamento, em que as práticas, o discurso e a consciência dos racistas e das vítimas do racismo são produzidos e reproduzidos socialmente. Esse processo implica na violência sistemática e na superexploração de indivíduos que pertencem a determinados grupos racialmente identificados, só se reproduz quando é sustentado pelo poder estatal, seja por ações institucionais diretas (apartheid, por exemplo), seja

pela omissão sistemática diante da desigualdade material e à insegurança existencial que se abatem sobre as minorias (ALMEIDA, 2015, p. 755).

A exclusão dos saberes do negro e do indígena é garantida por meio de políticas e arranjos que impedem a produção e circulação dos saberes oriundos desses povos, como, por exemplo, pela simples contestação e invalidação de epistemologias e formas de conhecimentos; pela escassez de negros e indígenas nos centros de pesquisas científicas e universidades; através da ausência de conteúdos relacionados às questões negras e indígenas nos currículos oficiais desde o ensino fundamental até o superior, onde muitas vezes esses conteúdos são trabalhados de formas discriminatórias, entre outras artimanhas, o que Boaventura de Sousa Santos denomina de epistemicídio. Para esse autor, “[...] o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio, porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar [...]” (SANTOS, 1996, p. 104). E na academia esse problema se torna mais visível, pois há dificuldades imensas de colocar em debate questionamentos sobre povos que são marginalizados.

É através do vínculo entre conhecimento, identidade e poder que os temas da raça e da etnia ganham lugar na teoria curricular. O texto curricular, entendido aqui de forma ampla – o livro didático e paradidático, as lições orais, as orientações curriculares oficiais, os rituais escolares, as datas festivas e comemorativas – está recheado de narrativas nacionais, étnicas e raciais. Em geral, essas narrativas celebram os mitos da origem nacional, confirmam o privilégio das identidades dominantes e tratam as identidades dominadas como exóticas ou folclóricas. Em termos de representação racial o texto curricular conserva, de forma evidente, as marcas da herança colonial. O currículo é, sem dúvida, entre outras coisas, um texto racial. A questão da raça e da etnia não é simplesmente um ‘tema transversal’: ela é uma questão central de conhecimento, poder e identidade. O conhecimento sobre raça e etnia incorporado no currículo não pode ser separado daquilo que as crianças e os jovens se tornarão enquanto seres sociais. [...] (SILVA, 2010, p. 101-102).

Leis Federais como a nº 10.639/2003 e a nº 11.645/2008 - que versam sobre o ensino da história afro-brasileira, africana e indígena -, colocam em evidência a importância dessas culturas na formação da sociedade brasileira. Vieram como resposta às demandas há muito discutidas e almejadas por setores da população, em particular dos movimentos sociais, que reivindicavam o comprometimento do poder público com a aplicação de conteúdos no contexto educacional que contemplasse a trajetória dessas populações tanto no ensino básico, quanto na educação superior. Essas leis são acima de tudo, um reflexo da conquista social. Busca-se o reconhecimento do protagonismo desses povos na formação da história e cultura brasileira, e que, isso em resumo, auxilie na construção identitária e valorização das contribuições dessas etnias (SILVA; PACHECO; SOUSA, 2016).

Algumas outras Leis marcam esse contexto, a exemplo da Lei Federal nº 12.711/2012, que garante vagas para candidatos pretos, pardos e indígenas nas universidades; a Lei Federal nº 12.990/2014, que reserva vagas a negros em concursos públicos, dentre outras, são consideradas conquistas para essas populações em virtude do processo histórico no contexto brasileiro, pois esses povos foram escravizados e impedidos durante séculos de acessar os bens materiais e imateriais, quase sempre produzidos por eles mesmos. Com o advento das Leis de cotas étnico-raciais, ocorreu maior entrada de negros e indígenas nas universidades, de início apenas na graduação e posteriormente na pós-graduação. As universidades estão em meio a um processo de mudanças no contexto acadêmico e na relação pedagógica.

Cardoso, Silva, Costa e Lima (2015 p. 454) inferem que “[...] estas leis são importantes instrumentos para a luta antirracista, fazendo com que populações que anteriormente, tinham suas histórias e culturas invisibilizadas na construção do país, tivessem seu lugar”. Consequentemente, essas leis oportunizaram a produção de material didático de qualidade, contendo aspectos históricos, socioeconômicos e culturais de populações de origem africana e indígena (CARDOSO; SILVA; COSTA; LIMA, 2015).

Buscando a junção de conhecimentos e de pesquisadores e pesquisadoras vinculados a essas temáticas, algumas iniciativas surgiram dessas inquietações. Talvez a principal em âmbito acadêmico, foi a criação dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs), núcleos de estudos e integração que abordam as discussões étnico-raciais vinculadas ao ensino, pesquisa e extensão, os quais comungam de importante função, como a coleta de fontes para a compreensão das trajetórias das populações negra e indígena.

Sabido que a composição da sociedade brasileira é altamente heterogênea, com a participação de europeus, indígenas, africanos, entre outros povos, não podemos identificá-la como uma democracia racial. Assim, a produção de conhecimento deve desmistificar a tese que se sustenta no argumento que esses povos vivem harmoniosamente num contexto social, pois há uma realidade em que negros, indígenas, entre outros povos, foram e são severamente marginalizados e excluídos dos bens materiais e culturais, aqui incluindo o ensino superior (GUIMARÃES, 2008).

Posto isso, a seguir, vamos apresentar os resultados das análises das dissertações e teses coletadas nos repositórios institucionais de cada um dos Programas, defendidas entre os anos de 2000 e 2018. Os resultados estão divididos em três seções: a primeira que apresenta o contexto quantitativo dos PPGCIs pesquisados, em seguida, a produção científica recuperada que tenha vinculação com os povos afro-brasileiro e indígena, e por fim, a análise do processo de atuação do Regime de Informação na produção pesquisada.

3.1 A produção científica nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação

No período, totalizaram 2.756 documentos, sendo 2.058 dissertações (Tabela 1) e 698 teses (Tabela 2). É necessário destacar que algumas Instituições iniciaram seus Programas de Pós-graduação bem antes de outras. Como sabemos, instituições como o IBICT, UFMG, UNB e UNESP foram as primeiras a disponibilizarem esses Programas, portanto, são aquelas das quais teremos mais documentos para analisar. Não significa que também recuperaremos nesses Programas mais dissertações e teses que discutam as temáticas afro-brasileira e indígena, pois isso é uma particularidade de cada Programa a partir da atuação de seus atores sociais, principalmente docentes e discentes, influenciados por questões históricas, geográficas, etc.

TABELA 1 – Panorama geral de dissertações defendidas de 2000 a 2018

Ano	IBICT	UFMG	UNESP	USP	UFPB	UFSC	UFBA	UEL	UFF	UNB	UFPE	UFC	Total
2000	22	27	*	*	*	*	*	*	*	20	*	*	69
2001	17	24	8	*	*	*	1	*	*	*	*	*	50
2002	19	16	11	*	1	*	7	*	*	1	*	*	55
2003	12	13	6	*	1	*	*	*	*	8	*	*	40
2004	5	18	7	*	*	*	5	*	*	3	*	*	38
2005	*	28	12	*	*	9	12	*	*	6	*	*	67
2006	12	18	9	5	*	8	14	*	*	28	*	*	94
2007	12	21	6	6	*	11	8	*	*	23	*	*	87
2008	10	25	15	4	1	8	13	*	*	18	*	*	94
2009	9	19	12	11	2	13	13	*	*	12	*	*	91
2010	*	18	15	9	14	13	13	*	*	24	*	*	106
2011	19	16	7	3	20	12	13	*	14	14	9	*	127
2012	20	17	19	*	20	14	13	*	13	19	8	*	143
2013	19	23	19	17	16	8	11	*	16	22	10	*	161
2014	13	25	15	10	20	16	11	13	16	22	15	*	176
2015	14	29	16	7	20	14	14	18	14	22	19	*	187
2016	15	25	17	6	19	14	10	3	12	20	18	*	159
2017	8	14	22	11	17	17	6	19	9	9	16	*	148
2018	15	7	24	25	5	15	14	11	8	18	17	15	174
Total	241	383	240	106	156	172	178	64	102	289	112	15	2058

Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

* Não aconteceram defesas, ou o Programa não tinha iniciado suas atividades.

Quando observamos a Tabela 1, visualizamos que o IBICT, a UFMG, a UNB e a UNESP são as Instituições com mais dissertações defendidas, e que essas quatro Instituições ficam nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, destacando que Brasília é a capital do Brasil. Portanto, regiões mais desenvolvidas economicamente que as outras, mas as populações negras e indígenas são as de menor número, quando comparamos com regiões como o Nordeste e Norte.

Em 2018, por exemplo, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as pessoas que se declaram pretas na região Sudeste foi 9,9%, e na região Centro-Oeste 9,2%, já no Nordeste esse percentual chega a 11,3% e no Norte 7,1%. Em relação à população indígena, segundo dados do IBGE, o censo realizado em 2010 mostrava que dos mais de 190 milhões de habitantes, 817.963 eram indígenas, sendo 305.873 residentes na região Norte, 208.691 no Nordeste, 130.494 no Centro-Oeste, 74.945 no Sul, e, 97.960 no Sudeste. Números bem menores, quando comparados aos mais de três milhões de indígenas que viviam no Brasil em 1500.

É nítido também que justamente nessas regiões, Nordeste e Norte, os Programas de Pós-graduação foram criados mais recentemente no século XXI, muito em virtude do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) iniciado em 2003, durante o primeiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cujo principal objetivo foi ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

TABELA 2 – Panorama geral de teses defendidas de 2000 a 2018

Ano	IBICT	UFMG	UNESP	USP	UFPB	UFSC	UFBA	UEL	UFF	UNB	UFPE	UFC	Total
2000	4	3	*	*	*	*	*	*	*	2	*	*	9
2001	6	1	*	*	*	*	*	*	*	4	*	*	11
2002	5	6	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	11
2003	9	5	*	*	*	*	*	*	*	9	*	*	23
2004	11	4	*	*	*	*	*	*	*	1	*	*	16
2005	12	12	*	*	*	*	*	*	*	3	*	*	27
2006	*	6	*	4	*	*	*	*	*	9	*	*	19
2007	*	7	1	8	*	*	*	*	*	4	*	*	20
2008	4	10	4	6	*	*	*	*	*	10	*	*	34
2009	6	8	10	2	*	*	*	*	*	10	*	*	36
2010	5	5	10	8	*	*	*	*	*	11	*	*	39
2011	3	13	3	2	*	*	*	*	*	18	*	*	39

2012	1	6	9	*	*	*	*	*	*	10	*	*	26
2013	12	20	12	3	*	*	1	*	*	17	*	*	65
2014	12	12	20	8	*	*	3	*	*	6	*	*	61
2015	10	10	7	9	2	*	2	*	*	23	*	*	63
2016	10	13	4	2	6	*	5	*	*	14	*	*	54
2017	8	10	11	5	5	9	2	*	*	18	*	*	68
2018	11	11	19	11	4	6	7	*	*	8	*	*	77
Total	129	162	110	68	17	15	20	0	0	177	0	0	698

Fonte: Dados da Pesquisa, 2020. * Não aconteceram defesas, ou ainda o Programa não tinha iniciado suas atividades.

Quanto às teses, descritas quantitativamente na Tabela 2, mais uma vez o IBICT, a UFMG e a UNB foram as três Instituições com maior número de documentos recuperados, mas assim como acontece com as dissertações, não significa que seja nesses Programas que haverá mais teses que discutam as temáticas afro-brasileira e indígena.

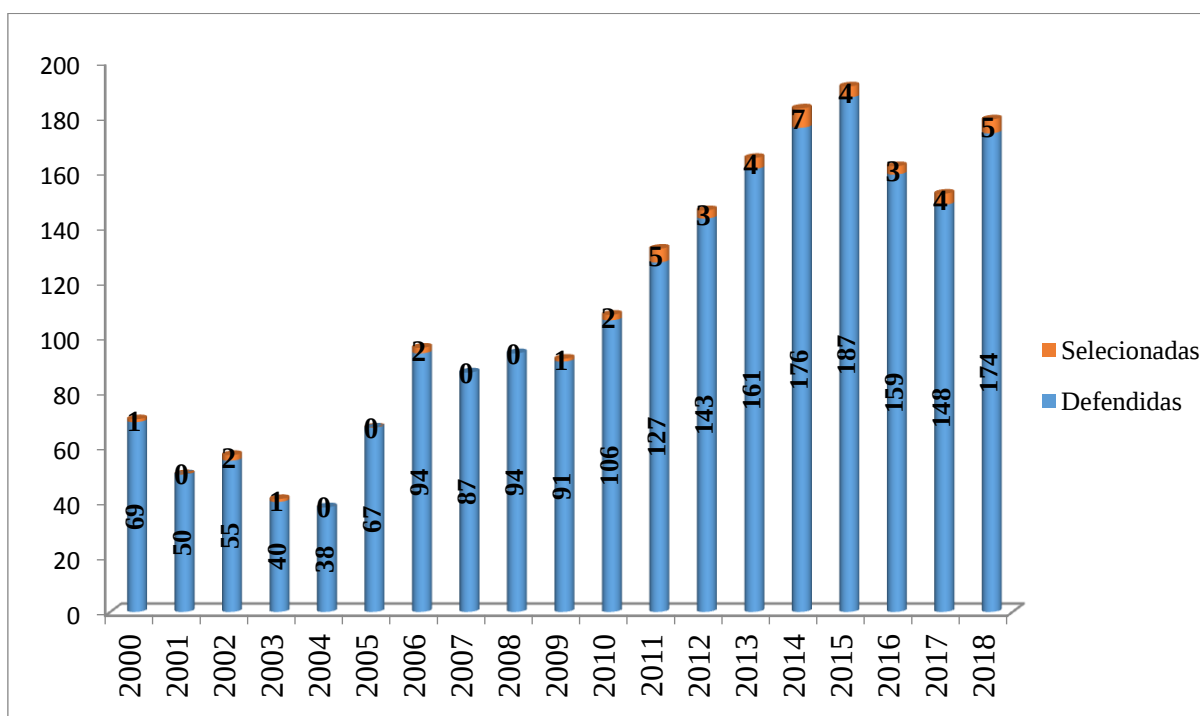
Quatro Programas não contemplam teses em seus documentos, a UEL, cujo doutorado se iniciou em 2018, a UFF que iniciou sua primeira turma de doutorado em 2014, a UFPE que teve a primeira turma neste nível em 2017, e a UFC que ainda não possui programa em nível de doutorado.

3.2 A produção científica sobre as temáticas afro-brasileira e indígena

Em relação aos documentos selecionados para compor o *corpus* da pesquisa, aqueles dos quais tratam das temáticas afro-brasileira e indígena, foram encontrados 56, sendo 44 dissertações e 12 teses, números que representam apenas 2,03% em relação ao total de documentos.

Observa-se que a produção é baixa, 2,03% em relação ao total de documentos, e sabemos que a porcentagem - por exemplo, só em nível de comparação - de negros e indígenas no Brasil é muito maior que esses 2,03%. No Censo Demográfico de 2010, o último com dados mais exatos, a população que se declara preta corresponde a mais de 14 milhões, e a indígena soma 817 mil.

Quando isolamos as dissertações, num total de 2.058, as 44 selecionadas representam 2,13% (Gráfico 1), e em relação as teses, num total de 698 no período pesquisa, as 12 selecionadas representam 1,71% (Gráfico 2). Entre as Instituições, a distribuição ficou da seguinte maneira: UFPB (12), UFMG (11), UNB (7), UFPE (6), IBICT (5), UFBA (4), UFSC (3), USP (3), UNESP (2), UFF (2), UEL (1), UFC (0).

GRÁFICO 1 – Dissertações defendidas VS Dissertações selecionadas

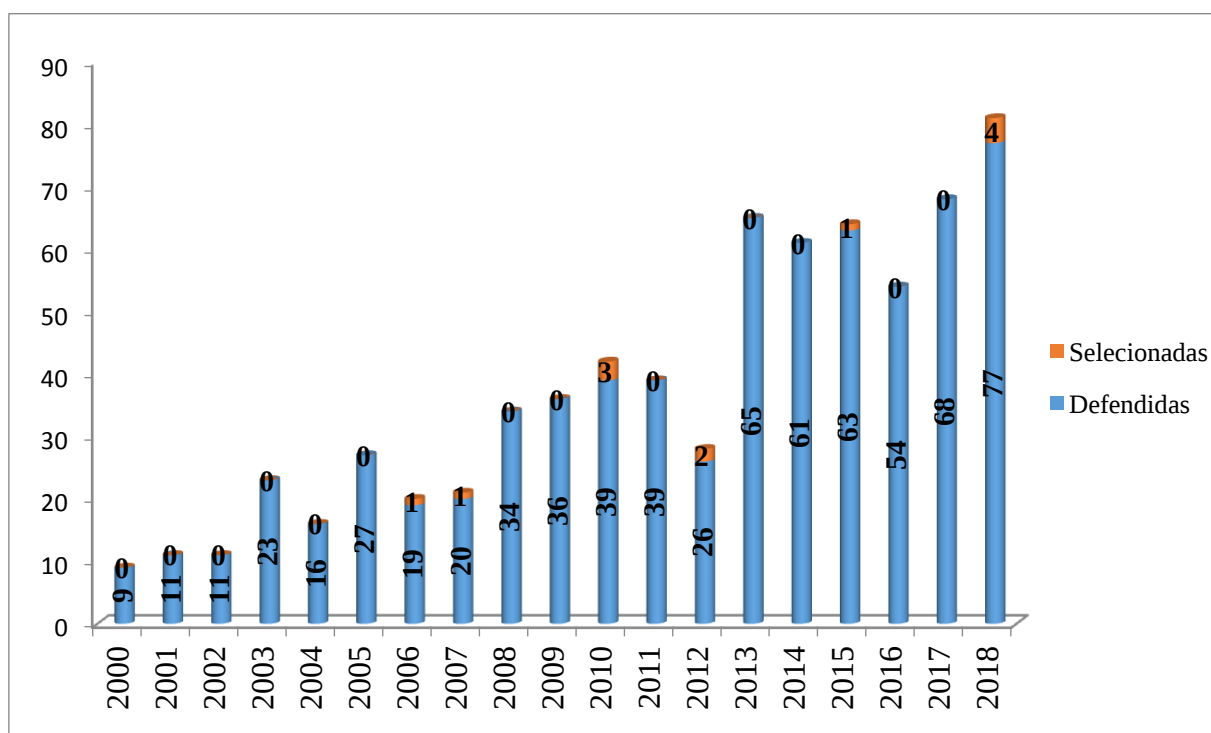
Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

Podemos, então, visualizar o regime de informação agindo ao utilizarmos o entendimento de González de Gómez (2002, p. 34), quando fala conceitualmente como “[...] um modo de produção informacional dominante em uma formação social [...]”, e isso é caracterizado nestes resultados pela baixa produção sobre esses dois povos, haja vista que o processo de negação da identidade cultural e científica deles vai ocorrer também por intermédio da própria educação, vinculando os espaços de poder a uma construção e representação negativas das minorias, e sendo constantemente excluídos das políticas de informação e da Universidade como sendo temas de pouco valor ou relevância para uma pesquisa de mestrado ou doutorado.

Neste entendimento, é o que reflete Aquino (2010) quando diz ser imprescindível não apenas tornar o negro e o indígena os sujeitos da pesquisa, mas sim permitir que esses estudos sejam uma vazão para essas populações. E a partir da luta que aconteceu em prol das cotas nas Universidades, primeiro em nível de graduação e, posteriormente, em nível de pós-graduação, que neste período pesquisado podemos visualizar que teve início a participação dos negros e indígenas como produtores de conhecimento acadêmico, e como consequência também como objetos de estudos.

O número maior de dissertações com as temáticas que envolvem os povos negros e indígenas, em relação às teses (Gráfico 2) pode ser justificado pela possibilidade muito maior de adentrarmos com temas poucos explorados, através do nível de mestrado, quando assim pode-se vincular um contexto histórico e atual como justificativa para tais estudos, o que é dificultado no nível de doutorado, inclusive pela baixa produção em relação a esses temas.

GRÁFICO 2 – Teses defendidas VS Teses selecionadas



Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

Há nesse quesito, os atores que ainda insistem em dominar o sistema de compartilhamento de conhecimento, colocando obstáculos para que determinados temas não adentrem o seu domínio. A partir daí é que podemos observar as ações de informação, como por exemplo, apresentações em congressos acadêmicos, pois essas ações são por natureza formativas. Ou seja, através delas é que os temas propostos passam a ser passíveis de absorção pela comunidade, proporcionando novas possibilidades de construção de conhecimentos diversos. Parte, assim, para uma transformação do espaço de disputa e distribuição do poder de forma coletiva. Assim, pressupõe-se que as ações de informação desses atores sejam disseminadas e que exerçam influência no contexto social no qual estão inseridos.

É por meio da produção científica, e por conseguinte da disseminação da informação, que os sujeitos sociais adquirem possibilidades para modificar suas condições e mobilizam esforços para ter maior inserção e integração com as instituições de forma mais democrática (SILVA; AQUINO, 2014). Dessa forma, o desafio para a Ciência da Informação e especificamente para os Programas de Pós-graduação, é que se faça para além do trabalho técnico da informação, mas que seja uma atividade crítica, política e democrática em variadas questões, a qual não pode ser dissociada da questão social e cultural.

Analisando a produção e sua possível correlação histórica, o que pode ter influenciado o aparecimento de estudos sobre essas temáticas é justamente um cenário de discussões políticas e movimentos sociais acerca dos direitos, da dignidade e da diversidade humana. É nesse sentido que usamos o entendimento de González de Gómez (1982) quando dos seus estudos sobre as configurações curriculares do Mestrado do IBICT de 1970 a 1980, onde verificou que as Linhas de Pesquisa acabavam se “abrindo” para acolher as demandas do corpo discente. Ou seja, as temáticas dos Programas não são apenas influenciadas pelo contexto e pelas pesquisas na área, mas dependendo da demanda podem ser influenciadas pelas temáticas de interesse trazidas pelos discentes.

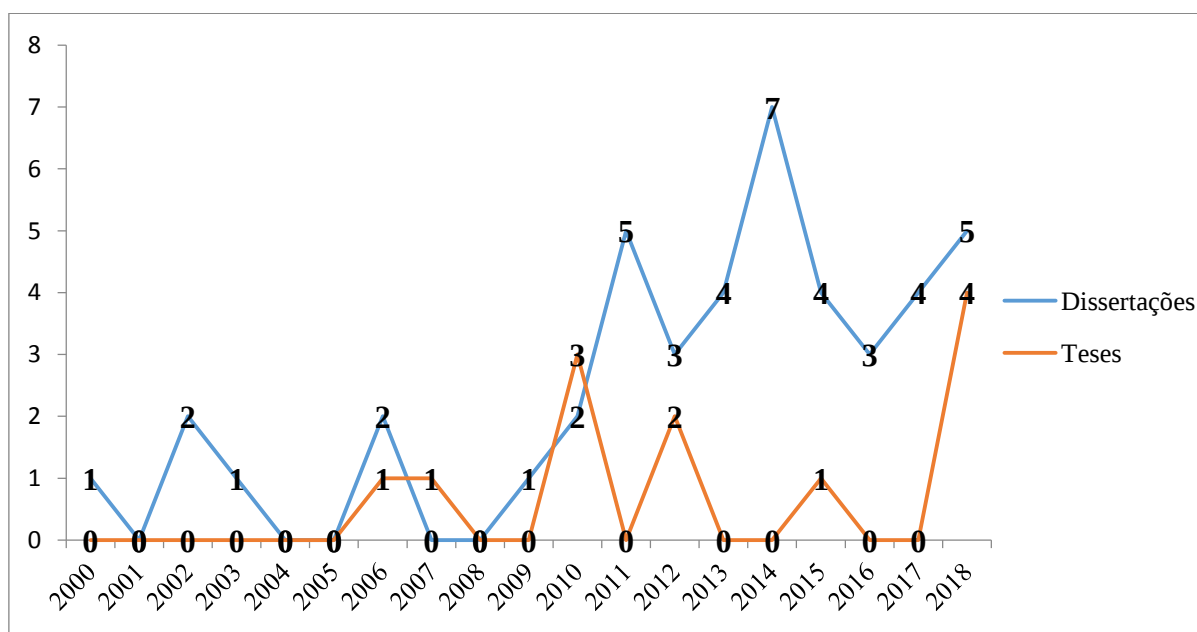
Cabe lembrar que o durante o século XX aconteceram diversas intervenções de atores sociais e institucionais que embarcaram posteriormente nas Universidades. O surgimento de movimentos sociais ligados à conjuntura histórica e contemporânea dos povos negros e indígenas influenciou o início de debates na Academia a respeito dos problemas enfrentados por essas populações e as possíveis soluções, incluindo aqui os relacionados aos fenômenos informacionais desses povos.

Ao observar a temporalidade de estudos recuperados (Gráfico 3), é possível visualizar o crescimento de sua produção, isso porque conforme González de Gómez, ao contextualizar a partir do ponto de vista exposto da autora, compreende-se que quando existe um modo de produção informacional dominante – neste caso abarcaremos toda a produção científica através de dissertações e teses e suas dinâmicas de construção – podem existir paralelamente outros modos contra-hegemônicos disputando território nas diversas redes formais e informais que adentram nesse campo de batalha via quebra de paradigmas científicos, revoluções sociais e econômicas, fatos que de alguma forma “movimentam” o espaço científico e social.

Nesse sentido, verificamos que nos Programas de Pós-Graduação atuam forças contra-hegemônicas e o modo de combate delas são as ações de informação. Por outro lado, compreendemos que há momentos na disputa onde forças hegemônicas e contra-hegemônicas se contrapõem, se ajustam e/ou criam alianças no âmbito das relações de poder.

Contudo, visualizamos que grupos elitizados ainda concentram a produção e obtenção de bens imateriais e materiais, acessíveis a poucos e impossibilitados a determinados grupos sociais e raciais. É justamente aqui que contemplamos o ambiente universitário como um espaço criado por e para uma elite (SILVA, 2016, 2019). Porém, nesse espaço, em virtude do arcabouço consolidado de democracia, onde se procura solidificar o princípio político, aconteceram rupturas sociais e científicas, permitindo a entrada de pessoas independentemente de suas origens sociais. Agora cabe à área absorver críticas em prol do aprimoramento de uma cultura científica responsável.

GRÁFICO 3 – Distribuição temporal das teses e dissertações



Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

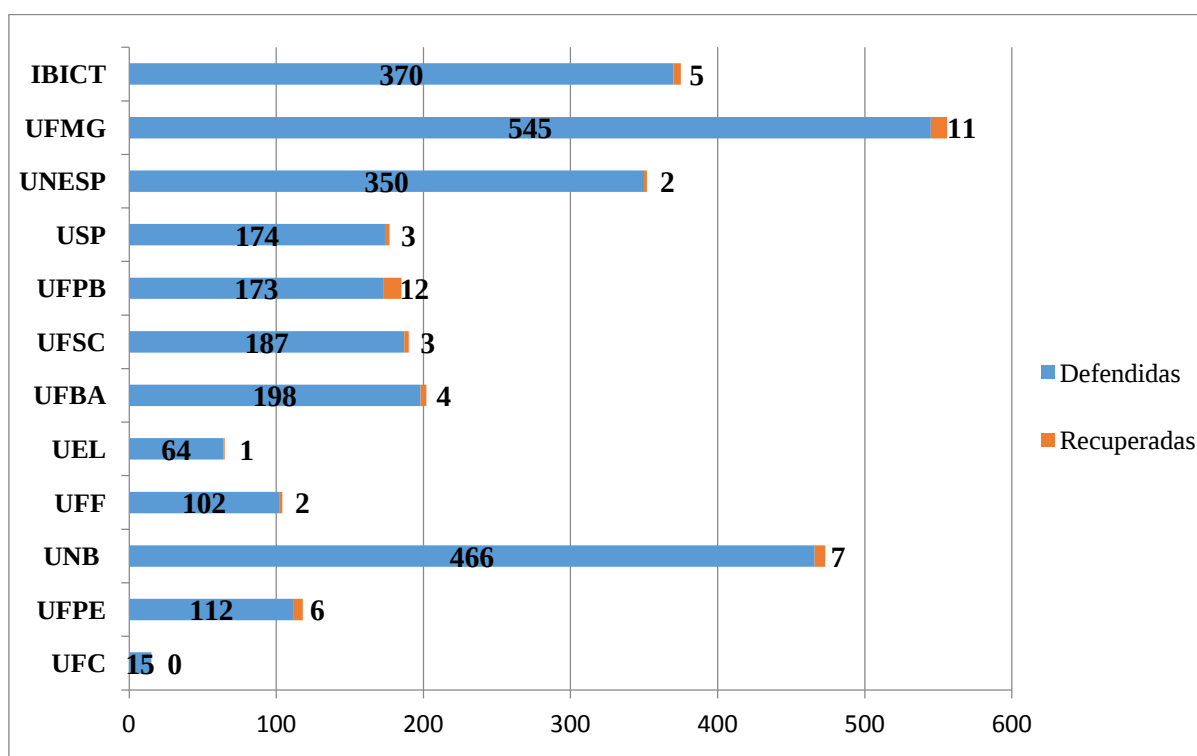
A seguir, no Gráfico 4, podemos verificar a distribuição total das dissertações e teses recuperadas. No Programa da UFPB encontramos um total de 12 pesquisas, em seguida vem a UFMG com 11 estudos, seguidos da UNB com sete, UFPE com seis, IBICT com cinco, UFBA com quatro, UFSC e USP com três cada, UNESP e UFF com dois cada, UEL com um, e UFC sem nenhum estudo que contemple as temáticas afro-brasileira e indígena.

Essas produções significam apenas 2,03% do total de dissertações e teses produzidas de 2000 a 2018, número que não representa a grandiosidade dos povos negros e indígenas no Brasil. Em especial, quando visualizamos a história desses povos e sua contribuição para a formação do país enquanto nação que atualmente conhecemos, seja na língua falada, na

construção física do país, na luta pela liberdade, entre outros aspectos que os fazem partícipes da história do Brasil.

Então, é preciso que haja o combate ao racismo e que esse tema seja debatido em todas as estruturas da sociedade, inclusive na academia, onde mesmo o silêncio diante do racismo pode muitas vezes se configurar como aprovação dessa situação. É preciso denunciar o racismo, mesmo que esse esteja dentro do nosso espaço de atuação na área profissional, seja de modo explícito ou nas formas mais sutis das variadas práticas discursivas, mesmo que seja em forma, como estamos verificando neste estudo, de invisibilização desses povos nas produções científicas.

GRÁFICO 4 – Distribuição da produção selecionada entre os PPGCIs



Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

Ao partimos para as análises desses atores dentro do regime de informação, é necessário então identificarmos quem está atuando para que os estudos sobre negros e indígenas sejam também introduzidos na Ciência da Informação. Então, elencamos os professores e professores que mais orientaram no período pesquisado (Tabela 3). Fica evidente que a Professora Mirian de Albuquerque Aquino, pertencente à época aos quadros de docentes da Universidade Federal da Paraíba, se destaca em nível nacional com mais orientações, totalizando sete, um número significativo, pois a UFPB teve um total de 12

estudos selecionados. Para ficar mais evidente sua importância, a professora Mirian de Albuquerque Aquino orientou 12,5% de todas as dissertações e teses recuperadas entre os 12 Programas selecionados.

TABELA 3 – Distribuição de orientações por professores (as)

	Orientador (a)	Instituição	Quant. Orientações
1	Mirian de Albuquerque Aquino	UFPB	7
2	Antonio Lisboa Carvalho de Miranda	UNB	3
3	Maria Guiomar da Cunha Frota	UFMG	2
4	Helena Maria Tarchi Crivellari	UFMG	2
5	Suzana Pinheiro Machado Mueller	UNB	2
6	Emir José Suaiden	UNB	2
7	Rosali Fernandez Souza	IBICT	2
8	Joana Coeli Ribeiro Garcia	UFPB	2
9	Maria Cristina Guimarães Oliveira	UFPE	2
10	Elmira Luiza Melo Soares Simeão	UFBA	1
11	Francisco José Aragão Pedroza Cunha	UFBA	1
12	Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira	UFBA	1
13	Hildenise Ferreira Novo	UFBA	1
14	Maria Elizabeth B. C. de Albuquerque	UFPB	1
15	Henry Poncio Cruz de Oliveira	UFPB	1
16	Bernardina Maria J. Freire de Oliveira	UFPB	1
17	Angel Freddy Godoy Viera	UFSC	1
18	Cezar Karpinski	UFSC	1
19	Rosângela Schwarz Rodrigues	UFSC	1
20	Leilah Santiago Bufrem	UFPE	1
21	Fabio Assis Pinho	UFPE	1
22	Sandra de Albuquerque Siebra	UFPE	1
23	Sueli Bortolin	UEL	1
24	Plácida L. V. Amorim da Costa Santos	UNESP	1
25	Carlos Cândido de Almeida	UNESP	1
26	Eduardo José Wense Dias	UFMG	1
27	Alcenir Soares dos Reis	UFMG	1
28	Marta Macedo Kerr Pinheiro	UFMG	1
29	Maria Aparecida Moura	UFMG	1
30	Marta Araujo Tavares Ferreira	UFMG	1
31	Marcello Peixoto Bax	UFMG	1
32	Rubens Alves da Silva	UFMG	1
33	Suzana Pinheiro Machado Mueller	UNB	1
34	Ivete Pieruccini	USP	1

35	Marcos Luiz Mucheroni	USP	1
36	Marilda Lopes Ginez de Lara	USP	1
37	Nanci Gonçalves da Nóbrega	UFF	1
38	Lídia Silva de Freitas	UFF	1
39	Gilda Olinto	IBICT	1
40	Clóvis Ricardo Montenegro de Lima	IBICT	1

Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

Merece destaque nesta análise, o Professor Antonio Lisboa Carvalho de Miranda com três orientações, assim como a Professora Suzana Pinheiro Machado Mueller e o Professor Emir José Suaiden, com duas orientações cada, todos pertencentes aos quadros da Universidade de Brasília, que entre orientadores com dois ou mais estudos orientados, existem três professoras e professores identificados. As Professoras, Maria Guiomar da Cunha Frota e Helena Maria Tarchi Crivellari, ambas da Universidade Federal de Minas Gerais, assim como a Professora Rosali Fernandez Souza, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, a Professora Maria Cristina Guimarães Oliveira, da Universidade Federal do Pernambuco, têm duas orientações cada. A Professora Joana Coeli Ribeiro Garcia, que pertence aos quadros da Universidade Federal da Paraíba, possui duas orientações, uma pela própria UFPB e outra orientação pela Universidade Federal do Pernambuco. Todos os demais orientadores e orientadoras possuem uma única orientação cada (Tabela 3).

Nessa relação, os atores selecionados acima, estão difundindo a temática dentro dos Programas de Pós-graduação e criando subsistemas de poder em busca de diversificar os temas ou objetos pesquisados. Buscam também democratizar cada sistema e gerar conhecimento sobre os indivíduos antes marginalizados. Mas essa disputa é abrangente e constante, e cada ação pode ser objetivamente registrada e analisada, onde os grandes produtores de conteúdo, que antes determinavam o padrão cultural a ser produzido, hoje passam a perder força diante do surgimento de forças antagônicas.

A seguir, no Quadro 4, apresentamos a relação das dissertações e teses recuperadas, que tratam das temáticas afro-brasileira e indígena.

QUADRO 4 – Relação de Dissertações e Teses selecionadas

Tipo	Linha	Banca	Ano	Autor (a)
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA				
Competência informacional e o desafio das bibliotecas universitárias: o caso da Biblioteca Central Brazão Mazula da Universidade Eduardo Mondlane de Moçambique				
D	Produção, circulação e mediação da informação	Aida Varela Varela (UFBA) / Elmira Luiza Melo Soares Simeão (UNB) Suely Moraes Cerávolo (UFBA) / Henriette Ferreira Gomes (UFBA) Maria Yêda F. S. de F. Gomes (UFBA)	2014	Ilídio Lobato Ernesto Manhique
Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18376				
Os movimentos sociais do Recôncavo Baiano no ciberespaço: um estudo dos fluxos de informação no recurso de grupos do Facebook				
D	Políticas e Tecnologias da Informação	Francisco José Aragão Pedroza Cunha (UFBA) / Hernane Borges de Barros Pereira (UNEB) / Ana Paula de Oliveira Villalobos (UFBA)	2016	Anderson Silva da Rocha
Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/20969				
Necessidades Informacionais das mulheres da comunidade quilombola de Itamatatua – Maranhão				
T	*	Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira (UFBA) / Rosinete de Jesus Silva Ferreira (UFMA) / Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (UNESP) / Maria Giovanna Guedes Farias (UFC) / José Carlos Sales dos Santos (UFBA)	2018	Cleyciane Cássia Moreira Pereira
Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/29808/1/Tese%20COMPLETA%20Final%20%281%29-mesclado.pdf				
Representação da Informação sobre a Violência contra Jovens Negros em mídias impressas na cidade de Salvador-Bahia – em foco os jornais A Tarde e Correio				
D	*	Hildenise Ferreira Novo (UFBA) / Márcia Esteves de Calazans * Ivana Aparecida Borges Lins * / Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira (UFBA) Zuleide Paiva da Silva *	2018	Celso Passos Correia Junior
Sem acesso ao texto completo				

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

A (Cons)Ciência da responsabilidade social e ét(n)ica na produção de conhecimento sobre o (a) negro (a) em programas de pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba

D	Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação	Mirian de Albuquerque Aquino (UFPB) / Carlos Xavier de Azevedo Netto (UFPB) José Antônio Novaes da Silva (UFPB) / Joana Coeli Ribeiro Garcia (UFPB)	2009	Alba Lígia de Almeida Silva
Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3940				
Afrodescendência, memória e tecnologia: uma aplicação do conceito de informação etnicorracial ao projeto “A Cor da Cultura”				
D	Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação	Mirian de Albuquerque Aquino (UFPB) / José Antônio Novaes da Silva (UFPB) / Edvaldo Carvalho Alves (UFPB) / Bernardina Maria J. Freire de Oliveira (UFPB)	2010	Henry Poncio Cruz de Oliveira
Disponível em: https://drive.google.com/open?id=1FVGTmYeLnkZQjSWSeuSPFSCWTNH07QdO				
Mitos da cultura africana: elementos de informação e preservação da memória na Comunidade Quilombola Alcantareense de Itamatatua				
D	Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação	Mirian de Albuquerque Aquino (UFPB) / Beliza Áurea de Arruda Mello (UFPB) / José Antônio Novaes da Silva (UFPB) / Carlos Xavier de Azevedo Netto (UFPB)	2011	Cleyciane Cássia Moreira Pereira
Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3982				
Memória iconográfica: uma análise da representação das imagens fotográficas de negros/as nas universidades públicas do estado da Paraíba				
D	Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação	Mirian de Albuquerque Aquino (UFPB) / Carlos Xavier de Azevedo Netto (UFPB) / Alba Cleide Calado Wanderley (UFCG) / Edvaldo Carvalho Alves (UFPB) / Marluce da Silva Pereira (UFPB)	2012	Ana Roberta Sousa Mota
Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3934				
Memória esquecida: uma análise da organização e representação da informação étnico-racial no OPAC da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba				
D	Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação	Mirian de Albuquerque Aquino (UFPB) / Carlos Xavier de Azevedo Netto (UFPB)	2012	Vanessa Alves Santana

	Acesso e Uso da Informação	(UFPB) / Renato Fernandes Correa (UFPE) / Edvaldo Carvalho Alves (UFPB) / José Antônio Novaes da Silva (UFPB)		
Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3931				
Responsabilidade social nas ações de extensão do Programa Iniciativas Negras: trocando Experiências				
D	Ética, Gestão e Políticas de Informação	Joana Coeli Ribeiro Garcia (UFPB) / Mirian de Albuquerque Aquino (UFPB) / Joselina da Silva (UFC) / Wagner Junqueira de Araújo (UFPB)	2012	Elieny do Nascimento Silva
Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3917				
Fontes Iconográficas e memória afrocêntrica: análise da informação étnico-racial a partir do ensaio fotográfico Engenhos e Senzalas				
D	Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação	Mirian de Albuquerque Aquino (UFPB) / Carlos Xavier de Azevedo Netto (UFPB) / José Washington de Moraes Medeiros (UFPB) / Edvaldo Carvalho Alves (UFPB) / Waldecir Ferreira Chagas (UFPB)	2013	Thais Helen do Nascimento Santos
Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3941				
Bamidelê: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba				
D	Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação	Mirian de Albuquerque Aquino (UFPB) / Edvaldo Carvalho Alves (UFPB) / Izabel França de Lima (UFPB) / Gisele Rocha Côrtes (UFPB) / Maria Elizabeth B. C. de Albuquerque (UFPB) / Marluce Pereira da Silva (UFPB)	2014	Leyde Klébia Rodrigues da Silva
Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3973				
A construção da identidade negra a partir de informações disseminadas em blogs de funk				
D	Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação	Mirian de Albuquerque Aquino (UFPB) / Edvaldo Carvalho Alves (UFPB) / Ana Cleide Calado Wanderley (UFCG) / Marckson Roberto Ferreira de Sousa (UFPB)	2014	Jobson Francisco da Silva Júnior
Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3969				
Informação étnico-racial: uma proposta de glossário sob a égide da Semântica Discursiva				
D	Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação	Maria Elizabeth B. C. de Albuquerque (UFPB) / Dulce Amélia de Brito Neves (UFPB) / Fábio Mascarenhas e Silva (UFPE) / Izabel França de Lima (UFPB) / Fábio Assis Pinho (UFPE)	2015	Maria Antonia de Sousa

Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7835>

Informação étnico-racial no âmbito dos programas de pós-graduação em psicologia

D	Informação, Memória e Sociedade	Henry Poncio Cruz de Oliveira (UFPB) / Maria de Fátima Pereira Alberto (UFPB) / Izabel França de Lima (UFPB)	2016	Sérgio Rodrigues de Santana
---	---------------------------------	--	------	-----------------------------

Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9701>

Abram as portas da ciência para os mestres e as mestras passem: a resignificação da Jurema no Acervo José Simeão Leal

D	Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação	Bernardina Maria J. Freire de Oliveira (UFPB) / Carlos Xavier de Azevedo Netto (UFPB) / Maria Nilza Barbosa Rosa (UFPB) / Gisele Rocha Cortes (UFPB) / José Mauro Matheus Loureiro (UFPB) / Dinaine Soares Sampaio (UFPB)	2017	Carla Maria de Almeida
---	--	---	------	------------------------

Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9714>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Influência dos fatores cognitivos e afetivos no processo de recuperação da informação: um estudo de caso em instituições de ensino superior na cidade de Chimoio, Manica, Moçambique

D	Fluxos de Informação	Angel Freddy Godoy Viera (UFSC) / Hector Alejandro Paredes (Universidade Nacional de Cuyo) / Adilson Luiz Pinto (UFSC) / Rosângela Schwarz Rodrigues (UFSC) / Clarice Fortkamp Caldin (UFSC)	2015	Marta da Conceição João Maputere
---	----------------------	--	------	----------------------------------

Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PCIN0123-D.pdf>

Os núcleos de estudos afro-brasileiros de Santa Catarina e o contexto informacional: análise sobre o *facebook* como uma fonte de informação étnico-racial

D	Organização, Representação e Mediação da Informação e do Conhecimento	Cezar Karpinski (UFSC) / Daniella Câmara Pizarro (UDESC) / Enrique Muriel-Torrado (UFSC)	2018	Andréia Sousa da Silva
---	---	--	------	------------------------

Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PCIN0184-D.pdf>

Publicação científica em Moçambique

T	Organização, Representação e Mediação da Informação e do Conhecimento	Rosângela Schwarz Rodrigues (UFSC) / Enrique Muriel Torrado (UFSC) Adilson Luiz Pinto (UFSC) / Sonia Caregnato (UFRGS)	2018	Policarpo Camilo Silvestre Matiquite
---	---	---	------	--------------------------------------

Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PCIN0179-T.pdf>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Políticas públicas – preservação de manifestações culturais: o papel social da FUNDARPE

D	Memória da Informação Científica e Tecnológica	Maria Cristina Guimarães Oliveira (UFPE) / Luís Augusto da Veiga pessoa Reis (UFPE) / Carlos Xavier de Azevedo Netto (UFPB)	2011	Helena Azevedo
---	--	---	------	----------------

Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/1282>

Reflexões sobre movimentos sociais e informação: a experiência do Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC

D	Comunicação e visualização da memória	Joana Coeli Ribeiro Garcia (UFPB) / Dalgiza Andrade Oliveira (UFMG) Maria Cristina Guimaraes Oliveira (UFPE) / Joselina da Silva (UFC)	2014	Erinaldo Dias Valério
---	---------------------------------------	---	------	-----------------------

Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12943>

A História e a cultura africana e afro-brasileira: lei 10.639/03 no diretório dos grupos de pesquisa registrados no CNPq

D	*	Leilah Santiago Bufrem (UFPE) / Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia (UFPE) / Fabio Assis Pinho (UFPE) / Denise Maria Botelho (UFRPE) Joselina da Silva (Fundação Cultural Palmares)	2015	Nicácia Lina do Carmo
---	---	---	------	-----------------------

Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16084>

Aspectos memoriais da produção bibliográfica de Francisco Solano Trindade

D	*	Fabio Assis Pinho (UFPE) / Maria Cristina Guimarães Oliveira (UFPE)	2016	Juliana Cysneiros Sande Carvalho
---	---	---	------	----------------------------------

		Gilda Maria Whitaker Verri (UFPE) / Denise Maria Botelho (UFRPE)		
Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17805				
Curadoria digital: recomendações para acervos de objetos culturais digitais				
D	*	Sandra de Albuquerque Siebra (UFPE) / Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda (UFPE) / Maria José Vicentini Jorente (UNESP) Celly de Brito Lima (UFPE)	2017	Faysa de Maria Oliveira e Silva
Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/27700				
O caráter da produção, organização e uso da informação em museus: o caso do Museu da Abolição em Recife – PE				
D	Memória da Informação Científica e Tecnológica	Maria Cristina Guimarães Oliveira (UFPE) / Fabio Assis Pinho (UFPE) Suely Moraes Ceravolo (UFBA)	2017	Daiane Silva Carvalho
Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25343				
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA				
O Negro e a mediação: a ciência da informação como campo de discussão étnico-racial				
D	*	Sueli Bortolin (UEL) / Maria Nilza da Silva (UEL) / Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (UNESP) / Adriana Rosecler Alcará Engelmann (UEL)	2014	Fernando Cruz Lopes
Disponível em: http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?view=vtls000198010				
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”				
Informação e segurança pública: modelo de banco de dados para a gestão de informações em Moçambique				
D	Informação e Tecnologia	Plácida L. V. Amorim da Costa Santos (UNESP) / Elvis Fusco (UNIVEM) Ricardo César Gonçalves Santana (UNESP)	2011	Januário Albino Nhacuongue
Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/nhacuongue_ja_me_mar.pdf				
A questão da representação das religiões de matriz africana na CDD: uma análise crítica da umbanda				
T	Produção e Organização da	Carlos Cândido de Almeida (UNESP) / Luciana de Souza Gracioso (UFSCar) Rodrigo de Sales (UFSC) / Flávia Maria Bastos (UNESP)	2018	Marcio Ferreira da Silva

	Informação	Daniel Martinez-Àvila (UNESP)		
Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/silva_mf_do_mar.pdf				
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS				
Informatização e integração do Sistema de Bibliotecas da Universidade Eduardo Mondlane				
D	*	Eduardo José Wense Dias (UFMG) *	2002	Manuel Valente Mangué
Sem acesso ao texto completo				
A atuação informacional do instituto Camões no processo de construção da cidadania Moçambicana: o caso de Maputo				
D	Informação, Cultura e Sociedade	Alcenir Soares dos Reis (UFMG) / Leoncio Jose Gomes Soares (UFMG) Ana Maria Rezende Cabral (UFMG)	2006	Adélio Segredo Dias
Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/VALA-6WEPOCH				
Consolidação do processo de informatização em sistemas de bibliotecas universitárias na África do Sul, Brasil e Moçambique				
T	*	Helena Maria Tarchi Crivellari (UFMG) / Eduardo Jose Wense Dias (UFMG) Maria Aparecida Moura (UFMG) / Candido Guerra Ferreira (UFMG) Silvana Prata Camargos (UFOP) / Francisco das Chagas de Souza (UFSC)	2007	Manuel Valente Mangué
Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/VALA-74QHWR				
Cidadania e multiculturalismo: a lei 10.639/03 no contexto das bibliotecas das escolas municipais de Belo Horizonte				
D	Informação, Cultura e Sociedade	Maria Guiomar da Cunha Frota (UFMG) / Maria Aparecida Moura (UFMG) Junia Sales Pereira (UFMG)	2010	Erica Melanie Ribeiro Nunes
Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECID-87BK7N				
Bibliotecas públicas e construção da cidadania: desafios no âmbito da Sociedade da Informação em Moçambique				
D	Informação, Cultura e Sociedade	Maria Guiomar da Cunha Frota (UFMG) / José de Sousa Migual Lopes (UEMG) / Maria Aparecida Moura (UFMG) / Alcenir Soares dos Reis (UFMG)	2011	Momade Amisse Ali
Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECIC-8EUNEB				

Estudo de governo eletrônico de Moçambique e do Estado de São Paulo – Brasil – uma discussão sobre as políticas				
T	Gestão da Informação e do Conhecimento	Marta Macedo Kerr Pinheiro (UFMG) / Terezinha Elisabeth da Silva (UEL) Adriane Maria Arantes de Carvalho (PUC-MG) / Alcenir Soares dos Reis (UFMG) / Renata Maria Abrantes Baracho Porto (UFMG)	2012	Adelio Segredo Dias
Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECIC-8UBJ6S				
Uso de periódicos eletrônicos nas instituições de ensino superior e de pesquisa em Moçambique				
D	Organização e Uso da Informação	Maria Aparecida Moura (UFMG) / Aparecida Maciel da Silva Shikida (FEAD-MG) / Bernadete Santos Campello (UFMG) / Terezinha de Fatima Carvalho de Souza (UFMG)	2013	Ranito Zambo Waete
Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-972H8G				
Gestão da informação na segurança pública: o caso da polícia da República de Moçambique				
D	Gestão da Informação e do Conhecimento	Marta Araujo Tavares Ferreira (UFMG) / Claudio Paixao Anastacio de Paula (UFMG) / Fabricio Ziviani (FUMEC) / Terezinha de Fatima Carvalho de Souza (UFMG)	2014	Destinado Artur Guite
Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-9RUJ9R				
Lei de cotas: um estudo da reserva de vagas em uma instituição federal de ensino através da descoberta de conhecimento em bases de dados				
D	Gestão da Informação e do Conhecimento	Marcello Peixoto Bax (UFMG) / Carlos Alberto Goncalves (UFMG) Beatriz Valadares Cendon (UFMG) / Renata Maria Abrantes Baracho Porto (UFMG)	2014	Márcio Teodoro Dias
Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-9RFP29				
Reflexões críticas sobre aspectos produtivos e do trabalho na biblioteca universitária em tempos de crise: comparação entre Brasil, Espanha e Moçambique				
T	Informação, Cultura e Sociedade	Helena Maria Tarchi Crivellari (UFMG) / Manuel Valente Mangué (Universidade Eduardo Mondlane-UEM) / José Antônio Moreira González (Universidad Carlos II de Madrid) / Alexandre Oliveira de Meira Gusmão (UFMT) / Otávio Soares Dulci (PUC-MG) / Leonardo Vasconcelos Renault (UFMG) / Jasmária Lima Ribeiro de oliveira (PUC-MG)	2015	André de Souza Pena

Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1eDD-ImGwDOMHfj9ATE83-B4392p5lw2y>

O Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte como campo etnográfico: vestígios do africanismo no arquivo pessoal de Nelson Coelho de Senna

D	Informação, Cultura e Sociedade	Rubens Alves da Silva (UFMG) / Ivana Denise Parrela (UFMG) Alcenir Soares dos Reis (UFMG) / Fabrício José Nascimento da Silveira (UFMG)	2017	Maristela Costa Martiniano
---	---------------------------------	--	------	----------------------------

Disponível em: https://drive.google.com/open?id=1xR_0eTJI1XK-H3EjOfEVbDKyI9FXgEw9

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

A informação indígena na América Latina e no Caribe

D	*	Antonio Lisboa Carvalho de Miranda (UNB) *	2000	Alejandra Aguilar Pinto
---	---	---	------	-------------------------

Disponível em: https://drive.google.com/open?id=1DtT_gtJI45cBHKpDIIH54-W7c_W7Jb08

A pesquisa sobre medicina veterinária em Moçambique: análise do desenvolvimento da produção científica: 1947–2002

D	*	Suzana Pinheiro Machado Mueller (UNB) / Antonio Lisboa Carvalho de Miranda (UNB) / Maria José de Oliveira * / Sofia Galvão Baptista (UNB) / Horácio Francisco Zimba (UFMG)	2003	
---	---	--	------	--

Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31016>

A sociedade da informação: perspectiva para Angola

T	*	Antonio Lisboa Carvalho de Miranda (UNB) *	2006	Maria Alexandra Miranda Aparício
---	---	---	------	-------------------------------------

Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2240>

Identidade/diversidade cultural no ciberespaco: práticas informacionais e de inclusão digital nas comunidades indígenas, o caso dos Kariri-Xocó e Pankararu no Brasil

T	Comunicação da Informação	Antonio Lisboa Carvalho de Miranda (UNB) / Maria Geralda Almeida (UFG) Cecília Leite Oliveira (IBICT) / Elmira Luzia Melo Soares Simeão (UNB) Ivette Kafure Munuz (UNB) / Sofia Galvão Baptista (UNB)	2010	Alejandra Aguilar Pinto
---	---------------------------	---	------	-------------------------

Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/7113>

A dimensão política e o processo de institucionalização da ciência e tecnologia em Moçambique

T	Comunicação da Informação	Suzana Pinheiro Machado Mueller (UNB) / Maria Aparecida Moura (UFMG) / Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro (UNB) / Rogério Henrique de Araújo Júnior (UNB) / Maria Alice Guimarães Borges (UNB) / Marilo Bastos da Cunha (UNB)	2010	Horácio Francisco Zimba
---	---------------------------	--	------	-------------------------

Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5838>

Tecnologias de informação e comunicação como um meio de inclusão e exclusão social em Moçambique: o caso do ensino superior

T	Gestão da Informação e do Conhecimento	Emir José Suaiden (UNB) / Ivette Kafure Muñoz (UNB) / Cecília Leite Oliveira (IBICT) / Sofia Galvão Baptista (UNB) / Paulo César Gonçalves Egler (IBICT) / Antonio Lisboa Carvalho de Miranda	2012	Susana Otília Tomás Maleane
---	--	---	------	-----------------------------

Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/11914>

Uso das bibliotecas digitais da Biblioteca Central pelos estudantes indígenas da UnB

D	Comunicação e Mediação da Informação	Emir José Suaiden (UNB) / Cecília Leite Oliveira (IBICT) / Elmira Luzia Melo Soares Simeão (UNB) / Ricardo Crisafulli Rodrigues (IBICT)	2018	Julia Judith Quispe Supo
---	--------------------------------------	---	------	--------------------------

Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/32718>

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Estação Memória Cambury: mediação cultural com os parceiros do rio que muda

D	*	Ivete Pieruccini (USP) / Lucia Maciel Barbosa de Oliveira (USP) / Lucília Maria Sousa Romão (USP)	2013	Edison Luís dos Santos
---	---	---	------	------------------------

Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-19112013-161748/publico/EDISONSANTOS.pdf>

Veredas da informação em culturas de tradição oral: a esfera encantada das bibliotecas vivas

T	*	Marcos Luiz Mucheroni (USP) / Adérito Fernandes Marcos (Universidade Aberta-UAb-PT) / Marco Antonio de Almeida (USP) / Ricardo Alexino Ferreira (USP) / Almir Antonio Rosa (USP) / Ricardo Cesar Gonçalves	2018	Edison Luis dos Santos
---	---	--	------	------------------------

		Sant'Ana (UNESP)		
Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02102018-163618/publico/EdisonLuisdosSantos.pdf				
A construção de um sistema de documentação para o acervo do MAFRO/UFBA				
D	*	Marilda Lopes Ginez de Lara (USP) / Juliatti de Andrade (UFF) Suely Moraes Cerávolo (UFBA) / Marcelo dos Santos (USP)	2018	Andréa de Britto
Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27163/tde-25042019-152537/publico/AndreadeBrittoVC.pdf				
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE				
A Biblioteca Pública na (re) Construção da Identidade Negra				
D	Informação, Cultura e Sociedade	Nanci Gonçalves da Nóbrega (UFF) / Simone da Rocha Weitzel (UERJ) Lídia Silva de Freitas (UFF) / Carlos Henrique Marcondes (UFF)	2011	Francilene do Carmo Cardoso
Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/10219				
“A Biblioteca deveria estar do nosso lado”: com/sobre quilombolas e indígenas e suas relações com a biblioteca universitária				
D	Informação, Cultura e Sociedade	Lídia Silva de Freitas (UFF) / Maria Nélida Gonzalez de Gomez (UFF) / Tania Conceição Clemente de Souza (UFRJ) / Elisabete Gonçalves de Souza (UFF) Patrícia Vargas Alencar (UNIRIO)	2018	Mayco Ferreira Chaves
Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/10858				
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA				
Estoques de informação: o acervo imagético da Comissão Rondon no Museu do Índio como fonte de informação				
D	*	Rosali Fernandez Souza (IBICT) / Isa Maria Freire (UFPB) / Lena Vânia Pinheiro (IBICT) / Vânia Maria Rodrigues Hermes de Araújo (IBICT) / Gilda Olinto (IBICT)	2002	Denise Portugal Lasmar
Disponível em: https://drive.google.com/open?id=1m9UOWOAuOz-DxI5maFkIZbkoarHOy5u				
O governo eletrônico em Moçambique: uma reflexão sobre políticas públicas de informação				
D	Informação, conhecimento e	José Maria Jardim (UNIRIO) / Joel das neves Tembe (Universidade Eduardo Mondlane-UEM) / Maria Odila Fonseca (UFF) / Sandra Rebem Gomes (UFF)	2006	Rafael Simone Nharreluga

	sociedade			
Disponível em: https://drive.google.com/open?id=15RXJMj2Mis5NGjilSrWEtie4f1d_BvNp				
Negros e ciência: uma análise sobre a inserção acadêmica de intelectuais negros				
T	*	Gilda Olinto (IBICT) *	2010	Eliane Borges da Silva
Sem acesso ao texto completo				
Reconhecimento, emancipação e justiça: o lugar da informação nos movimentos sociais identitários				
D	Ética e Política da Informação	Clóvis Ricardo Montenegro de Lima (IBICT) / Maria Nélida González de Gomez (IBICT) / Amilcar Araújo Pereira (UFRJ) / Sarita Albagli (IBICT) / Nadja Amilibia Hermann (IBICT)	2013	Mariana Barros Meirelles
Disponível em: https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/701/1/Meirelles2013.pdf				
Um olhar classificatório do acervo imagético das expedições científicas de Darcy Ribeiro aos índios Urubu-Kaapor no Museu do Índio na identificação de elementos da cultura indígena e da diversidade étnica-cultural brasileira				
D	*	Rosali Fernandez de Souza (IBICT) / Ricardo Medeiros Pimenta (IBICT) / Ione Helena Pereira Couto (Museu do Índio/FUNAI) / Geni Chaves Fernandes (UNIRIO) / Gustavo Silva Saldanha (IBICT)	2015	Rodrigo Piquet Saboia de Mello
Disponível em: https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/795/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Mestrado%20IBICT%20-%20Rodrigo%20Piquet%20-%20VERS%c3%83O%20FINAL%20-%202015.pdf				

Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

* Informação não disponível no documento recuperado

Sendo assim, este estudo permite constatar que existe um diálogo da Ciência da Informação com as relações étnico-raciais. Então, podemos analisar de forma mais precisa, quando colocamos cada documento aqui recuperado dentro dos GTs do Enancib. Por isso, esquematizamos os números de documentos selecionados para a pesquisa e os sistematizamos por grupos de trabalhos, onde podemos visualizar em quais GTs essas temáticas têm maior representatividade, conforme pode ser observado na Tabela 4.

TABELA 4 – Distribuição Temática das Dissertações e Teses

GT	Temática	Nº de Dissertações e Teses
1	Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação	0
2	Organização e Representação do Conhecimento	8
3	Mediação, Circulação e Apropriação da Informação	15
4	Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações	7
5	Política e Economia da Informação	6
6	Informação, Educação e Trabalho	1
7	Produção e Comunicação da Informação em CT&I	0
8	Informação e Tecnologia	2
9	Museu, Patrimônio e Informação	0
10	Informação e Memória	17
11	Informação e Saúde	0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

Podemos observar que as temáticas são mais trabalhadas no GT 10, Informação e Memória, com 17 documentos, supomos que em virtude da relação direta desses povos com a formação do Brasil enquanto nação. Os estudos quase sempre vinculam suas memórias, seja documental ou oral, ao fenômeno informacional. De certa forma, deixa de lado a contemporaneidade informacional desses povos, pois os trabalhos recuperados neste âmbito foram em menor número. Em seguida, no GT 3, Mediação, Circulação e Apropriação da Informação, encontramos 15 trabalhos, que seguem a mesma lógica da explanação anterior, muito em virtude da discussão sobre a inclusão racial e social desses povos e de outros marginalizados, quando vinculam acesso à informação como uma forma de derrubar as amarras históricas de racismo e discriminação.

Alguns GTs não tiveram estudos vinculados, como por exemplo, o GT 9, Museu, Patrimônio e Informação, o GT 11, Informação e Saúde, o GT 7, Produção e Comunicação da Informação em CT&I, e o GT 1, Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação. Esses dados refletem mais uma vez que os pesquisadores e pesquisadoras não relacionam o fenômeno informacional contemporâneo a esses povos e muito menos questões relacionadas à tecnologia.

3.3 Regime de informação nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação

Na Figura 2, observamos como se configura o Regime de Informação nos Programas que foram aqui analisados. Como visto anteriormente, os atores sociais nesse regime são identificados como os docentes, os discentes e também a comunidade externa. Os docentes geralmente são quem possui o poder de definir quais os temas “pesquisáveis” ou não, como também se querem orientar determinado estudo. É claro que cada um tem suas preferências, que são de origem desde as primeiras pesquisas realizadas ainda como discentes, e que geralmente receberam influência de seus orientadores, perfazendo assim um ciclo.

Os discentes têm papel importante, pois eles, condicionados a um contexto social, adentram esse regime a partir de um complexo sistema de valores, requisitos, teias de relações entre cientistas, etc. Ao entrarem nesses espaços buscam atores com as mesmas proposições, ideias e *status*, para somar forças e conseguirem mostrar que aquilo que propõem pesquisar tem realmente importância acadêmica. É nesse momento que acontecem os embates entre os atores, de um lado aqueles que pretendem manter o *status quo*, geralmente em busca da permanência de temas relevantes na verdade para camada mais abastada da sociedade ou impostas institucionalmente, sempre atreladas a projetos de poder maior; e do outro lado, discentes, professores e a comunidade externa tentando democratizar o poder nesse regime.

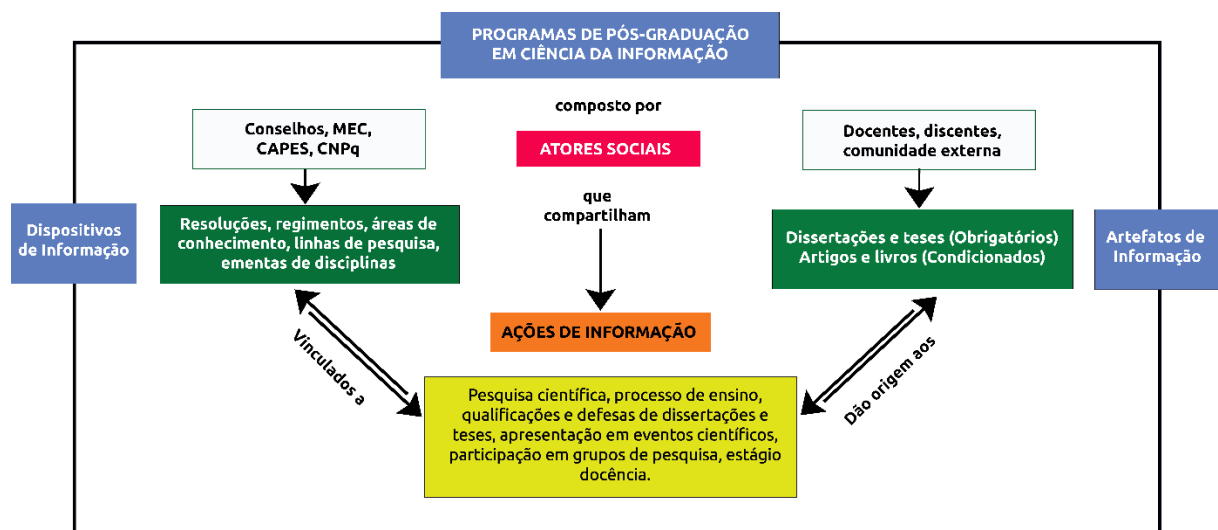
É possível observar também, dentro da perspectiva do regime de informação, que os atores sociais agem de fora para dentro nesse contexto, quebrando as amarras que o sistema impõe a esses povos quando tentam ser reconhecidos e aceitos no regime - acontece uma batalha dentro e fora no processo de pós-graduação -, buscando apresentar suas ideias e fundamentos, sendo neste caso, num sistema institucionalizado. Nesse sentido, Bufrem (2013, p. 2) disserta que “[...] ao admitir o contexto histórico como parte constitutiva da ciência, defende-se a necessidade da reflexão sobre as práticas de pesquisa que vêm sendo concretizadas no cotidiano da Ciência da Informação no Brasil”. Portanto, podemos

questionar “[...] como a realidade tem influenciado os modos de fazer Ciência da Informação [...]” (BUFREM, 2013, p. 2).

Esses atores (os discentes) têm a seu favor, principalmente, o contexto histórico das últimas décadas, quando da ocorrência de ações que se constituíram em marcos legais na luta antirracista no âmbito educacional, como a Lei Federal nº 10.639/2003, e os 10 anos da Lei Federal nº 11.645/2008, além dos movimentos sociais mundialmente reconhecidos, tais como, a revolução tecnológica, sociedade da informação, lutas antirracistas em diferentes meios - como o artístico - que uma hora chegou às salas de aula, entre outros acontecimentos que facilitaram a entrada de temas antes não pesquisados na academia.

Além desses atores sociais, há os atores institucionais, como as agências de fomento CAPES e CNPq, MEC e Colegiados, que também almejam poder nesse sistema. Por serem portadores e produtores dos artefatos, buscam de forma institucionalizada impor o poder através de editais, regras e normas e, por vezes, colocam obstáculos para que temas complexos e ainda pouco discutidos adentrem esse espaço.

FIGURA 2 – Regime de Informação nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Esses dois atores, docentes e discentes, também entram em embate com os atores institucionais, como Conselhos, MEC, CAPES e CNPQ, pois deles é que advém os recursos financeiros e estruturais para a manutenção desses espaços, física e conceitualmente falando. Ao impor editais voltados para determinado segmentos, esses atores institucionais buscam a permanência de temas de seus interesses ou de quem está no comando em determinados

momentos, ou interferir nos paradigmas, condicionando editais e fomento às temáticas de interesse mais social.

As ações de informação são aquelas realizadas por atores sociais em suas práticas e atividades quando buscam compartilhar informação e conhecimento com a comunidade científica e, por muitas vezes, com a comunidade externa. O ato de pesquisar, o processo de ensino, orientações, as defesas de dissertações e teses e apresentações de trabalhos científicos em congressos, assim como a participação em grupos de pesquisa são as ações de informações mais presentes nestes espaços pesquisados. O processo de estágio docência é outra ação de informação importante, pois geralmente vincula as pesquisas a aulas em turmas de graduação em diferentes cursos e faz com que temas menos pesquisados possam ser compartilhados entre alunos de graduação incentivando o surgimento de novos interessados em tais estudos.

Os dispositivos de informação são compreendidos aqui como aqueles que apoiam as ações de informação, mantendo uma ordem institucional e de procedimentos dentro desse regime, como as resoluções, regimentos, áreas de concentração, linhas de pesquisa e ementas de disciplina. São neles que as ações devem ancorar suas atividades e vinculação daquilo que pode ou não ser feito e como deve ser realizado naquele espaço. Os dispositivos são compartilhados em sua maioria pelos atores institucionais, e também são de permanentes questionamentos por parte dos atores sociais.

Os artefatos de informação identificados nesses programas são as dissertações, teses, artigos e livros. Os dois primeiros são obrigatórios, e os segundos condicionados a cada programa e/ou docente. Também podemos encontrar artefatos como relatórios de bolsistas e de estágio docência, *softwares*, banco de dados, entre outros. Esses artefatos são quase sempre compartilhados pelos atores sociais, e permanentes questionamentos pelos atores institucionais.

A partir desse desenho conceitual exposto acima compreendemos que há sim um Regime de Informação atuando, e em constante embate, nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação, que ao longo do tempo marginalizou os negros e indígenas em suas salas de aula, seminários, congressos, dissertações, teses, artigos, etc. Quando se observa os documentos recuperados é possível também compreender que mesmo quando os temas adentraram o espaço da pós-graduação são colocados em determinados nichos, muitos relacionados ainda a uma visão de formação histórica do país, vinculados à memória, deixando a contemporaneidade desses povos um pouco de lado.

Antes de tecer as considerações pertinentes, fica em suma - a partir da leitura do espaço pesquisado e do contexto histórico, social e cultural que o envolve - a identificação dos aspectos que abarcam o regime de informação dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação brasileiros, o qual Frohmann (1995, p. 5, tradução nossa⁷) descreve de forma conceitual o que propomos no início desta pesquisa, que é demonstrar como atua o regime de informação nesse processo. Assim, tal regime atua como um “[...] sistema mais ou menos estável ou rede na qual a informação flui de determinados canais de produtores específicos, através de estruturas organizacionais específicas, para os consumidores ou usuários específicos [...]”.

Conforme o autor, “descrever um regime de informação significa mapear os processos agonísticos que resultam em tentativas de estabilização e conflitos entre grupos sociais, interesses, discursos e até artefatos científicos e tecnológicos” (FROHMANN, 1995, p. 5, tradução nossa⁸). Em resumo, o regime de informação é a configuração de uma rede de atores que se articula e se estabiliza na medida em que se negociam interesses e que circulam (ou não) informações.

Pode-se afirmar que a conformação do Regime de Informação aqui identificado possui reflexos no processo em que se dá essa pouca produção recuperada relacionada aos povos negro e indígena, pois à medida que atende aos propósitos da camada mais privilegiada da sociedade e instituições, como a CAPES, coloca à margem da produção do conhecimento temas importantes, que deveriam ser discutidos com mais frequência. Assim, é evidente que esses espaços de disputa, que são os Programas de Pós-Graduação, ficam condicionados a resultados e políticas de informação geridos por atores que buscam o poder que o conhecimento impõe.

⁷ [...] any more-or-less stable system or network in which information flows through determinable channels from specific producers, via specific organizational structures, to specific consumers or users [...]. (FROHMANN, 1995, p. 5).

⁸ [...] describing a régime of information means charting the agonistic processes that result in tentative and uneasy stabilizations of conflicts between social groups, interests, discourses, and even scientific and technological artifacts (FROHMANN, 1995, p. 5).

4 CONSIDERAÇÕES PERTINENTES

A informação é o principal insumo para atender as diversas demandas da sociedade contemporânea, por isso também é o objeto de estudo dos mais variados contextos científicos, atuando em uma conjuntura dinâmica e estruturada, sendo reconhecida como instrumento e base da movimentação de bens materiais, assim como dos saberes e práticas sociais. Este trabalho possui, sobretudo, o intuito de chamar a atenção para isso propondo a necessidade de que nas pesquisas em Ciência da Informação sejam estimulados os estudos críticos sobre temas sociais com a intenção de entender como funcionam esses espaços, assim como, possibilitar a discussão de uma ciência ainda racista no século XXI.

A sociedade hoje conhecida com “da informação”, mostra que as relações de poder pouco mudaram, mas que há muitas ações de atores tentando movimentar os espaços de poder. Fica evidente que a Ciência da Informação segue este mesmo caminho de quebrar paradigmas opressores e racistas, tentando fazer uma CI mais democrática e plural.

Esse enfoque vem se mostrando necessário, pois o conhecimento sobre a história e cultura dos negros e indígenas impulsiona o desenvolvimento de pesquisas sobre esses povos e resulta em crescimento da produção e comunicação científicas socialmente responsáveis e vinculadas a problemas reais, fazendo com que a memória desses povos também esteja de forma institucionalizada nos Programas aqui pesquisados. Dessa forma, surge uma maior visibilidade a respeito da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena em variadas vertentes.

A propósito, o presente estudo poderá contribuir com novos dados em relação às temáticas afro-brasileira e indígena no contexto da Ciência da informação. A partir de seu papel social e transformador, a Universidade poderá aprimorar seu modo de agir na realidade cujo princípio é de universalização do conhecimento através das pesquisas científicas, e permitir oferecer novas possibilidades para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa.

Com base numa perspectiva que leva em conta a responsabilidade social desta pesquisa, reconhecemos que esta é apenas uma análise dentre outras inúmeras possíveis, quando ao apresentarmos alguns apontamentos significativos sobre a questão estudada, busca-se abrir caminhos, extrapolar fronteiras, discutir, debater, inquietar. Portanto, esse é o início de um percurso longo e necessário de pesquisas que envolvam os povos negro e indígena, muito em virtude da movimentação político, social e cultural que aconteceu no século passado e início deste século.

A rigor, a análise da produção científica de determinada área do conhecimento reflete as tendências das pesquisas, evidencia os temas abordados e os autores, constituindo-se como significativas fontes de informação. Nessa conjuntura, a ausência inquietante das populações negras e indígenas como protagonistas da produção de conhecimento na área tem influenciado na negação das contribuições desses povos para a construção do conhecimento. Isso, possivelmente, advém de uma Ciência ainda elitista e segregadora, caracterizando-se como um espaço pouco representativo da sociedade brasileira, a exemplo das universidades e centros de pesquisa.

Ante o exposto, acreditamos que esse diálogo e esse debate são de fundamental importância para que a Ciência da Informação possa se reconhecer como área de conhecimento, ainda em expansão e reconhecimento externo, ciente que possui uma literatura sobre o tema em crescimento, mas que podemos dizer “anda a passos lentos”. Esperamos que esta dissertação contribua no sentido de incomodar os pesquisadores e pesquisadoras, despertando a consciência de que o objeto de pesquisa na Ciência da Informação é a informação, e que ela está em todos os lugares, sem distinção de raça, gênero ou credo.

Conforme já delineado no quadro teórico de referência, cabe então olhar para a produção científica sobre esses povos no âmbito da Ciência da Informação buscando expor essa lacuna, e contribuindo para a disseminação de informações que possibilitem colocar esses povos em evidência, e por consequência, a CI também adentrar com maior intensidade no campo de batalha contra o racismo, o preconceito, as desigualdades sociais, que por ventura, sejam também intensificados pelo poder que a informação e o conhecimento trazem em seus domínios.

No complexo quadro de silenciamento e apagamento das questões informacionais aqui destacadas, como apresentado e configurado no Regime de Informação, o processo de negação e de domínio de um povo em relação a outro, e dentro do espaço institucionalizado de uma pós-graduação, ocorre por meio de ações, dispositivos e artefatos, envolvendo produtores e receptores de informação, estruturas específicas e produção de diferentes compreensões e dinâmicas. Observa-se então que a universidade embranquecida é o resultado de um processo de domínio de um povo sobre o outro, mas que não é natural e nem pode ser naturalizado. Contudo, compreende-se que não é linear e temos mudanças – o resultado desta pesquisa demonstra isso.

Consideramos a Universidade, a partir do que produz cientificamente, como um espaço de diálogo com a sociedade destinado a compartilhar informação e conhecimento, atendendo demandas, preservando experiências e saberes. Nota-se então que discussões sobre

as questões étnico-raciais partem da população negra e indígena, entre outras, se colocando em posição de protagonistas ao levar temas importantes para eles e para a sociedade de forma geral. Contudo, ainda verificamos que persiste entre muitos o racismo, assim como outras patologias sociais excludentes, e até mesmo quando adentram o espaço científico são colocados à margem desse espaço de poder, como verificamos no Regime de Informação dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil. São palavras fortes? Sim, sem dúvida, mas sabemos que verdadeiras e realistas.

É importante ficar registrado o desejo de que informação e conhecimento que envolvem os povos afro-brasileiros e indígenas sejam abordados em mais estudos, quando possível transcendendo em diversas outras temáticas. Sobretudo, que sejam dadas condições para o desenvolvimento de profissionais da informação com olhar democratizante e que tenha a diversidade como arcabouço teórico e tecnológico. A preocupação com o universo informacional de grupos sociais invisibilizados atende as expectativas e lacunas das demandas dos mesmos ao questionarmos os fenômenos numa perspectiva informacional, representando um esforço na contribuição de cientistas da informação para a compreensão do fenômeno informacional de grupos não hegemônicos.

Desse modo, procura-se uma produção científica que debata o racismo, o preconceito e a discriminação na sociedade contemporânea, como também abarque a cultura, a tecnologia e o conhecimento historicamente produzidos por vários grupos sociais marginalizados ao longo da história da humanidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz. Estado, direito e análise materialista do racismo. In: KASHIURA JUNIOR, Celso Naoto; AKAMINE JUNIOR, Oswaldo; MELO, Tarso. (Org.). **Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- ANDRADE, Maria Eugênia Albino; OLIVEIRA, Marlene de. A Ciência da Informação no Brasil. In: OLIVEIRA, Marlene de (Org.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Bibliometria: evolução história e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/16/5>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; RAMOS, José Alimateia Aquino; RENAULT; Leonardo Vasconcelos; NOGUEIRA, Rubem Damião. Consolidação do diálogo entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: a contribuição brasileira. **Bibliotecas. Anales de Investigación**, v. 14, n. 12, p. 207-217, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6484255.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2019.
- ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 28, n. 2, p. 155-167, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v28n2/28n2a08.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2018.
- ARAÚJO, Ronaldo Ferreira; ALVARENGA, Lidia. A bibliometria na pesquisa científica da pós-graduação brasileira de 1987 a 2007. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 51-70, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n31p51/17757>. Acesso em: 12 dez. 2018.
- AQUINO, Mirian de Albuquerque. Políticas de informação para inclusão de negros afrodescendentes a partir de uma nova compreensão da diversidade cultural. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 3, n. 2, p. 26-37, 2010. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1629/1835>. Acesso em: 08 dez. 2018.
- AQUINO, Miriam de Albuquerque. A responsabilidade ético-social como princípio de inclusão de negros (as) nas Universidades Públicas. In: AQUINO, Miriam de Albuquerque; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro (Org.). **Responsabilidade ético-social das universidades públicas e educação da população negra**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.
- AQUINO, Mirian de Albuquerque; SILVA, Alba Lúcia de Almeida. A responsabilidade ético-social da produção de conhecimento na Ciência da Informação. **Revista Educere et Educare**, Cascavel, v. 10, n. 20, p. 721-728, 2015. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/12608>. Acesso em: 08 dez. 2018.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n. 16. v. 3, p. 67-74, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v16n3/13563.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.

BELKIN, Nicholas J.; ODDY, Robert N.; BROOKS, Helen M. ASK for Information Retrieval: Part I. Background and Theory. **Journal of Documentation**, London, v. 38, n. 2, p. 61-71, 1982. Disponível em: <https://www.emeraldinsight.com/doi/pdfplus/10.1108/eb026722>. Acesso em: 17 abri. 2019.

BICALHO, Lucinéia Maria. **As relações interdisciplinares refletidas na literatura brasileira da ciência da informação**. 2009. 268 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

BOTELHO; Denise; MARQUES; Francineide. Diversidade: raça, gênero, desvios e desafios nas escolas. In: NUNES, Maria Lúcia da Silva; MACHADO, José dos Santos; VASCONCELOS, Larissa Meira de (Orgs.). **Diálogos sobre gênero, cultura e história**. Fortaleza: EdUECE, 2015.

BRAMAN, Sandra (Org.). **The emergent global information policy regime**. Houndsmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004.

BRÄSCHER, Marisa; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Tratamento temático da informação (TTI): influência dos paradigmas físico, cognitivo e social em artigos de revisão de literatura no período de 1966-1995. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 241-258, 2018. Disponível em: revista.ibict.br/liinc/article/download/4347/3949. Acesso em: 11 fev. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 22 fev. 2019.

BRASIL.. **Lei Nº 11.645, de 10 de Março de 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 22 fev. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 26 jan. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 12.990, de 9 de Junho de 2014**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112990.htm. Acesso em: 25 jan. 2019.

BUCKLAND, Michael. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/%28SICI%291097-4571%28199106%2942%3A5%3C351%3A%3AAID-ASI5%3E3.0.CO%3B2-3>. Acesso em: 17 fev. 2019.

BUFREM, Leilah Santiago. Configurações da pesquisa em Ciência da Informação. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, 2013. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/50777>. Acesso em: 30 jan. 2019.

BUFREM, Leilah; PRATES, Yara. O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 34, n. 2, p. 9-25, 2005. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1086/1190>. Acesso em: 13 dez. 2018.

BUFREM, Leilah Santiago; SILVA, Helena de Fátima Nunes; FABIAN, Cecélia Lícia Silveira e Medina; SORRIBAS, Tídra Viana. Produção científica em Ciência da Informação: análise temática em artigos de revistas brasileiras. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0Dpci/v12n1/03.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BUSH, Vannevar. As we may think. **Atlantic Monthly**, v. 176, n. 1, p. 101-108, 1945. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1969/12/as-we-may-think/3881/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 5, 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 12 jan. 2019.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54>. Acesso em: 21 dez. 2018.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; COSTA, Amabile; LIMA, Graziela dos Santos. Os interagentes da biblioteca de referência NEAB/UDESC: avaliação de biblioteca especializada em temática africana, afro-brasileira e indígena. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 452-462, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5345326.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2018.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COLLINS, Harry; KUSCH, Martin. **The shape of actions. What humans and machines can do**. London: The MIT Press, 1999.

CUSTÓDIO, Pollyana Ágata Gomes da Rocha. **As bases teóricas expressas nas teses dos programas de pós-graduação em ciência da informação no Brasil: uma análise cientométrica**. 2018. 134 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018.

DAHLBERG, Ingetrut. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115>. Acesso em: 26 fev. 2019.

DELAIA, Claudia Regina; FREIRE, Isa Maria. Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa Solos: à luz do regime de informação. **Perspectiva em Ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 107-130, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n3/07.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2019.

FREIRE, Isa Maria. Reflexões sobre uma ética da informação na sociedade em rede. **Ponto de Acesso**, v.4, n.3, p.113-133, 2010. Disponível em:

<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4518/3567>. Acesso em: 10 maio 2019.

FREIRE-MAIA, Newton. **A ciência por dentro**. Petrópolis: Vozes, 1990.

FROHMAN, Bernd. Taking policy beyond Information Science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., Edmond, Alberta, 1995. **Proceedings** [...] Alberta, 1995. Disponível em: https://www.academia.edu/14044809/Taking_information_policy_beyond_information_science_applying_the_actor_network_theory?auto=download. Acesso em: 01 abri. 2019.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

GARVEY, William D. **Communication: the essence of science**. Oxford: Pergamon, 1979.

GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: Evitando confusões. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (Orgs.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLÄNZEL, Wolfgang. **Bibliometrics as a research field: a course on theory and application of bibliometric indicators**. Budapeste: Magyar Tudományok Akadémia Kutatásszervezési Intézet, 2003.

GOMES, Maria Yêda Falcão de Filgueiras. Desafios atuais da Ciência da Informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 190-205, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v14n3/12.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2019.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à Pesquisa Científica**. 5. ed. Campinas: Alínea, 2011.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Política e gestão da informação: novos rumos. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 28, n. 2, p. 1-2, 1999a. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/839/872>. Acesso em: 20 mar. 2019.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-31, 1999b. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/8552>. Acesso em: 20 dez. 2018.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 27-40, 2002. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975/1013>. Acesso em: 20 jan. 2019.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v15n1/02.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida; CHICANEL, Marize. A mudança de regimes de informação e as variações tecnológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: USP, 2008.

Disponível em:

<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/1626/A%20mudan%C3%A7a.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 fev. 2019.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. As Ciências Sociais e as questões da informação. **Morpheus – Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 14, p. 18-37, 2009a. Disponível em:

<http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/117/1/GONZALEZDEGOMEZMORPHEUS2009.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A Reinvenção Contemporânea da Informação: entre o material e o imaterial. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 115-134, 2009b. Disponível em:

<http://repositorio.ibict.br/handle/123456789/116>. Acesso em: 20 dez.. 2018.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376>. Acesso em: 10 jan. 2019.

GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini; OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de. Estudos métricos da informação no Brasil: análise da interlocução entre os pesquisadores de destaque In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA, 5., 2016, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: USP, 2016. Disponível em:

www.ebbc.inf.br/ebbc5/index.php/main/download/13. Acesso em: 15 jan. 2019.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Cor e raça: Raça, cor e outros conceitos analíticos. In: PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Livio. (Org.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2. ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2008.

GUINCHAT, Claire; MENOU, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. rev. aum. Brasília, DF: IBICT, 1994.

HJØRLAND, Birger. Domain analysis in information science: eleven approaches – traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002.

Disponível em:

https://pdfs.semanticscholar.org/7c9e/40b40f900232b6039bd3819d43db78d538a2.pdf?_ga=2.81911249.693958916.1554157936-1643249342.1554157936. Acesso em: 21 dez. 2018.

HOLBROOK, John A. D. Why measure science? **Science Public Policy**, Oxford, v. 19, n. 5, p. 262-266, 1992. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/329541832/1992-HOLBROOK-Why-Measure-Science>. Acesso em: 18 fev. 2019.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Unesp, 2000.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: PARENTE, André (Org.). **Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação**. Tradução de Marcela Mortara. Porto Alegre: Sulina, 2004.

LOPES, Fernando Cruz; BORTOLIN, Sueli; SILVA, Maria Nilza da. Relações raciais e mediação da informação: breves considerações. **REBECIN: Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 4, n. 2, p. 96-113, 2017. Disponível em: <http://abecin.org.br/portalderevistas/index.php/rebecin/article/view/65>. Acesso em: 13 fev. 2019.

LOUREIRO, José Matheus. Socializando a informação: nadando contra corrente. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 12, 2002. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_b45be59f77_0013347.pdf. Acesso em: 13 dez. 2018.

LOURENÇO, Cíntia de Azevedo. Automação em bibliotecas: análise da produção via biblioinfo (1986-1994). **Revista ACB: Biblioteconomia de Santa Catarina**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 51-63, 1997. Disponível em: <https://revista.acb.org.br/racb/article/view/323>. Acesso em: 11 mar. 2019.

MARTELETO, Regina Maria. Conhecimento e Sociedade: Pressupostos da Antropologia da Informação. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (Org.). **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especialidades**. 2. ed. rev. amp. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

MARTELETO, Regina Maria.; NÓBREGA, Nanci; MORADO, Denise. Cultura informacional: demarcações de uma linha de estudos de cultura, informação e sociedade. In: ALBAGLI, Sarita. (Org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, 2013.

MCGRATH, W. What bibliometricians, scientometricians and informetricians study: a typology for definition and classification: topics for discussion. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON BIBLIOMETRICS, SCIENTOMETRICS AND INFORMETRICS, 2., 1989, Ontario. **Proceedings** [...] Ontario: The University of Western Ontario, 1989.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Tradução de Antônio Agenos Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

MEDEIROS, Déborah; LUCAS, Elaine de Oliveira. Métricas digitais e o contexto científico. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 15, 2014, Belo Horizonte. **Anais** [...] Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt7>. Acesso em: 28 dez. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; MIRANDA, Antonio; SUAIDEN, Emir J.; A pesquisa em Ciência da Informação no Brasil - Análise dos trabalhos apresentados no IV Enancib, Brasília, 2000. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 23-24, n. 3, p. 293-308, 2000. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/78400>. Acesso em: 01 abr. 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e Sentidos**. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. **Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania**. In: SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA, 1., 2003, São Paulo. Palestra. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Palestra-Kabengele-DIVERSIDADEEtnicidade-Identidade-e-Cidadania.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2019.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, Denise Morado; MARTELETO, Regina Maria. A “informação construída” nos meandros dos conceitos da teoria social de Pierre Bordieu. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, 2004. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/7651>. Acesso em: 16 dez. 2018.

NOGUEIRA, João Carlos. Movimento negro: das denúncias do racismo à prática de políticas públicas. **Revista Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**. Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 89-99, 2004. Disponível em: <http://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1980>. Acesso em: 23 fev. 2019.

ODDONE, Nanci Elizabeth. **Ciência da informação em perspectiva histórica: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (Brasil, 1930-1970)**. 2004. 161 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

ODDONE, Nanci Elizabeth. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a ciência da informação no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 35, n. 1, 2006. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1152/1315>. Acesso em: 14 mar. 2019.

OLIVEIRA, Henry Pôncio Cruz de. **Afrodescendência, memória e tecnologia: uma aplicação do conceito de informação étnico-racial ao projeto “A cor da Cultura”**. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

OLIVEIRA, Henry Pôncio Cruz de; AQUINO, Mirian de Albuquerque. O conceito de informação etnicorracial na ciência da informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 466-491, 2012. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3336>. Acesso em: 15 dez. 2018.

OLIVEIRA, Marlene de. **Memória institucional da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN)**. 2012. 154 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

PACHECO, Leila Maria Serafim. Informação enquanto artefato. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 20-24, 1995. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000003099/5e05bb7ec774e250998a73dbfced5aa3/>. Acesso em: 28 dez. 2018.

PAIVA, Eliane Bezerra. **Narrativas indígenas**: construindo identidades e constituindo-se em fontes de informação. 2013. 200 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Mattheus. Traçados e limites da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, p. 42-53, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/609>. Acesso em: 14 fev. 2019.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. **Ciência da Informação entre sombra e luz**: domínio epistemológico e campo interdisciplinar. 1997. 278 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Gênese da ciência da informação: os sinais enunciadore da nova área. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (Org.). **O campo da ciência da informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2002.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Informação: esse obscuro objeto da ciência da informação. **Revista Morpheus**: Estudos Interdisciplinares em Memória Social, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 1-11, 2004. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4108/3759>. Acesso em: 27 dez. 2018.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Cenário da pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil, influências e tendências. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 8., 2007, Salvador. **Anais [...]** Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/65>. Acesso em: 17 mar. 2019.

PINTO, Alejandra Aguilar. O indigenismo na era da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 158-191, ago. 2009a. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3350>. Acesso em: 18 mar. 2019.

PINTO, Alejandra Aguilar. O profissional da informação como agente de (des) colonialidade do saber. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009b, João Pessoa. **Anais [...]** João Pessoa: ENANCIB, 2009. p. 1881-1899. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3284/2410>. Acesso em: 20 fev. 2020.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa acadêmica**: como facilitar o processo de preparação de suas etapas. São Paulo: Atlas, 2007.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. Campinas: Cortez, 1996.

SANTOS, Cássio Miranda dos. Os primeiros passos da pós-graduação no Brasil: a questão da dependência. **Ensaio**: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 10, n. 37, p. 479-492, 2002. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ensaio/v10n37/v10n37a05.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2019.

SANTOS, Cássio Miranda dos. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n83/a16v2483.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2019.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia da Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/08/pdf_fd9fd572cc_0011621.pdf. Acesso em: 13 mar. 2019.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para ciência**: a formação da comunidade científica brasileira. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001.

SILVA, Alba Ligia de Almeida. A responsabilidade social-ét(n)ica da ciência da informação na produção de conhecimento da Universidade Federal da Paraíba. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 10., 2009, João Pessoa. **Anais [...]** João Pessoa: UFPB, 2009. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3293/2419>. Acesso em: 29 dez. 2018.

SILVA, Armando Medeiros da; RIBEIRO, Fernanda. **Das “ciências” documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto (Portugal): Afrontamento, 2002.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. **A inserção da temática Africana e Afro-brasileira no ensino de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina**. 2016. 164 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. A inserção das temáticas africana e afro-brasileira e o ensino de Biblioteconomia: avaliação em instituição de ensino superior de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 3, p. 143-182, set./dez., 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1273>. Acesso em: 05 dez. 2019.

SILVA, Francisco Sávio da; SOUSA, Anicleide de; PACHECO, Josilene Pereira. Educação Patrimonial e Acervos Digitais: discutindo a preservação da história e da memória afro-brasileiras. In: PARRELA, Ivana Denise Parrela; KOYAMA, Adriana Carvalho (Orgs). **Arquivo e educação**: experiências e pesquisas brasileiras em diálogo. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, UFMG, 2016.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; GOMES, Henriette Ferreira. Conceitos de informação na Ciência da Informação: percepções analíticas, proposições e categorizações. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 25, n. 1, p. 145-157, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/viewFile/145/13200>. Acesso em: 05 jan. 2019.

SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da; AQUINO, Mirian de Albuquerque. Fontes de informação na Web: apropriação, uso e disseminação da informação étnico-racial no movimento negro da Paraíba. **Transinformação**, Campinas, vol. 26, n. 2, p. 203-212, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v26n2/0103-3786-tinf-26-02-00203.pdf>. Acesso em 05 dez. 2018.

SMIT, Johanna Wilhelmina. A informação na Ciência da Informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 84-101, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48655>. Acesso em 05 nov. 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias de currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SPINAK, Ernesto. Indicadores cienciométricos. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 27, n. 2, p. 141-148, 1998. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/795/826>. Acesso em: 14 fev. 2019.

TAGUE-SUTCLIFFE, Jean. An introduction to informatics. **Information Processing & Management**, v. 28, n. 1, p. 1-3, 1992. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/030645739290087G>. Acesso em: 28 dez. 2018.

TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira; SMIT, Johanna W. Ciência da Informação: a transgressão metodológica. In: PINTO, Virgínia Bentes; CAVALCANTE, Lúcia Eugénia; SILVA NETO, Casemiro (Orgs.). **Ciência da Informação**: abordagens transdisciplinares, gêneses e aplicações. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

TEDESCO, Juan Carlos (Org.). **Educação e novas tecnologias**: esperanças ou incerteza? São Paulo: Cortez, 2004.

URBIZAGÁSTEGUI ALVARADO, Rubén. A bibliometria no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 13, n. 2, p. 91-105, 1984. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/9640>. Acesso em: 25 jan. 2019.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to Information Science. **Information Scientist**, v. 9, n. 4, p. 127-140, 1975. Disponível em: <http://sigir.org/files/museum/pub-13/18.pdf>. Acesso em 20 jan. 2019.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 2, nov. 2000. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/889/924>. Acesso em: 15 jan. 2019.

WITTER, Geraldina Porto. **Catálogo de publicações dos docentes 1990/1994**. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1996.

VALOIS, Eliana Candeira; RAMOS, Marcos Gonçalves; RODRIGUES, Nilo Sérgio Silva; ESTEVÃO, Sílvia Ninita de Moura. Comunicação científica e usuários: elementos de discussão. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 18, n. 1, p. 28-34, 1989. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/320/320>. Acesso em: 20 jan. 2019.

VAN RAAN, Anthony F. J. Scientometrics: state-of-art. **Scientometrics**, v. 38, n. 1, p. 205-218, 1997. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF02461131>. Acesso em: 20 dez. 2018.

VANTI, Nadia Aurora Peres. Métodos cuantitativos de evaluación de la ciencia: bibliometría, cienciometría e informetría. **Investigación bibliotecológica**, México, v. 14, n. 29, p. 10-23, 2000. Disponível em: <http://www.ejournal.unam.mx/ibi/vol14-29/IBI02902.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

VANZ, Samile Andréa de Souza; STUMPF, Ida Regina Chittó. Procedimentos e ferramentas aplicados aos estudos bibliométricos. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 20, n. 2, p. 67-75, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/4817>. Acesso em: 20 jan. 2019.

VERHINE, Robert E. Pós-graduação no Brasil e nos Estados Unidos: uma análise comparativa. **Educação**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 166-172, 2008. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/2767/2114>. Acesso em: 15 fev. 2019.

ZEMAN, Jiri. O significado filosófico da noção de informação. In: **O CONCEITO de informação na ciência contemporânea**. Colóquios filosóficos internacionais de Royaumont. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 1970.

ZIMAN, John Michael. **Conhecimento público**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.